

# Universidade Lusófona do Porto

## Mestrado em Integração Europeia e Economia Internacional

### União Europeia e África, a cooperação para o desenvolvimento: uma reflexão sobre as propostas presentes no quadro de Cotonou – Nepad – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio



Alcindo Jesus Medina

**Orientação:** Professor Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães

**Júri:**

**Presidente:** Doutor António José Fernandes, professor catedrático da Universidade Lusófona do Porto

**Vogais:** Doutora Maria Margarida Proença de Almeida, professora catedrática da Universidade do Minho

Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães, professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa

**Novembro de 2008**

## **Agradecimentos**

Ao Professor Adelino Torres, pela orientação desta dissertação, pela disponibilidade e ajuda prestada na organização, elaboração e revisão do trabalho.

Ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) de Braga, ao Sr. Pedro Dinis, pela ajuda na pesquisa documental europeia.

Aos meus professores do Mestrado na Universidade Lusófona do Porto, pelos conhecimentos que me transmitiram.

À Elisabete, minha esposa eterna e amor da minha vida, pela paciência, pelo ânimo e presença constante.

Aos meus filhos Tânia, pela força, pelo ânimo e pela ajuda na formatação dos textos; Tiago e Tamara, pelos desenhos que animaram meus serões e pelo tempo que não brinquei com eles.

À Mambia, minha mãe, pelo seu exemplo de força, honestidade e amor. Pelo incentivo à busca da excelência.

## Resumo

Este trabalho pretende analisar as implicações que os acordos “Convenção de Cotonou e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)” têm para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Para tal analisa-se a Ajuda Internacional ao Desenvolvimento e os interesses à ela ligadas; o estado actual da pobreza nas regiões em desenvolvimento, em particular na África Subsariana onde as consequências deste fenómeno têm características epidémicas.

Apresentam-se as Instituições multilaterais que actuam na área da cooperação para o desenvolvimento, analisam-se as funções, e alguns programas e iniciativas levadas a cabo pelas Nações Unidas, UE, OCDE, BM e FMI, onde se destaca a UE pela sua política de cooperação para o desenvolvimento com a África.

Aborda-se a globalização e suas consequências na cooperação para o desenvolvimento, onde se constata, um claro condicionamento e um desvirtuamento do processo cooperativo.

Analisa-se criticamente, apresentando diferentes pontos de vista, concernentes às novas parcerias no âmbito da convenção de Cotonou, NEPAD e o progresso dos ODM.

**Palavras-Chave:** Cooperação para o Desenvolvimento, Ajuda ao Desenvolvimento, Pobreza, Globalização, Convenção de Cotonou, NEPAD, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

## **Abstract**

This work intends to analyze the implications that the agreements “Convention of Cotonou and the New Partnership for Africa’s Development (NEPAD)” have for the Millennium Development Goals (MDGs). For such it is analyzed the International Aid for Development and its interests; the current state of the poverty in developing regions, particular in Sub-Saharan Africa, where the consequences of this phenomenon have epidemic characteristics.

The multilateral Institutions that are operating in the cooperation for development, are presented, it is analyzed the functions and some taken programs and initiatives of United Nations, EU, OCDE, WB and IMF, as well as EU for its policy of cooperation for the development with Africa.

It is referred the globalization and its consequences in the cooperation for the development, where is noted a conditioning evidence and a distortion in the cooperative process.

These agreements are critically analyzed and present different points of view, concerning the new partnership in the scope of the convention of Cotonou, NEPAD and the MDGs progress.

**Key Words:** Cooperation for the development, International Aid for Development, Poverty, Globalization, convention of Cotonou, NEPAD, MDGs.

# Índice Geral

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>2</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>3</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>4</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS</b> .....	<b>6</b>
<b>ÍNDICE DE ANEXOS</b> .....	<b>7</b>
<b>SIGLAS UTILIZADAS</b> .....	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPITULO I - A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>11</b>
1. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, AJUDA AO DESENVOLVIMENTO E AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO. ....	13
2. ETAPAS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO .....	16
<b>CAPITULO II - O ESTADO DA POBREZA NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>22</b>
1. A POBREZA: DEFINIÇÕES .....	22
2. AS CAUSAS DA POBREZA .....	23
3. CONSEQUÊNCIAS DA POBREZA .....	28
<b>CAPÍTULO III - AS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>33</b>
1. ONU: OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO... 34	
2. O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) E BANCO MUNDIAL (BM) .....	38
3. A ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO .....	45
4. A UNIÃO EUROPEIA.....	48
<b>CAPITULO IV - EM QUE MEDIDA A GLOBALIZAÇÃO CONDICIONA A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO?</b> .....	<b>57</b>
1. A GLOBALIZAÇÃO.....	57
1.1. <i>Enquadramento histórico</i> .....	57
1.2. CONCEITOS E MEDIDAS .....	60
1.3. A GLOBALIZAÇÃO DOS MERCADOS.....	66
1.3.1 <i>As multinacionais</i> .....	66
1.3.2 <i>Investimento Directo Externo</i> .....	72
1.3.3 <i>O Comércio Internacional</i> .....	78
1.3.4 <i>A Internacionalização dos Mercados Financeiros</i> .....	84
<b>CAPITULO V - AS NOVAS PARCERIAS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PARA A ÁFRICA</b> .....	<b>91</b>
1. A CONVENÇÃO DE COTONOU – O NOVO ACORDO DE PARCERIA UE-ACP.....	93
2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO.....	98
3. A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA (NEPAD) .....	102
4. ANÁLISE CRÍTICA DO QUADRO ACTUAL DE COOPERAÇÃO COM ÁFRICA .....	106
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>121</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>125</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>130</b>

## Índice de tabelas e figuras

### Tabelas

Tabela 1 - Evolução da redução da pobreza, por regiões, 1981-2004 .....	28
Tabela 2 - A transnacionalização empresarial, 1990-2005 .....	68
Tabela 3 - Desempenho das 100 maiores multinacionais, 2003-2004 .....	70
Tabela 4 - Distribuição de IDE por regiões, 1980-2005 .....	73
Tabela 5 - Evolução de alguns indicadores de IDE e da produção internacional, 1982-2005.....	74
Tabela 6 - Fusões e aquisições no estrangeiro por fundos privados de investimentos .....	76
Tabela 7 - Exportações de mercadorias, 1990-2007 .....	82
Tabela 8 - Pobreza extrema e fome, indicadores, por regiões, 1990-2004....	115

### Figuras

Figura 1 - Crianças não matriculadas na escola - custo humano .....	31
Figura 2 - Comércio de mercadorias por regiões, 2007 – variação (%).....	83
Figura 3 - Objectivo reduzir a mortalidade de crianças em dois terços - tendências .....	118
Figura 4 - Objectivo ensino primário universal - tendências .....	118

## Índice de Anexos

Anexo 1 - Foreign Aid Numbers.....	130
Anexo 2 - Net ODA in 2007 as percent of GNI.....	131
Anexo 3 - All DAC Aid .....	132
Anexo 4 - Percentage of aid going to low income countries 200-2003 .....	133
Anexo 5 - Produto Interno Bruto e Comércio de Mercadorias, por regiões, 2005-200.....	134
Anexo 6 - Comércio mundial - quotas de exportação da África.....	134
Anexo 7 - Mortalidade Infantil – Custo humano.....	135
Anexo 8 - Mortalidade Infantil – O custo acumulado das metas falhadas.....	135
Anexo 9 - Mapa-mundo do progresso da mortalidade infantil .....	136
Anexo 10 - Mulheres grávidas com Sida.....	136
Anexo 11 - Goal 1 Eradicate Extreme poverty and hunger.....	137
Anexo 12 - Goal 2 Achieve universal primary education .....	138
Anexo 13 - Goal 3 Promote gender equality and empower women .....	139
Anexo 14 - Goal 4 Reduce child mortality .....	140
Anexo 15 - Goal 5 Improve maternal health .....	141
Anexo 16 - Goal 6 Combat HIV/AIDS, malaria and other diseases.....	142
Anexo 17 - Goal 7 Ensure environmental sustainability .....	143
Anexo 18 - Goal 8 Develop a global partnership for development .....	145
Anexo 19 - Millennium Development Goals: Progress Report Chart, 2007....	146
Anexo 20 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, 1975-2005 ...	147

## **Siglas utilizadas**

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados  
ACP – África Caraíbas e Pacífico  
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento  
APRM – African Peer Review Mechanism  
BEI – Banco Europeu de Investimento  
BM – Banco Mundial  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
DCD-DAC - Development Cooperation Directorate  
EAMA – Estados Africanos e Malgaches Associados  
ESAF – Enhanced Structural Adjust Facility  
EUA – Estados Unidos da América  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação  
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GATT – Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio  
ICSID – International Center for Settlement of Investment Disputes  
IDA – International Development Association  
IDE – Investimento Directo Estrangeiro  
IDE – Investimento Directo Estrangeiro (IDE)  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IFC – International Finance Corporation  
IIE – Investimento Indirecto Estrangeiro  
MIGA – Multilateral Investment Guarantee Agency  
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África  
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico  
ODA - Official Development Assistance  
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OUA - Organização da Unidade Africana  
PD – Países desenvolvidos  
PED – Países em Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNB – Produto Nacional Bruto  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPAE/HIPC – Países Pobres Altamente Endividados  
PPC – Paridade do Poder de Compra  
PRGF – Poverty Reduction and Growth Facility  
PRSP – Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza  
PTU – Países e Territórios Ultramarinos  
RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano  
SPA – Special Program of Assistance  
UE – União Europeia  
UNCTAD – Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento  
UA - União Africana

## Introdução

Em Setembro de 2000, na conferência do Milénio das Nações Unidas, 189 países reunidos em Assembleia-Geral, adoptaram os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). Havia muito tempo que o mundo não tinha uma causa que pudesse motivar e mobilizar as nações para uma corrente solidária colectiva, tendo em vista a erradicação da pobreza. O conjunto dos Objectivos e Metas definidos, aprovados naquela conferência, veio dar alento e esperança àquelas nações que sofrem com as consequências da pobreza extrema. Para atingir estes Objectivos seria necessário uma mobilização de recursos como nunca antes houvera, tanto internamente, como externamente a nível da ajuda internacional ao desenvolvimento.

Entretanto, em Junho de 2000, em Cotonou no Benin, a União Europeia (UE) e os Países da África Caraíbas e Pacífico (ACP) assinaram um novo acordo de cooperação que vigorará até 2020, o qual visa, conferir uma nova dinâmica na política de cooperação da UE e inovar as condições comerciais e de ajuda aos países ACP. Este acordo vem consagrar a luta contra a pobreza como o grande desafio da UE neste início do século XXI, esperando-se uma redução da pobreza em metade até 2020 nos países ACP.

A heterogeneidade cultural e étnica da África sempre se revelou, pelo menos em parte, ser um factor de desunião, agravando muitos conflitos, que atingem o continente. Muitas iniciativas foram lançadas e altas expectativas criadas por líderes históricos que desejaram ver a África no “comboio” do desenvolvimento. No entanto, não tiveram apoio expresso nem adesão das nações africanas e, por isso não passaram de sonhos, que fracassaram. Neste contexto e tendo presente os ODM, em Outubro de 2001, na Abuja, Nigéria, nasce a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Tratou-se de uma iniciativa africana cujo principal objectivo é a erradicação da pobreza. O que faz com que esta nova parceria mereça algum crédito e apoio, apesar da persistência das mesmas razões que fizeram fracassar as anteriores, é o momento e o quadro que emergiu a partir dos acordos UE-ACP e da adopção dos ODM. A NEPAD poderá vir a desempenhar um papel preponderante no âmbito dos ODM para a África.

As implicações que os dois acordos “Convenção de Cotonou e a NEPAD” têm para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em África, constituem o objecto deste estudo.

No capítulo I – Abordaremos a cooperação para o desenvolvimento e as etapas dessa cooperação. Faremos uma caracterização da ajuda ao desenvolvimento e ajuda pública ao desenvolvimento, e o confronto de posições quanto à classificação e objectivo de cada tipo de ajuda.

No capítulo II – Faremos um levantamento do estado actual da pobreza e fome nos países pobres, com destaque para a África. Identificaremos as causas e consequências da pobreza realçando a relação destes com o subdesenvolvimento.

No capítulo III – Abordaremos as instituições multilaterais de cooperação para o desenvolvimento, suas estruturas organizacionais, os objectivos, estratégias, programas, funções, responsabilidades poder e influência que têm na cooperação e ajuda para o desenvolvimento. Identificaremos alguns programas postas em prática e apreciaremos de forma crítica o funcionamento destas instituições e os resultados conseguidos.

No capítulo IV – Analisaremos alguns factores que condicionam a cooperação para o desenvolvimento, onde a globalização assume posição de destaque. A globalização influencia hoje transversalmente toda a sociedade. Abarca desde a economia à cultura, passando pelo ambiente, interferindo em tudo o que nos diz respeito. A cooperação e o próprio desenvolvimento estão hoje dependentes das condições que vão sendo criadas pelo processo globalizante, na medida em que qualquer movimentação, ou alteração de rumo de mercado, do investimento, do comércio ou financeiro, terá sempre impactos na cooperação, que podem ser a nível de recursos, conflitos, marginalização, emigração, etc.

No capítulo V – Estudaremos o novo paradigma da cooperação para o desenvolvimento. A UE entra no século XXI com uma nova visão que mudará a política de cooperação para o desenvolvimento com os países pobres. O novo conceito introduzido confere às partes da relação a designação de verdadeiros parceiros, e aos acordos de novas parcerias. Os parceiros pobres passam a ser responsáveis pela elaboração e implementação dos programas e projectos nos seus países.

Por força da necessidade e da busca de afirmação internacional, finalmente a África deu-se conta da urgência e da importância de ter uma instituição que fala, pensa e decida em função dos problemas africanos. Far-se-á uma abordagem da NEPAD, dos ideais subjacentes à sua fundação, dos objectivos e projectos. E ainda de como a NEPAD vem preencher um vazio e se constituir como o parceiro válido para representar os africanos a nível internacional.

Apresentaremos os ODM tal como adoptado em 2000 pelas Nações Unidas: um projecto ambicioso para erradicação da pobreza no mundo. Abordaremos os objectivos gerais, as metas propostas e as perspectivas criadas à volta deste projecto.

Encerraremos este capítulo analisando criticamente estes acordos, apontando as divergências e críticas à política de cooperação da UE e os argumentos a favor da Convenção de Cotonou. Passados cinco anos a NEPAD ainda continua na fase de discursos, o que leva a que muitos se interrogam “para quando África?”. Chovem críticas de todos os quadrantes, quanto a viabilidade da NEPAD, apesar de constituir um projecto válido para a prossecução dos Objectivos do Milénio. O ritmo é tão lento que na África Subsariana não se alcançará qualquer dos ODM no prazo estipulado. Por esta e outras razões os ODM têm sido sujeitos a um rol de críticas quanto à viabilidade, generalidade ou especificidade dos objectivos e dos indicadores de medição.

Tem-se afirmado que o mundo dispõe de recursos suficiente para erradicar de vez a pobreza e suas consequências. Nações no mundo sofrem com este fenómeno, imensos recursos são dispendidos na sua luta e os resultados em muitos casos são nulos. Por isso, tendo presente os acordos anteriormente referidos para o desenvolvimento da África e a meio do prazo dos ODM, é legítimo questionarmos acerca do porquê das relações UE-África não funcionarem bem, apesar do bom Acordo de Cotonou? Por que é que a NEPAD não avança? Em que medida a globalização, a economia e o comércio desvirtuam a cooperação para o desenvolvimento? Depois de tantos recursos canalizados para a África, que resultados há para apresentar?

Tentaremos analisar alguns desses problemas no Trabalho que a seguir se apresenta.

# CAPÍTULO I

## A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

*Mais de metade da população mundial vive em condições próximas da miséria. Sua alimentação é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida económica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um handicap e uma ameaça a eles e as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimento e meios para aliviar o sofrimento destas pessoas.<sup>1</sup>*

Harry Truman, Presidente dos Estados Unidos, 1949

Com as palavras que citamos em epígrafe teve início o movimento solidário que é hoje a ajuda ao desenvolvimento. Uma declaração altruísta fundada na crença de que os países ricos poderiam ajudar as pessoas dos países pobres a ultrapassarem suas desvantagens. Passados quase sessenta anos os líderes mundiais continuam fazendo declarações semelhantes. A pobreza continua a aumentar, os pobres são cada vez mais pobres e o fosso que os separa dos ricos alarga-se com o passar do tempo.

Esta noção de pobreza aplica-se não só às pessoas como também às nações. De um lado os países (doadores) com recursos e meios; do outro, os países pobres (receptores), sem recursos, sem meios, sem infra-estruturas e muitas vezes mal administrados.

Esta situação tende a perpetuar-se a menos que as ajudas sejam de acordo com as necessidades dos receptores e não como acontece muitas vezes, em que os doadores disponibilizam tipos de ajuda inadequadas que nem sempre são as mais necessárias ou prioritárias.

Os bens públicos que poderiam beneficiar as comunidades, não são suficientemente valorizados e explorados de forma racional. E com a economia mundial cada vez mais globalizada, onde o factor local e interno em larga medida perdeu influência e peso, as instituições internacionais que coordenam a ajuda, muitas vezes desarticuladas funcionalmente, não alcançam os seus objectivos nem os alvos pretendidos, que são as pessoas necessitadas de ajuda.

---

<sup>1</sup> In Stephen Browne, *Aid & Influence, Do Donors Help or Hinder?*, Earthscan, London, 2006, p.15

## **1. Cooperação para o desenvolvimento, ajuda ao desenvolvimento e ajuda pública ao desenvolvimento.**

Não há governo que não tenha no seu programa, como objectivo prioritário o crescimento económico. Nos últimos anos temos sido assolados por um discurso vincadamente económico, assente no pressuposto de que o simples crescimento económico resultará conseqüentemente na criação ou no aumento do bem-estar das populações. O crescimento económico, que, fazendo crescer a riqueza, pode levar a um certo nível de desenvolvimento económico e ao aumento de bem-estar social.

Também se verifica que o aumento e a acumulação da riqueza e do próprio rendimento médio *per capita* não se traduz numa distribuição equitativa dos rendimentos, mesmo nos países mais desenvolvidos, bem como numa diminuição do fosso entre os países ricos e países pobres e, por consequência numa redução da pobreza.

O desenvolvimento pressupõe, alcançar um nível constante de capital, de crescimento económico e a satisfação de necessidades e melhoramento das condições sociais em geral, através de uma justa distribuição do rendimento.

Uma boa gestão deste complexo processo, pode implicar num maior empenho e aderência das pessoas às causas sociais, bem como o despertar de consciências pela cidadania, na participação política activa e nas grandes causas de interesse geral e comum. Com efeito nos países onde a distribuição da riqueza é menos injusta, há um forte envolvimento da população nas causas nacionais de interesse relevante, com maior desenvolvimento económico e humano e melhores condições de vida e bem-estar.

Hoje em dia nenhum Estado pode encetar um processo de desenvolvimento económico sem ter em conta os Estados que lhe são próximos. Apesar da globalização encurtar distâncias e mercados, os que estão mais próximos geograficamente devem ser os principais parceiros e aliados, os quais, favorecendo uma relação de interdependência nas trocas comerciais, proporcionam uma maior e eficiente cooperação, susceptível de resultar num desenvolvimento regional integrado.

A cooperação internacional caracteriza-se por um conjunto diverso de relações, tais como entre Estados de mesmo nível de desenvolvimento e entre Estados de diferente nível de desenvolvimento, bem como de regiões.

A cooperação é feita através de transferências de países mais desenvolvidos para países menos desenvolvidos, transferências destinadas a financiar actividades orientadas para o desenvolvimento do país receptor, canalizadas sob a forma de recursos financeiros, quer estes sejam créditos ou donativos. Podem distinguir-se 3 tipos: subvenções e créditos, através de projectos e programas (por exemplo, investimentos em equipamentos físicos); ajuda em bens necessários ao desenvolvimento do país receptor e que este não pode importar; financiamento de reformas estruturais (como os apoios ao ajustamento estrutural e a anulação/reescalamento da dívida). Quando essas condições estiverem reunidas, estaremos perante uma relação de cooperação para o desenvolvimento em forma de *ajuda ao desenvolvimento*.

Salvo em certos casos de ajuda bilateral não há uma contrapartida directa e imediata ou pode nem haver nenhuma para o país doador, o que não implica que, indirectamente, não venha a beneficiar sua economia. Com efeito pode-se distinguir a ajuda ligada e a ajuda não ligada. A ajuda ligada é quando a ajuda ao país receptor é destinada a financiar a compra de serviços, bens ou equipamentos com a condição de os serem adquiridos no país doador. Ajuda não ligada é fornecida sem pré-condições de aquisição dos serviços, bens ou equipamentos. O país receptor pode, livremente, adquiri-los onde quiser<sup>2</sup>.

Nas relações de cooperação, nem todas as transferências de recursos são de organismos públicos dos países doadores. Assim, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) tem como objectivo principal a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento e nela estão incluídos empréstimos em que exista um elemento de dádiva de pelo menos 25%.

Porém existem donativos e empréstimos com objectivos militares, para aquisição de material bélico, e que embora sejam de âmbito público não estão integrados no conceito de ajuda pública ao desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> Estas definições podem ser consultadas no IPAD – Glossário da Cooperação, p.6 em <http://www.adelinotorres.com/desenvolvimento> - Que distingue ainda a “ajuda parcialmente ligada”

Há quem defenda uma ajuda para aliviar dívidas contraídas para fins militares, resultando em benefício da economia nos países receptores, como qualquer outro perdão da dívida deveria ser considerada como APD. Esta posição defendida pelos Estados Unidos tem gerado algumas visões diferentes no seio do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, segundo o qual a aceitação deste alívio da dívida como APD poderia constituir um incentivo a um aumento exponencial das despesas militares, para além de poder ser incompreendido pela opinião pública dos países promotores da ajuda. Ficou estabelecido pelo CAD em 1991, excluir o alívio de dívida militar da contabilização como APD.<sup>3</sup>

No entanto algumas dívidas contraídas com assistência técnica militar ao abrigo de acordos de paz, desmilitarização de zonas de guerras, desminagem e anulação de perigos eminentes, podem ser contabilizadas como APD. É o caso da ajuda de Portugal e Itália a Moçambique no âmbito dos acordos de Roma que pôs fim a guerra em Moçambique.

---

<sup>3</sup> Cfr. Maria Manuela Afonso, *Cooperação para o desenvolvimento. Características, evolução e perspectivas futuras*, CIDAC, Lisboa, 1995, p.51-52

## 2. Etapas da cooperação para o desenvolvimento

No preâmbulo da Carta das Nações Unidas, está definido como objectivo último da cooperação para o desenvolvimento “o progresso social e melhores condições de vida e liberdade”, partindo do princípio de que os países mais desenvolvidos têm uma maior responsabilidade na promoção do desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que partilham com os países menos desenvolvidos um interesse real numa distribuição mais equitativa da riqueza, contribuindo assim para um mundo socialmente mais justo.

O Movimento cooperativo internacional, e em particular a ajuda ao desenvolvimento, surge com o fim de Segunda Guerra Mundial. Houve a necessidade de erguer e reconstruir as economias destruídas pelo conflito. O Lançamento do Plano Marshall e a organização criada para o administrar, a OEEC que posteriormente deu origem a OCDE, são os primeiros sinais dessa cooperação profunda e de longo alcance, dirigida especialmente ao domínio económico. A Europa, ferida profundamente, necessitava de uma cura, económica e social e os remédios começaram a ser administrados através de injeções de capital.

Mais tarde nas décadas de 50-60, com a descolonização e o surgimento de novos países saídos deste processo, estes passaram a contar com uma forte componente de ajuda ao desenvolvimento, uma vez que a Europa e o Japão, já reconstruídos, não necessitavam destes recursos.

As estratégias de cooperação têm variado ao longo do tempo, conforme ideologias económicas que prevalecem sobre causas do atraso económico e dos meios para lhe pôr termo.

De acordo com o pensamento de Stephen Browne<sup>4</sup>, Chefe dos Programas Regionais para Ásia e Pacífico do PNUD, podemos distinguir quatro etapas da evolução da ajuda ao desenvolvimento. Tendo como objectivo imediato o crescimento económico, entre 1950 e 1965 a transferência de capital constitui-se como o mais importante instrumento de ajuda. Esta transferência tem um só sentido e nessa altura não havia especificações ou

---

<sup>4</sup> Stephen Browne, *Working Paper 143, The Rise and Fall of Development Aid, UNU/WIDER, Helsinki, September de 1997, p.6-18*

qualificações de qualquer tipo. Havia que injectar capital nas economias fracas. Na ênfase dada ao investimento nas primeiras fases do desenvolvimento está subjacente, entre outras teorias económicas do desenvolvimento, a de Rostow<sup>5</sup>, que considera importante numa primeira fase do desenvolvimento – a etapa do *arranque* ou *take-off* - em que urge uma acumulação de capital e um nível elevado de formação do capital fixo, que só é possível através de transferência de capital externo. Rostow observa que, no decurso da fase do “arranque”, novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de bens manufacturados. Numa fase ulterior assiste-se à expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no sector moderno produz um aumento de rendimento nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que estão empenhados em actividades no sector moderno. Desenvolve-se então uma nova classe empresarial que favorece fluxos crescentes de investimento no sector privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então não aproveitados. A debilidade dessas economias, desprovidas de recursos, de capital interno e de uma rápida formação do capital fixo não permite um arranque sustentado sem ajuda externa. Inegavelmente, constata-se que o crescimento de um país, inicia-se do ponto de vista capitalista tem lugar quando o processo organizacional consegue a conjugação das economias internas, complementadas com as externas, atingindo o que Rostow chama o *take off* do sistema rumo ao desenvolvimento desejável.

Por isso Rostow apela para que, nas etapas mais avançadas do processo de desenvolvimento, se criem condições para o aparecimento de outros aspectos qualitativos e institucionais, tais como instituições políticas, sociais, jurídicas e económicas compatíveis com uma boa governação. Nesta fase, a ajuda ao desenvolvimento esforça-se por privilegiar os aspectos quantitativos e de crescimento económico, com a prioridade e a urgência de transferência de capital para os sectores e países em vias de desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> Cfr. Rostow, William Wilber. *Etapas do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1974, p. 20

Não se pode considerar que esta fórmula tenha alcançado sucesso, embora a *priori* pudesse ser teoricamente desejável. Depressa se tomou consciência das limitações e do insucesso relativo de uma tal ajuda, contribuindo para uma mudança de perspectiva. Para Stephen Browne, a segunda fase tem início entre 1965 e 1980 sob o patrocínio das “chamadas teorias da dependência” que de forma mais ou menos radicais tendem a explicar o desenvolvimento, não como um atraso do desenvolvimento, mas como um subproduto perverso do desenvolvimento dos países ricos. Começa a ser posta em causa a ajuda ao desenvolvimento, sob a forma de injeções de capital. Subjacente está a ideia de que uma tal ajuda pode aumentar exponencialmente a dependência e agravar assim as causas mais profundas do subdesenvolvimento. Em versões ainda mais radicais, a ajuda é vista como um benefício apenas para os ricos e não para os países beneficiários nem para suas populações. Claramente fica posta em causa a eficácia da ajuda externa traduzida na simples transferência de capital.

Já fora do contexto ideológico das teorias da dependência enfatiza-se a importância da criação de condições para que os países mais pobres possam exportar os seus produtos e assim desenvolver, através de comércio, as suas economias. *Trade not aid* foi um *slogan* muitas vezes usado para criticar a ajuda clássica, sob forma de transferência de capital. Países como a Coreia do Sul, Taiwan, etc., que começaram processos de desenvolvimento acelerado, baseados fundamentalmente no crescimento das exportações (*export led growth*), levaram a que surgisse uma outra crítica à ajuda sob forma de contribuição para a formação de capital.

Esta é também a etapa onde se sublinha a importância da ajuda para a satisfação das necessidades básicas das populações (educação, água potável, saneamento básico, cuidados básicos de saúde ...) ao mesmo tempo que as atenções se voltam para a pessoa humana e a urgência da sua preservação.

O surgimento de Organizações Não Governamentais (ONG) nos anos 80 como actores empenhados nos processos da ajuda, abre o início de uma terceira etapa, caracterizada pelas preocupações com o ajustamento estrutural.

Apesar das críticas à ineficácia da ajuda através de transferência de capital, o modelo manteve uma certa aceitação no plano político, e não modificou a orientação dos países doadores. Nos anos 70 apesar da

importância das teorias da dependência, e de alguns fracassos significativos e exemplares da ajuda internacional, as condições económicas conduziram a um nível elevado de transferência de recursos, sob forma de empréstimos e ao conseqüente endividamento dos países mais pobres.

As preocupações com o ajustamento estrutural das economias destes países datam deste período, chamando a atenção para as deficiências dos países beneficiários em matéria de organização e funcionamento das suas economias. Essas deficiências explicariam segundo os doadores a ineficácia da ajuda, levando pois a impor, sobretudo através do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, condições de organização económica estrutural, que também assegurassem a solvabilidade dos beneficiários. É a exigência do chamado *ajustamento estrutural*.

A prioridade nessa época tinha sido a de obter os recursos para ajuda. Nunca tinha havido uma preocupação quanto a uma correcta canalização da ajuda. Àqueles que necessitavam da ajuda muitas vezes nem sequer a viram. Muitas vezes por falta de informação, outras, pela teia complicada para o acesso a ela, pela ineficiência burocrática e até de corrupção. É nessa altura que as ONG, assumem papel fundamental na cooperação internacional.

Ainda segundo Stephen Browne, a última etapa da ajuda internacional ao desenvolvimento iniciada nos anos 90, anos em que as motivações para a ajuda mudaram radicalmente, criou novas bases para uma futura cooperação para o desenvolvimento. Com o desmembramento do império soviético, o fim da guerra-fria, o aparecimento de novos Estados de economias débeis saídos deste processo; a América Latina a precisar de recuperação de uma década perdida (a de 80) após a restauração de regimes democráticos (o caso do colapso económico na Argentina), este movimento veio atribuir um importante papel às instituições sociais, políticas e jurídicas, capazes de fazer funcionar as economias de mercado, para além de uma boa governação, para que a ajuda externa atinja os seus fins e beneficie de algum modo os necessitados.

O agravamento das condições de vida, a pobreza e fome nos países subdesenvolvidos, o afastamento cada vez maior, em termos de nível de vida dos países desenvolvidos, trouxe para a cena política mundial a política da cooperação para o desenvolvimento, tendo como prioridade imediata o ataque à pobreza. A exemplo disso, nesta década foram realizadas duas Conferências

Mundiais importantes nesta matéria. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida como a *Cimeira da Terra*, onde os países desenvolvidos assumiram sua determinação de “consagrarem o objectivo fixado pela ONU de afectar 0,7 por cento do PIB à APD e, na medida em que ainda o não tivessem atingido, aceitaram reforçar os seus programas de ajuda para alcançarem esse valor o mais rapidamente possível...” Vários países desenvolvidos assumiram o compromisso de “não se poupar a esforços para elevar o nível das suas contribuições no âmbito da APD”<sup>6</sup>. Na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga em 1995, no seguimento do que havia sido decidido na Cimeira da Terra, foi assumido com veemência o compromisso da comunidade internacional com a luta contra a pobreza, estabelecendo-se uma meta para erradicar a pobreza no mundo, através de acções nacionais decisivas e de cooperação internacional. Entre as metas de desenvolvimento internacional, os doadores incluíam a redução da pobreza para metade entre 1990 e 2015<sup>7</sup>.

Ainda nesta conferência foi recomendado aos países desenvolvidos atribuírem 20% dos seus orçamentos de cooperação ao desenvolvimento das capacidades locais (formação de quadros, reforço da capacidade governativa e gestão do desenvolvimento) e aos países em vias de desenvolvimento, beneficiários da cooperação, para alocarem 20% do seu orçamento ao desenvolvimento humano, designadamente à luta contra a pobreza nas suas várias dimensões (fome, analfabetismo, doença, planeamento familiar com vista ao controlo demográfico, bem como à igualdade homem-mulher).

É claramente uma aposta no desenvolvimento económico sustentado, aquela preconizada pela cooperação para o desenvolvimento. Centrando os esforços sobre a erradicação da pobreza, mas pondo ênfase no reforço das capacidades humanas e institucionais das nações, a fim de estas serem capazes de, por elas próprias, lidar com os seus desafios e de evitar as tragédias de desintegração do tecido social e da falência do Estado, tão frequentes no passado próximo de tantos países em desenvolvimento. O

---

<sup>6</sup> Cfr. CAD-OCDE, *O papel da cooperação para o desenvolvimento no limiar do séc. XXI*, Maio 1996, p.21

<sup>7</sup> Cfr. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001*, Banco Mundial, disponível na Internet em <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/Proverv.pdf>

objectivo é elevar esses países ao nível dos outros mais desenvolvidos. Com democracias consolidadas, instituições fortes, com dinâmica política, e que sejam bons parceiros nas relações comerciais e nos investimentos no mercado global<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Cfr. CAD-OCDE, *O papel da cooperação para o desenvolvimento no limiar do séc. XXI*, Maio 1996, citado, p. 16-17

## CAPÍTULO II

### O ESTADO DA POBREZA NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

#### 1. A Pobreza: definições

A pobreza é ausência de capacidades e recursos para a satisfação das necessidades básicas, bem como a falta de liberdade para desfrutar dos recursos. É um fenómeno pluridimensional, que abrange não só a insuficiência de recursos para satisfação básica das necessidades, mas também a ausência de controle sobre os mesmos, fraco nível de educação e formação, alimentação e nutrição precária, débil acesso a água potável, deficientes condições e acesso a saúde, inexistência de saneamento básico, insegurança e vulnerabilidade à violência e ao crime, ausência de direitos, liberdades políticas e de expressão. “A pobreza deve ser encarada como privação de potencialidades básicas mais do que, meramente, como carência de rendimentos, que é o critério padronizado para identificar a pobreza”<sup>9</sup>.

O conceito de pobreza tem vindo a sofrer alterações, e abranger cada vez mais outros fenómenos gerados a partir da existência da pobreza, e é notório o que nos vem dizendo os últimos relatórios do PNUD, onde claramente há uma evolução conceptual e mais abrangente no sentido humano. A pobreza tem vindo a ser encarada como ausência de recursos para satisfação de carências básicas, mas com o conceito de desenvolvimento humano mais alargado a outros fenómenos e uma preocupação maior com a identidade, cultura, especificidade cultural e inclusão social, respeito pelas diferenças étnicas e religiosas, todos estes parâmetros vieram contribuir para a consciencialização e unidade de povos em estado de pobreza, no sentido de terem todos um objectivo comum de desenvolvimento económico e social bem como melhoria das condições de vida e bem estar.

---

<sup>9</sup> Cfr. Amartya Sen, O desenvolvimento como Liberdade, GRADIVA, Lisboa, 2003, p.101

## 2. As Causas da Pobreza

A pobreza como fenómeno social fracturante é antigo. Com a *Revolução Industrial* e com a saída das pessoas dos campos para indústrias e a organização do trabalho num mercado, teve lugar a primeira tipificação de “pobre”. Eram usados critérios para avaliar e classificar aqueles que mereciam e careciam da ajuda social. Estes critérios aplicavam-se ao idoso, ao jovem e às famílias que se encontravam em dificuldades financeiras. Não mereciam a ajuda social, os criminosos, os “vadios”, ou emigrantes andando pelo país procurando trabalho. Referimo-nos a *Poor Laws*, uma lei Elisabetana, de 1563, tendo sofrido emendas e alterações até 1601. Esta famigerada Lei dos Pobres assentava em quatro princípios: a obrigação do socorro aos necessitados; a assistência pelo trabalho; a taxa cobrada para o socorro aos pobres; e a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho.

Karl Polany<sup>10</sup> analisou muito bem esta transformação do mercado, a organização do mercado livre de trabalho, suas consequências e a destruição social que acarretaria, se não se introduzissem regulamentações na lei vigente para proteger o trabalho.

Antes desta situação, os problemas de necessidades eram resolvidos tanto a nível familiar como comunitário. O Estado nunca teve que se preocupar com a satisfação das necessidades dos seus súbditos. Os rendimentos da maioria das pessoas provinham da terra, quer própria quer de outrem, e mesmo aqueles que não trabalhavam por razões diversas não lhes faltaria alimentos e cuidados. É certo que havia aqueles (os senhores feudais), donos das terras que eram os mais beneficiados com o trabalho dos outros (os trabalhadores) que mais tarde passaram a ser operários nas indústrias.

Nessa época, assim como hoje, este assunto passou a fazer parte da lista de tópicos importantes tanto dos estadistas, como dos investigadores sociais, tornando-se objecto de projectos políticos, jurídicos e empresariais ligadas ao mercado de trabalho.

Estudar a pobreza remete-nos não só para às condições de vida das pessoas, mas também para a ligação conceptual que tem este fenómeno ao

---

<sup>10</sup> Cfr. Karl Polany, *A Grande Transformação*, Elsevier, São Paulo, 2000, p. 99

subdesenvolvimento. Na realidade, a maioria dos pobres vivem em países subdesenvolvidos. O que caracteriza esses países e seu subdesenvolvimento é uma gama muito elástica de factores que deve ser bem discutida. Na visão de alguns economistas ortodoxos, o subdesenvolvimento decorre do facto de alguns países estarem muito abaixo da média do rendimento *per capita* estipulado para se delimitar objectivamente o intervalo que classifica os países em subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou desenvolvidos. Em verdade, esta medida até certo ponto falha, porque encobre muitas desigualdades sociais e subjectivas internas.

Uma outra maneira de ver a questão do subdesenvolvimento é quanto à estrutura de um país, no que diz respeito ao nível de vida da população, quanto à educação, à saúde, à habitação, aos transportes, ao lazer e muitas outras variáveis que estão no modelo de bem-estar de um povo. Foi a partir deste ponto de vista que Malthus<sup>11</sup> investigou a produção gerada e o crescimento populacional que acontecia naquele momento e concluiu que, naquelas condições, onde a população crescia mais do que a produção, a sua tendência natural, seria a miséria total e absoluta da humanidade. Assim, as autoridades governamentais deveriam ficar atentas a esse fenómeno.

Um dos investigadores dos problemas sociais, Karl Marx<sup>12</sup>, mostrou a questão por um outro ângulo, que é a dinamização do processo de acumulação e concentração que se vem desenrolando ao longo da história. Enquanto que Malthus indicou a formação de uma superpopulação que estava condenada, pela falta de produção para o consumo, Marx agregou a questão ao denotar que a população excedente desempregada constituiria o exército industrial de reservas dos capitalistas que têm o objectivo principal sobreviver à custa da exploração da mão-de-obra excedente a baixo custo.

Estes dois pontos de vista, são fortes indicadores da pobreza da humanidade. Com efeito são os patrões (empresas) que decidem os salários que devem pagar aos seus trabalhadores. Dentro de um sistema de mercado de trabalho imperfeito, não existem condições para negociações entre

---

<sup>11</sup> Cfr. Robert Malthus, *Essai sur le principe de la population* (tradução de Ecic Vilquin e Prefácio de Jacques Dupâquier), INED, Paris 1980, cap I. in J. Manuel Nazareth, *Demografia a ciência da população*, Editorial Presença, Lisboa, 2004, p. 30

<sup>12</sup> Cfr. Karl Marx, *O Capital*, resumo de Gabriel Déville, 2ª edição, Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1975, p. 277

empregador e empregados em parceria, salvo exceções. Neste contexto de imperfeição, o prejuízo para os empregados, especificamente os sem qualificação, é muito alto, com tendência para um maior agravamento. Nessas condições, só resta ao trabalhador que ainda está empregado, preservar o seu emprego, mesmo com salários baixos. Os que são dispensados ou perdem seus empregos por outras razões, não encontram um emprego igual ao anterior, ou pelo menos, equivalente, restando a alguns as saídas de sub-emprego, ou viverem de biscates, ou ainda mendigando para sua sobrevivência e da família.

A proliferação desta situação pode conduzir à formação de diversas patologias sociais com custos para a sociedade, tal como a prostituição, roubos, abandono de menores, violência, insegurança, e muitos outros desequilíbrios sociais. São esses elementos que constituem a pobreza de uma Nação que se degrada e empobrece.

Tudo isto originou a dicotomia pobres *versus* ricos, com um efeito demonstrativo bastante forte. Este conceito está muito mais arraigado no subdesenvolvimento onde a discriminação e exclusão fazem parte do cotidiano. Assim, Fishlow<sup>13</sup> quando balizou a fronteira de pobreza de uma nação, quis demonstrar que as famílias que obtinham até um determinado nível de rendimento seriam consideradas pobres; ou de uma maneira geral, esta nação seria considerada subdesenvolvida.

A pobreza é o flagelo que assola especialmente o hemisfério Sul, atingindo mais de mil milhões de pessoas, vivendo em condições desumanas e de extrema carência básica. Parece haver uma separação geográfica Norte/Sul entre as zonas ricas e desenvolvidas e as pobres e subdesenvolvidas. Onde no Norte há abundância relativa e no Sul a escassez. Muitas causas contribuem para este estado de coisas. Por muitos anos se falou das diferentes causas que originam a pobreza em especial a falta de recursos. Hoje, com o conhecimento adquirido, sabe-se que a pobreza pode ser reduzida, e até eliminada, como uma doença é combatida pelo medicamento certo, aplicando às patologias, terapias específicas. De um modo geral a pobreza tem origem em diferentes causas e factores, conforme a região em causa.

---

<sup>13</sup> CFr. A. Fishlow, *Rich and Poor Nation in the World Economy*, McGraw-Hill, 1978, p. 38-41

Fátima Roque<sup>14</sup> distingue as diferentes causas da pobreza em África da seguinte forma: “Ausência de políticas eficazes de combate à pobreza e à exclusão social, associada à desigualdade continuada na distribuição dos rendimentos, da riqueza, dos recursos e das oportunidades (...); existência de conflitos armados e guerras civis (...); má gestão da economia, dos recursos e dinheiros públicos (...); redução contínua de oferta interna de bens essenciais (...); destruição e deficiente manutenção das infra-estruturas físicas, sociais e económicas (...); definição incorrecta das prioridades e sistema ineficaz de programação e gestão do investimento público e das despesas do Estado (...); capital humano pouco qualificado e desvalorizado (...); debilidade dos sistemas e dos padrões de educação, formação profissional, saúde, protecção social e saneamento básico (...); fraca participação democrática e cívica e desrespeito pelos direitos humanos mais elementares (...); acesso difícil aos sistemas sociais básicos (...); elevadas taxas de crescimento demográfico, de fertilidade e de mortalidade, infantil e juvenil (...); instituições fracas, desorganizadas e centralizadas (...); fraca mobilização da sociedade civil e consciência social débil (...); resistência no regresso às terras de origem das populações deslocadas e refugiadas (...); ausência de informação sobre o padrão e as características da pobreza e da exclusão social”

Todas as instituições mundiais relevantes e com responsabilidades na resolução do problema da pobreza no mundo, como o BM, OCDE, PNUD, entre outras reconhecem hoje, o carácter pluridimensional da pobreza. Conhecem as causas e o alcance, a dimensionalidade e as consequências deste fenómeno, bem como os sentimentos e a percepção que aqueles que passam por essas privações têm. Dimensões de carácter económica, humana, política, sócio-cultural, ambiental, etc.

A produção de dados sobre a pobreza actualmente gera classificações e tipificações quanto aos seus níveis. Apenas pelas estatísticas nunca se pode medir o sentimento humano daqueles que sofrem com este flagelo. Existem muitas definições de pobreza, absoluta e relativa. Em diferentes partes do mundo as classificações podem ser diferentes, apesar do rendimento igual. O chamado *limiar da pobreza* ou pobreza extrema é atribuído àqueles com um

---

<sup>14</sup> Cfr. Fátima Roque, *África, a NEPAD e o Futuro*, Textos Editores, Lisboa, 2007, p. 85-87

rendimento abaixo do nível de subsistência ou das necessidades mais elementares. O consumo baixo nos Estados Unidos ou na União Europeia é muito acima do considerado na África na Índia ou em outras partes da Ásia e América Latina, e mesmo assim é o *limiar da pobreza*.

### 3. Consequências da Pobreza

A Convenção do Banco Mundial fixa a linha de pobreza, em 1 dólar por dia de consumo (dólares PPC – Paridade do Poder de Compra – de 1985)<sup>15</sup>, como padrão de comparação internacional para a pobreza mais extrema; e entre 1 e 2 dólares como pobreza média. No entanto as linhas de pobreza para certas regiões diferem: para América Latina e Caraíbas – 2 dólares por dia; para a Europa do Leste e Países da ex-União Soviética – 4 dólares por dia; para os países industrializados (linha correspondente à dos Estados Unidos) – 14,4 dólares por dia. Com este último valor, qualquer pessoa na África ao sul do Sara ou no Sul da Ásia, seria considerada de uma classe média e não pobre.

Em 2000 A Ásia do Sul e a África Subsariana contribuíam com cerca de 88,0 por cento das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia. Esta última região, com 48,0 por cento das pessoas abaixo daquele limiar de pobreza, é sem dúvida, a região mais pobre do mundo. Segundo o Relatório do Banco Mundial<sup>16</sup>, intitulado “Indicadores do Desenvolvimento Mundial” divulgado em 15 de Abril de 2007, estima-se que 985 milhões de pessoas a nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2600 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares. Esta situação é particularmente dramática na África Subsariana: 87% da população do grupo de países menos desenvolvidos desta região vivia com menos de dois dólares por dia.

**Tabela 1 – Evolução da redução da pobreza, por regiões 1981-2004**

Percentagem de pessoas que vivem com menos de 1 dólar PPC

	1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999	2002	2004a
Ásia Oriental e Pacífico	57.73	39.01	28.24	29.84	25.23	16.14	15.40	12.33	8.88
Europa e Ásia Central	0.70	0.52	0.36	0.47	3.61	4.22	3.60	1.28	0.95
Ásia do Sul	10.77	13.06	12.09	10.19	8.42	8.88	9.60	9.05	8.71
América Latina e Caraíbas	5.08	3.82	3.11	2.33	2.12	2.23	2.08	1.69	1.47
Médio Oriente e África do Norte	49.57	45.39	45.11	43.05	36.86	36.06	35.04	33.44	31.11
África Subsariana	42.39	46.29	47.50	46.81	45.73	48.02	46.07	42.63	41.09
Mundo	40,40	33,00	28,50	27,90	26,30	22,30	21,50	20,70	18,40

Fonte. Worldbank 2005d

a) <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/jsp/index.jsp>

<sup>15</sup> Cfr. PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano, 1997*, Trinova Editora, Lisboa 1997, p.13

<sup>16</sup> Cfr. <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/WDI07section1-intro.pdf>

A percentagem da população dos países em desenvolvimento a viver na pobreza extrema diminuiu de 28% para 21% entre 1990 e 2004. Essa redução deu-se fundamentalmente na Ásia Oriental e do Sul. O estudo aponta também que, entre as diferentes regiões em desenvolvimento, a África Subsariana vive em pobreza extrema com 41,1 por cento da população, ao passo que no Leste asiático este número ronda os 9,0 por cento e na América Latina os 8,6 por cento.

A necessidade básica alimentar é insatisfeita para grandes massas populacionais. Em 1996 a Cimeira Mundial da Alimentação assumiu como objectivo a redução de 800 para 400 milhões o número de pessoas com fome, até 2015. Tarefa árdua e que parece longe de se atingir, ao ritmo a que estamos. Em 2007 registou-se um aumento de 50 milhões, fixando-se em cerca de 862 milhões, a quantidade de pessoas que sofrem de subnutrição em todo o Mundo<sup>17</sup>. Em 2002 cerca de uma pessoa em sete não tinha o suficiente para comer e a grande maioria destas vivem na África Subsariana e Ásia do Sul<sup>18</sup>; 150 milhões de crianças sub nutridas com menos de 5 anos (uma em cada três no mundo) onde cerca de 12,9 milhões destes morrem a cada ano antes dos seus 5 anos de vida. Mesmo não matando, a subnutrição crónica, muitas vezes causa traumatismos e mutilações graves, nomeadamente a falta de desenvolvimento das células cerebrais nos bebés, e cegueira por falta de vitamina A. Todos os anos, dezenas de milhões de mães gravemente sub nutridas dão à luz dezenas de milhões de bebés igualmente ameaçados.

O trágico estado de pobreza, a que vivem milhões de pessoas, em países, em todos os continentes, em especial nas zonas já referidas, acarreta consequências graves para a sobrevivência, e a própria existência de povos, nações, etnias e tribos. A mais grave delas é a fome, que silenciosamente vai aniquilando populações. Referimo-nos a casos de mal nutrição ou privação de comida entre as populações, normalmente devido à pobreza, conflitos políticos ou condições agrícolas adversas.

---

<sup>17</sup> Cfr. “Cimeira da FAO”, em <http://sic.aeiou.pt/online/noticias/vida/20080703Pessoas+com+fome+aumentaram+em+50+milhoes.htm>

<sup>18</sup> Cfr. “FAO unveils global anti-hunger programme” em <http://www.fao.org/english/newsroom/news/2002/5500-en.html>,

“O massacre, pela subalimentação e pela fome, de milhões de seres humanos continua a ser o maior escândalo do início deste terceiro milénio. É um absurdo, uma infâmia que nenhuma razão justifica nem nenhuma política pode legitimar. Trata-se de um crime contra a Humanidade indefinidamente repetido”, disse recentemente o relator especial da Comissão dos Direitos do Homem (das Nações Unidas) sobre o direito à alimentação, Jean Ziegler<sup>19</sup>.

É uma situação realmente intolerável, quando é do conhecimento geral que os bens produzidos mundialmente são suficientes para eliminar este fenómeno.

Uma das muitas vozes que tem levantado e chamado atenção do mundo para a urgência no empenho e concentração de esforços para erradicar a pobreza, falando na apresentação do relatório anual da FAO (*The State of Food Insecurity in the World*), O Director-Geral, Jacques Diouf<sup>20</sup>, alertou aos líderes mundiais presentes para o incremento da fome no mundo, chamando-os a honrar o compromisso assumido há dez anos na Cimeira para Alimentação em 1996, onde se propunha reduzir a fome em metade até 2015. “Comparado com os valores de 1996 aumentou o número de esfomeados, (...) longe de reduzir o número de pessoas com fome no mundo, pelo contrário regista-se um aumento de 4 milhões por ano. É inaceitável e intolerável, (...) é vergonhoso”.

Para além da fome, outras consequências não menos graves, são as doenças que dizimam os povos, como a SIDA/HIV que se tornou na primeira causa de morte prematura na África Subsariana registando um elevado crescimento na população feminina, baixando drasticamente a esperança de vida à nascença; carências de água potável e de saneamento ajudam a propagação da malária, que juntamente com a tuberculose não param de infligir a morte nas zonas de extrema pobreza. Estas doenças para além do carácter mortífero contribuem para a baixa taxa de esperança de vida e a elevada mortalidade infantil.

A nível de educação, o mundo também se debate com os problemas da iliteracia, e o analfabetismo. Neste campo os progressos têm sido insuficientes,

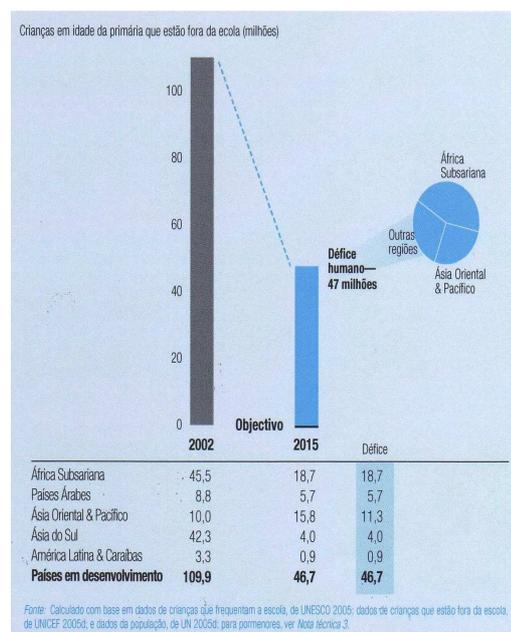
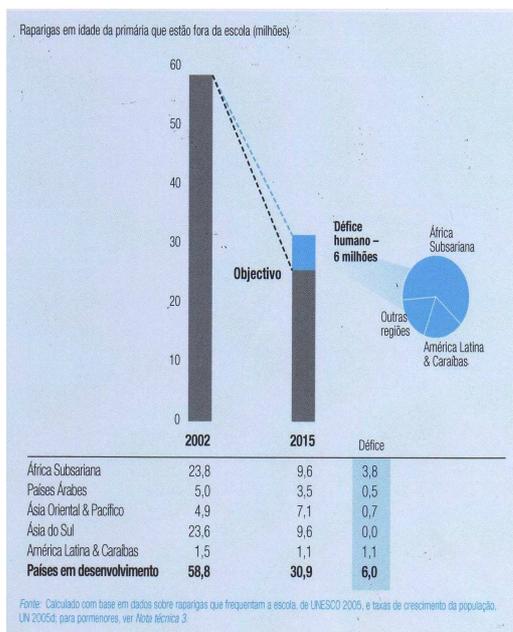
---

<sup>19</sup> Cfr. Jean Ziegler, *O Império da Vergonha*, Edições ASA, Lisboa 2007, p. 93

<sup>20</sup> Cfr. <http://www.fao.org/newsroom/en/news/2007/index.html>

embora nos últimos trinta anos a frequência da educação primária tenha aumentado. Todavia o progresso verificado nos países em desenvolvimento esconde uma disparidade a nível regional. Por exemplo a escolaridade registou uma diminuição na África Subariana na década de 90 essencialmente por causa de conflitos, catástrofes naturais e desorganização governamentais. Devido a preconceitos sociais este fenómeno atinge em maior grau o género feminino no continente Africano exceptuando o sul, e o sul da Ásia, onde são desperdiçadas as capacidades femininas. Em 1995 estabeleceu-se um objectivo de igual frequência escolar primária nos países pobres, onde as meninas representavam 43% da população escolar primária; ficou-se pelos 47% em 2005 não se atingindo portanto a meta desejável (50%).

**Figura 1 - Crianças não matriculadas na escola - custo humano**



Fonte: RDH, 2005

Quanto ao ensino secundário em 1996 elas constituíam 40% da população escolar secundária, tendo-se registado 47% em 2005. Há uma grande urgência em atingir o objectivo de educação para todos. Na África subsariana mais de 40 milhões de crianças não frequentam a escola primária, além de mais 45 milhões na Ásia. Por outro lado cerca de 130 milhões de jovens com idade entre 15 e 24 não saber ler nem escrever. O Objectivo de alcançar o ensino primário universal até 2015 será falhada em pelo menos uma

década “A educação primária é o passo fulcral para os países pobres entrarem no caminho que leva à sair da pobreza” disse Paul Wolfowitz<sup>21</sup>

A formação profissional e baixa qualificação são factores que contribuem em muito para o desemprego, e para o baixo rendimento. Não pode haver desenvolvimento, progresso e diminuição da pobreza e fome sem uma aposta clara na formação e qualificação das pessoas. Adelino Torres<sup>22</sup> aponta a negligência e o esquecimento dos problemas da repartição e da formação dos recursos humanos, também como causas da pobreza. O desenvolvimento não se compadece com monocultura, mono-ocupação, mono-actividade ou não qualificação. Estes factores estão na origem de bolsas de exclusão e desigualdade de oportunidades, grupos vulneráveis sujeitos a discriminação social, maiores riscos de instabilidade política e violência, condições adequadas ao aumento da criminalidade. Criando campo propício ao tráfico de pessoas, prostituição, uso de drogas e álcool, emigração e doenças psicossomáticas como as depressões.

Muito se tem falado e discutido nos grandes fóruns internacionais sobre estratégias para a redução e erradicação da pobreza, como adiante veremos os resultados de todo o trabalho feito até agora, são insuficientes.

---

<sup>21</sup> Paul Wolfowitz, Presidente do Banco Mundial, in <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/> (consultado em Julho 2007)

<sup>22</sup> Cfr. Adelino Torres, Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI, Vega, 2ª edição, Lisboa, 1999, p.8, disponível <http://www.adelinotorres.com/trabalhos.htm>

## **CAPÍTULO III**

### **AS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

Há uma série de instituições multilaterais, que no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, actuam nos programas regulares, resultantes de acordos entre países e organizações, ou na ajuda às populações deslocadas pelos conflitos armados, e na resolução e alívio dos estragos causados pelas catástrofes naturais.

Algumas dessas instituições embora importantes, têm um poder e influência apenas de características regionais, e são circunscritas à missão particular dentro do seu objecto. Também as Organizações Não Governamentais (ONG) têm uma actuação circunstancial e temporal, de socorro e ajuda imediata, necessariamente limitada.

Neste capítulo, serão abordadas as instituições consideradas mais importantes, e com maiores responsabilidades na cooperação e ajuda ao desenvolvimento, de carácter permanente e contínuo, com programas próprios, multidimensionais e descentralizadas globalmente, cujo papel tem contribuído para a disseminação da ajuda e cooperação para o desenvolvimento a nível mundial.

Assim, estudaremos os objectivos, estratégias, programas, funções, poder e influência da Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento/OCDE e da União Europeia.

## **1. ONU: Objectivos e Estratégias de Cooperação para o Desenvolvimento**

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada oficialmente em 1945 logo após o fim da Segunda Guerra Mundial por 51 países, actualmente é constituída por 192 países.

Uma das maiores conquistas da ONU aconteceu em 1948 com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Embora não seja um documento que representa obrigatoriedade legal, serviu como base para os dois tratados sobre direitos humanos da ONU, de força legal: o Tratado Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e o Tratado Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Continua a ser amplamente citado por académicos, advogados e assembleias constitucionais. Especialistas em direito internacional discutem com frequência quais de seus artigos representam o direito internacional usual.

No seu preâmbulo são declaradas as intenções e propósitos daqueles que aceitaram subscrevê-la, “como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objectivo, de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito desses direitos e liberdades, e, pela adopção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efectiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição”<sup>23</sup>

Para levar a efeito os seus propósitos a ONU está constituído por o que se denomina “Sistema das Nações Unidas”. Este sistema é formado por um conjunto de órgãos, agências, fundos, programas e escritórios – de carácter muito especializado, que ajuda a organização a cumprir melhor as suas tarefas. Esta especialização dos organismos da ONU permite tratar cada problema de uma forma mais eficaz.

A missão da ONU parte do pressuposto de que diversos problemas mundiais – como pobreza, desemprego, degradação ambiental, criminalidade,

---

<sup>23</sup> Cfr. <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>

SIDA/HIV, migração e tráfico de drogas – podem ser mais facilmente combatidos por meio de uma cooperação internacional. As acções para a redução da desigualdade global também podem ser optimizadas sob uma coordenação independente e de âmbito mundial, como as Nações Unidas.

A ONU desde sempre se assumiu como o principal veículo de promoção do desenvolvimento, através dos vários programas, agências e fundos específicos. Durante a guerra-fria, a existência dos blocos antagónicos, com sistemas e ideais económicos contrários, o mundo viveu em constante confronto e ameaças de conflitos. Essa disputa criou dificuldades à concretização de vários programas e iniciativas da ONU, algumas vezes paralisando-os, em prejuízo dos beneficiários. Hoje ainda se registam situações, em especial de ajudas a refugiados e populações deslocadas devido aos conflitos armados, quando a força da ONU para impor soluções se revela fraca. Os consensos são difíceis e delicados, os apelos à ajuda e socorro por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), das Organizações Não Governamentais (ONG), apesar das discussões nos grandes fóruns da ONU, hesitações, indecisões e dúvidas quanto à qualificação da situação não tem havido decisões com força suficiente para parar com as atrocidades nalgumas zonas do mundo (ex. situação no Darfur).

Ao longo de anos tem havido muitas críticas à actuação da ONU, quanto a inoperância, funcionamento e consecução de objectivos. Muitas destas críticas são justas, porém outras nem sempre, uma vez que a ONU depende de seus membros, no tocante a orçamento e recursos, os quais, embora definidos, nem sempre são cumpridos em tempo oportuno, deixando a ONU em situação financeira débil. É muito complexo levar a cabo programas destinados a ajuda e socorro de populações (consequências de catástrofes naturais ou a populações deslocadas e refugiadas da guerra) em que se envolvem diversas agências, quando muitas vezes com sobreposição de funções e actividades, criam alguma confusão e desempenhos menos eficazes.

De um modo geral ONU tem desempenhado bem suas funções (dentro do possível e permitido), e alcançados alguns objectivos, apaziguando algumas regiões, criando condições para o estabelecimento de relações de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Patrocinou várias iniciativas, e conferências mundiais, sobre Ambiente, Alimentação, desenvolvimento sustentável, entre

outros, com o objectivo de proporcionar às pessoas melhores condições de vida e bem-estar, melhor saúde, educação, segurança, melhor ambiente e um desenvolvimento sustentado. A iniciativa global mais recente foi “Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” que foi aprovado por 191 países da ONU, em Nova Iorque em 2000, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos onde estiveram presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países comprometeram-se a cumprir os 8 objectivos, até 2015. (referiremos a esta matéria no capítulo IV).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o organismo internacional (entidade da ONU), mandatado e vocacionado para promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras actividades, produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como execução de projectos que contribuem para melhorar essas condições de vida, nos países onde possui representação. É referenciado por produzir e divulgar o Relatório de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e também por ser o organismo internacional que coordena o trabalho das diversas agências, fundos e programas das Nações Unidas integradas no Sistema ONU nos países onde está presente. Além disso, o PNUD dissemina os objectivos do milénio, o conjunto de 8 objectivos, 18 metas e 48 indicadores para o desenvolvimento do mundo, a serem cumpridos até 2015, definidas pelos países membros da ONU em 2000, e monitoriza o progresso dos países rumo aos objectivos.

O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente, e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão económica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Esse destaque é apresentado desde 1990 nos RDH, que propõem uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúnem

tabelas estatísticas e informações sobre o assunto. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), mandatado pelo PNUD. A elaboração do IDH tem por objectivo oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão económica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do Nobel de Economia de 1998 Amartya Sen o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Mas, evidentemente, não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas. A cerca deste índice disse Amartya Sen: "Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante cepticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo – apenas um número – a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atracção do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano"<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Cfr. Amartya Sen, prefácio do RDH de 1999

## **2. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)**

O FMI e o BM são as organizações autónomas da ONU de carácter económico e financeiro, criadas na Conferência de Bretton Woods em 1944, com o acordo de 44 países no despoletar do fim da Segunda Grande Guerra.

A Conferência<sup>25</sup> foi convocada para construir uma nova ordem económica mundial que impedisse novos cataclismos como os que aconteceram durante a Grande Depressão dos anos 30. A reunião centrou-se ao redor de duas figuras chaves: Harry Dexter White, Secretário-Assistente do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e de Lord Keynes, inspirador do programa em discussão, representando os interesses da Grã-Bretanha, que juntos formavam o eixo do poder económico mundial na época.

Acertou-se que dali em diante, em documento assinado em 22 de Julho de 1944, no período do pós-guerra, haveria um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional bem como um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, ou simplesmente, Banco Mundial (BM).

Estas instituições nasceram com objectivos muito modestos, uma vez que as crises que pretendiam evitar apenas cobriam um pequeno grupo de países. O FMI tinha como objectivo conseguir e manter a estabilidade monetária e o equilíbrio das balanças de pagamentos dos países membros, o BM dirigia a sua actividade para o financiamento do desenvolvimento económico, sobretudo através de operações de longo prazo. Porém, de 1944 para cá, muita coisa mudou. O padrão-ouro, sobre o qual fora construída a Nova Ordem, foi desmantelado em 1971, o dólar tornou-se a moeda hegemónica de reserva mundial, e os activos financeiros são hoje centenas de vezes mais importantes que os comerciais.

As crises em conta corrente tornaram-se raras. Para evitá-las, cada país tratou de acumular reservas, com enormes sacrifícios para o bem-estar de sua

---

<sup>25</sup> Cfr. Serra, António M. de Almeida, em [http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/fmi\\_1.htm](http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/fmi_1.htm)

população. A maior parte dessas reservas<sup>26</sup> de hoje são constituídos por títulos do Tesouro dos Estados Unidos, o que cria novas distorções. É que reservas são excessos de dólares que só podem ser obtidos por meio da formação de superávits comerciais; como não há *superávit* sem contrapartida de *deficit* (em outros países), a situação actual está assente sobre em desequilíbrios estruturais, justamente o que se pretendia evitar em Bretton Woods.

Se as crises em conta corrente diminuíssem, em compensação o mundo inteiro ficou vulnerável a “buracos negros” nas contas de capitais (onde são registados os fluxos em moeda), com enorme força de contágio global.

A partir dos anos 70, a função preponderante do FMI foi a de ser “bombeiro” de crises financeiras. O FMI ficou mais vulnerável perante as novas dimensões da economia mundial. Seus activos não ultrapassam os 330 mil milhões de dólares. Se tivessem hoje o tamanho relativo do seu início, seriam 3 vezes mais.

As fronteiras<sup>27</sup> de actuações e missões de ambas as instituições estão hoje de certa forma diluídas, uma vez que o FMI tem vindo a desempenhar papel de grande importância no domínio do chamado ajustamento estrutural das economias e das reformas económicas, nos países em desenvolvimento e nas economias em transição. Dada a sobreposição de funções que se verifica, é justo indagar a necessidade de reformas das duas instituições.

Nota-se claramente a partir da década de 80 essa sobreposição de funções, devido às primeiras dificuldades de certos países em liquidar suas dívidas externas. O FMI teve que se ocupar com planos de reestruturação económica, formulando propostas tendentes a alterar as próprias políticas económicas dos países membros. Passou de instituição de financiamento de curto prazo das balanças de pagamento a um importante e muitas vezes contestado actor da política económica internacional.

O seu principal instrumento de financiamento dos planos de ajustamento estrutural o ESAF<sup>28</sup> (*Enhanced Structural Adjust Facility*), foi alvo de muitas críticas, onde se destaca a redução das possibilidades de adaptação dos

---

<sup>26</sup> Cfr. Cfr. Roberts, Paul Craig, *Who Owns the Dollar?*, em [http://www.vdare.com/roberts/050704\\_dollar.htm](http://www.vdare.com/roberts/050704_dollar.htm)

<sup>27</sup> Cfr. Driscoll, David D., *The IMF and the World Bank how do they differ?* em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/exrp/differ/differ.htm>

<sup>28</sup> Cfr. “How the PRGF Differs from the ESAF” em <http://www.imf.org/external/np/exr/ib/2001/043001.htm#how>

agentes implicados, com aumentos dos custos do processo, a não consideração dos factores institucionais e necessidade de diminuir o papel do Estado, a desarticulação social, debilitando a apropriação da forma por parte daqueles que deviam aplicar. Perante tanta contestação, e o reconhecimento da justeza de algumas críticas, em 1999, o FMI aprovou e adoptou o PRGF (*Poverty Reduction and Growth Facility*) em substituição da ESAF.

O PRGF pretende alterar a forma como o FMI passa a trabalhar no apoio aos países membros de baixo rendimento. A primeira alteração será no conteúdo dos programas por ele apoiados nesses países, direccionado aos pobres e ao crescimento. A segunda alteração será o enfoque na apropriação pelos países dos programas apoiados pelo PRGF. E por último, a redefinição do papel do FMI e do relacionamento com outras agências de apoio aos esforços para o desenvolvimento dos países de baixo rendimento.

Com o objectivo de redução da pobreza nos países subdesenvolvidos em Dezembro de 1999 o FMI e o BM aprovaram um novo dispositivo de modo a que esses países tomassem em suas mãos as estratégias para a redução da pobreza. Além de estas serem assumidas pelos países receptores, essas estratégias devem ser orientadas tendo em conta os resultados, baseados numa perspectiva de longo prazo. Devem, além disso, favorecer a formação de parcerias internas e externas e ser formuladas num Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSP), podendo também servir de quadro para a ajuda ao desenvolvimento numa perspectiva que vá além das actividades do BM e do FMI.

Este processo amadureceu e consolidou-se suscitando alguma abertura de diálogo sobre as políticas e as intervenções governamentais mais susceptíveis de reduzir a pobreza nos cerca de 60 países de baixo rendimento que o aceitaram. O sucesso desta estratégia também depende dos parceiros externos que concordaram em incrementar o apoio a essas medidas. O PRSP poderá eventualmente aumentar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, por estar assente em bases convergentes, sobre as capacidades internas dos países e sobre o apoio da comunidade internacional<sup>29</sup>.

---

29

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPAME/0,,contentMDK:20211071~menuPK:412209~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:384263,00.html>

A actuação do FMI tem sido muito criticada pelos muitos falhanços e pela ineficácia da aplicação de suas medidas e estratégias em inúmeras economias, trazendo para a rua milhões de manifestantes, desempregados, falidos, etc....– consequência da falência de suas medidas impostas a esses países.

Um dos grandes críticos do FMI tem sido o laureado Nobel da economia Joseph Stiglitz<sup>30</sup>, que olha para o funcionamento e actuação da instituição com uma veemente reprovação. O afastamento do seu objectivo inicial de promover a estabilidade económica mundial e o envolvimento mais recente na liberalização dos mercados de capitais – que serviram os interesses da comunidade financeira em detrimento da estabilidade mundial, (...) a substituição da ciência económica pela ideologia, (...) não discute as incertezas associadas às políticas que recomenda, e opta por projectar uma imagem de infalibilidade, (...) não tende a aprender com os erros, e actua muitas vezes quase como se acreditasse na sua própria infalibilidade. (...) com a catadupa de previsões que nunca se realizam, (...) perdeu muita da sua credibilidade.

O FMI precisa de uma grande transformação, e de voltar aos objectivos originais, limitando-se à gestão dos equilíbrios financeiros e promover internamente uma reforma de governo mais democrático e responsável perante os Estados.

Quanto ao BM, pelos seus estatutos só pode conceder empréstimos aos Estados soberanos. A sua actuação no terreno pôs em evidência a necessidade de criar instrumentos mais especializados e flexíveis para determinadas operações. Assim sendo criou instituições especializadas – que formam no seu conjunto o chamado “Grupo Banco Mundial”<sup>31</sup>. Em 1956 criou a *International Finance Corporation* (IFC) vocacionada para a concessão de crédito ao sector privado dos países em desenvolvimento. Para a concessão de empréstimos em condições mais favoráveis e adaptada às condições dos países muito pobres criou em 1960 a *International Development Association* (IDA). O *International Center for Settlement of Investment Disputes* (ICSID) em

---

<sup>30</sup> Cfr. Joseph E. Stiglitz, *Globalização A Grande Desilusão*, Terramar, 3ª edição revista, Lisboa, 2004, p.282-295

<sup>31</sup> Cfr. <http://www.worldbankgroup.org/>

1966, e a *Multilateral Investment Guarantee Agency* (MIGA), em 1988, uma agência de seguro de crédito.

O BM tem tido um forte empenho na criação e implementação de programas de cooperação e ajuda ao desenvolvimento especialmente para a África subsariana. Em 1987 criou um *Special Program of Assistance* (SPA)<sup>32</sup>, programa especial de ajuda que se revelou um instrumento importante que melhor contribuiu para manter vivos os objectivos do desenvolvimento em África, apesar das indecisões, avanços e recuos. Especialmente para apoiar os países fortemente endividados e de baixos recursos da África subsariana, o SPA começou por ser uma associação informal de doadores de fundos, com a finalidade de prestar apoio aos programas de reforma económica que haviam sido estabelecidos entre, de um lado os países africanos e, do outro o FMI e o IDA, do Banco Mundial.

Este programa de acção foi rapidamente alargado não só para obter os recursos necessários ao financiamento dessas reformas, mas também para racionalizar os procedimentos dos doadores de fundos, acompanhar os resultados dos programas de ajustamentos, tendo em vista atenuar o seu impacto sobre a pobreza, examinar as práticas adoptadas pelos doadores em apoio das reformas e proporcionar uma orientação intelectual para toda uma gama de questões do desenvolvimento.

O subdesenvolvimento da região estava ligado a ausência de reformas económicas profundas e dada a sua dimensão, as necessidades de financiamento não poderiam ser satisfeitas pelas instituições financeiras internacionais. Por conseguinte era imperativo harmonizar, o mais rapidamente possível, os objectivos e as práticas dos doadores de fundos. Era também claro que, a menos que se fornecesse um apoio adequado e rápido para financiar um volume suficiente de importações e de despesas, a crise não deixaria de se agravar e as perspectivas de reforma iriam diminuir. Assim sendo, na primavera de 1987, o Comité de Desenvolvimento do BM e do FMI chegou à conclusão que era urgente atacar as dificuldades excepcionais de que sofriam numerosos países de baixo rendimento, nomeadamente os altamente

---

<sup>32</sup> Cfr. <http://www.spa-psa.org/main.html>. - Apesar de conservar a sigla SPA, em Dezembro 1999 foi alterado a designação para *Strategic Partnership with África*, (Parceria Estratégica com África), assinalando a mudança na agenda de parceria e estrutura desde a sua concepção e criação.

endividados da África subsariana. Os progressos económicos e sociais realizados na região estavam ameaçados pela profunda crise financeira e pelo peso da dívida. O Comité do Desenvolvimento pediu insistentemente aos doadores de fundos para encontrarem um meio de aligeirarem mais a dívida, dos países da região em condições liberais. Para isso o BM preparou um programa de ajuda que devia permitir coordenar a mobilização de fundos junto de diversas fontes de ajuda. Um projecto a favor dos países de baixo rendimento sobre-endividados da África subsariana SPA, apresentado pelo BM e FMI ao Comité do Desenvolvimento em Setembro de 1987 e acolhido de forma favorável.

Tratava-se sem mais delongas de reagrupar as grandes instituições e fontes de financiamento bilaterais para a África, de inverter a tendência da regressão da ajuda ao desenvolvimento e de colocar a ajuda a África numa perspectiva mais realista, tendo em conta os pontos de vista dos países beneficiários, o que mecanismos de coordenação da ajuda no terreno não faziam. O SPA deveria seguir de muito perto o financiamento dos doadores de fundos – incluindo o aligeiramento da dívida em condições liberais – e os resultados obtidos pelos países, ao mesmo tempo que os doadores seriam persuadidos a fornecer uma parte importante da sua ajuda sob forma de “empréstimos de desembolso rápido”, à margem da sustentação da balança de pagamentos, para apoiar os programas de reformas dos países elegíveis.

Portanto o SPA é a celebração de um pacto entre doadores de fundos e os países elegíveis, através do qual os doadores devem, por meio de mecanismos de desembolso rápido, colocar os financiamentos necessários à disposição dos países beneficiários e estes devem lançar e prosseguir programas de reformas económicas.

O SPA no seu lançamento criou condições de coordenação e concertação de esforços de doadores de fundos, ajudou a manter no horizonte a meta do desenvolvimento económico, a orientação para economia de mercado, e liberalização de regimes políticos. O desempenho dos países beneficiários melhorou notoriamente desde meados de 90. Registou-se reduções de défices e declínios notáveis na inflação que se devem em parte, à melhoria da gestão macroeconómica que resultaram num fortalecimento da posição orçamental desses países.

Também por mérito da SPA, a questão da dívida externa mantém-se no primeiro plano das organizações internacionais. O esforço do alívio da dívida foi intensificado e os doadores aprovaram a chamada iniciativa a favor dos países pobres e endividados (*Heavily Indebted Poorest Countries*, HIPC)<sup>33</sup>. Desta iniciativa resulta um progresso porque se trata de um sistema criado para reduzir as dívidas multilaterais, bilaterais e privadas dos países pobres mais endividados. Mais tarde em Junho de 1999 na Cimeira do G7 em Colónia, os líderes acordaram numa iniciativa HIPC melhorada para tentar proporcionar o alívio da dívida mais rápido, aos países mais pobres que demonstrem um compromisso e empenho nas reformas e na redução da pobreza.

Apesar de todo este esforço, África continua a debater-se com graves problemas e na maior parte dos países do SPA, a retoma do crescimento económico não foi sustentado, senão recentemente, embora ainda frágil. Serão necessárias reformas profundas continuadas e apoiadas para haver um crescimento mais rápido, duradouro e multisectorial, e capacidades institucionais nitidamente reforçadas, que permitam fazer recuar significativamente a pobreza.

---

<sup>33</sup> Cfr. <http://www.imf.org/external/np/hipc/index.asp>

### **3. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)**

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), com sede em Paris, é uma organização internacional dos países desenvolvidos, industrializados e democráticos. Fundada em 30 de Setembro de 1961, sucedendo à Organização para a Cooperação Económica Europeia criada em 16 de Abril de 1948. Actualmente fazem parte da organização 30 estados membros. É também chamada de “Grupo dos Ricos”. Juntos, os 30 países participantes, produzem mais de metade de toda a riqueza do mundo.

A Organização foi criada depois da Segunda Guerra Mundial com o propósito inicial de coordenar o Plano Marshall, tendo evoluído no tempo e alargado suas fronteiras, transformando-se numa organização de actuação transatlântica e mundial. Depois de mais de quatro décadas, a OCDE alargou o seu campo de influência que, inicialmente, se centrou nos países membros, para abranger todos os países que, no mundo inteiro, pretendam aderir à economia de mercado.

A OCDE influencia a política económica e social de seus membros, tem por missão reforçar a economia dos países membros, melhorar a sua eficácia, promover a economia de mercado, desenvolver um sistema de trocas livres e contribuir para o desenvolvimento e industrialização dos mesmos. Um dos objectivos é o de ajudar o desenvolvimento económico e social no mundo inteiro, estimulando investimentos nos países em desenvolvimento e ajuda pública ao desenvolvimento. Tem colocado ao dispor das economias de mercado emergentes toda a experiência acumulada, nomeadamente aqueles países que transitaram de economias centralizadas para economias de mercado. Outro dos grandes objectivos da organização é a boa gestão dos sectores público e privado.

Sua acção consiste na adopção de instrumentos internacionais, decisões e recomendações, com o intuito de promover regras ou acordos multilaterais, necessárias para garantir o progresso das nações dentro de uma economia cada vez mais global. Por mais de quatro décadas tem sido uma das maiores e mais fiáveis fontes de comparações de dados estatísticas,

económicas e sociais, bem como pesquisas, previsões e análises de desenvolvimento, mudanças sociais, evolução de padrões comerciais, ambientais, agricultura, tecnologia, impostos, educação, pobreza e outros<sup>34</sup>.

Entre os comités constituintes da OCDE, destaca-se o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), específico para a área da cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Criado em Setembro de 1961, este Comité tem como objectivo coordenar os esforços e os recursos internacionais a favor dos países receptores da ajuda, de modo a que estes possam atingir um desenvolvimento económico e social durável, participem na economia mundial, sejam responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento e reforcem a capacidade das respectivas populações na diminuição do seu nível de pobreza.

Pretende-se, assim, criar as recomendações e linhas de orientação que de uma maneira integrada possibilitem o contributo cada vez maior da cooperação internacional para que os países parceiros em desenvolvimento ingressem activamente na economia global e sejam capazes de ultrapassar a situação de pobreza que os caracteriza. Encoraja e harmoniza a ajuda dos países da OCDE aos países em desenvolvimento, assumindo-se como uma das principais instâncias no seio das quais os grandes doadores bilaterais trabalham em conjunto para melhorar a eficácia dos seus esforços comuns no apoio ao desenvolvimento de uma forma durável. No entanto os objectivos para a ajuda ao desenvolvimento não são alcançados e muitas das vezes são camufladas. Richard Carey<sup>35</sup> distinguiu a ajuda ao desenvolvimento em uma parte que é real e outra que é “fantasma”. Onde apenas 39% da ajuda pública é real e 61% é “ajuda fantasma”. Nesta parte estão incluídos ajudas com preços sobreavaliados, itens não identificados como ajudas, custo excessivo de transporte e outros componentes que em nada ajuda aos pobres. No *hanking* de ajuda real Portugal é o 1º da lista de ajuda efectiva ao desenvolvimento.

No âmbito dos seus objectivos principais realçam-se: a aplicação das pesquisas efectuadas, de forma a elaborar recomendações no contexto da política económica; a concessão de aconselhamento político aos países membros e aos não-membros no que toca às previsões económicas com

---

<sup>34</sup> Cfr. [http://www.oecd.org/pages/0,3417,en\\_36734052\\_36734103\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_36734052_36734103_1_1_1_1_1,00.html)

<sup>35</sup> Cfr. Richard Carey, Deputy Director of DAC Secretariat “Real or phantom aid?” in [http://www.oecd.org/document/29/0,2340,en\\_2649\\_33721\\_34990749\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/29/0,2340,en_2649_33721_34990749_1_1_1_1,00.html)

repercussões quer, a nível nacional, quer a nível internacional; o desenvolvimento de parcerias com outras instituições dedicadas à investigação, sejam elas públicas ou privadas, e a promoção da distribuição das conclusões emanadas das pesquisas realizadas, organização de reuniões de peritos, seminários e conferências sobre temáticas em análise.

A rede do CAD/OCDE para a Cooperação para o Desenvolvimento e Ambiente e acompanhamento das parcerias para erradicação da pobreza, seguem de perto e controlam através de monitorização das actividades relacionadas com o ambiente e desenvolvimento dos seus membros e periodicamente são feitos inquéritos e exames que avaliam o progresso e envolvimento dos Estados membros e a aplicação prática dos programas no âmbito da cooperação e ajuda ao desenvolvimento.

Muitas das políticas promovidas pela OCDE têm sido alvos de críticas parte de membros e não-membros da organização, bem como de ONG. Os Estados Unidos pretendem dar a OCDE uma liderança forte a nível político e uma nova energia. Criticaram o estudo sobre o desemprego por negligenciar a dimensão macroeconómica e pela ausência de medidas que impulsionam o emprego. Também as altas taxas de juro praticadas na UE centradas no controlo da inflação, não contribuem para a saída da recessão<sup>36</sup>.

A defesa e promoção da flexibilização dos mercados laborais<sup>37</sup>, abolição de todas as barreiras ao comércio e à concorrência, penalização de países que baixam impostos como meio para atrair investimentos, não são do agrado de alguns membros.

Os PED contestam as políticas de desenvolvimento preconizadas pela OCDE argumentando que países em desenvolvimento não são comparáveis com países desenvolvidos. Portanto, políticas económicas adequadas a países desenvolvidos não são necessariamente as políticas que ajudariam os PED a alcançarem o desenvolvimento.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Cfr. "OECD Head Rejects U.S. Criticism Over Employment Policy" in <http://www.iht.com/articles/1994/02/17/labor.php>

<sup>37</sup> Cfr. "Unions criticize biased OECD research for services liberalisation" in <http://www.epsu.org/a/1192#Statement>

<sup>38</sup> Cfr. "SA will be better off learning from history than taking OECD's advice" in [http://www.engineeringnews.co.za/article.php?a\\_id=138330](http://www.engineeringnews.co.za/article.php?a_id=138330)

## 4. A União Europeia

A política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia (UE) remonta à associação dos países e territórios ultramarinos (PTU) à Comunidade Económica Europeia (CEE), aquando da sua criação. Com assinatura do Tratado de Roma que instituiu a CEE e por iniciativa e insistência da França se conseguiu estabelecer uma ponte entre a Europa e África – a Europa em formação e os países recém independentes (ex-colónias) e outros territórios ainda sob soberania Francesa. Razões fortes teve a França para impulsionar adopção destas normas, receando em consequência da união aduaneira a CEE exercesse acções discriminativas contra esses territórios que apesar de independentes eram como uma extensão sua, e também por causa dos enormes encargos financeiros que suportava com a compra de matérias primas destes países, fazendo com que houvesse uma solidariedade compartilhada pelo grupo<sup>39</sup>. Nasce uma política, assente numa ligação solidária entre a Europa e os países do sul, com o objectivo de assegurar o desenvolvimento e prosperidade destes países. Esta intenção é confirmada logo no preâmbulo do Tratado. No início a cooperação para o desenvolvimento foi infrutífero, resultado de um processo de descolonização ainda no início, e também da indefinição da política de cooperação e, que instrumentos pôr ao serviço da mesma. É criado o primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) com uma dotação de 581 milhões de unidades de conta (1 UC=1 USD de 1959) para um período de 5 anos. Eis que a verdadeira política de cooperação dá os primeiros sinais com uma Europa acabada de nascer, se comprometendo comercialmente e financeiramente com cerca de “vinte países ultramarinos”. Esta associação entre uma nova Europa e um conjunto de novos países também estes, acabados de nascer como tal, livre do jugo colonial, fruto da circunstância e da necessidade, vai tomar forma, passo a passo e se tornar numa política europeia de cooperação para o desenvolvimento, longe daquela pensada pelos fundadores da CEE.

---

<sup>39</sup> Cfr. Dennis Swann, *A economia do Mercado Comum* (tradução portuguesa), Edições 70, p.290-291

A descolonização em África, atinge o seu auge entre 1958 e 1962, aumentando o role de jovens estados sequiosos pela obtenção e manutenção de benefícios da sua associação com a Europa. Benefícios esses que era o acesso privilegiado ao seu mercado – sobretudo para os produtos de base, cujas receitas representavam uma parte significativa das tesourarias desses novos países – e ajuda financeira que, apesar de pequena, não era de desprezar na altura em que afirmam a vontade de se equiparem e desenvolverem.

Esta associação, concretizada num o primeiro acordo propriamente dito, assinado em 1963 em Yaoundé nos Camarões, resulta de um processo negocial, de escolha explicitada por parte dos dezoito países, todos francófonos (à excepção da Somália) e todos africanos (à excepção de Madagáscar) que constituíam os Estados Africanos e Malgaches Associados (EAMA). Em 1958 iniciou-se a política de cooperação através de um processo unilateral por parte da Europa, em 1963 o processo já envolveu partes (Europa e os EAMA), lançando definitivamente as bases para uma política solidária para o desenvolvimento. Estabeleceu um acordo, onde para além das questões comerciais e da ajuda financeira e técnica, criou instituições comuns a nível ministeriais e parlamentares.

Há por consequência, desde o Tratado de Roma uma clara intenção de a Comunidade desenvolver uma política de cooperação para o desenvolvimento dos territórios, entendida esta como um conjunto de propósitos políticos, económicos e sociais desde sempre presente no “espírito” europeu. A Europa não fica indiferente às grandes alterações mundiais, evolui sua política de cooperação e alarga os seus horizontes para além de África essencialmente francófona (EAMA) estabelecendo associações ou acordos comerciais com países terceiros. Após alguns acordos falhados, em 1969 é rubricado um acordo com os países da África Oriental, essencialmente de natureza comercial.

Com o tempo esta Convenção foi sendo alvo de inúmeras críticas quanto ao impacto de algumas de suas disposições. Assim o regime preferencial instituído não conseguiu desenvolver as relações comerciais entre as duas partes. Portanto Yaoundé havia falhado, também, ao não ter conseguido garantir a segurança nas relações dos Associados com a

Comunidade: as preferências comerciais tinham diminuído e não estava prevista nenhuma medida de garantia das receitas das exportações. Neste contexto os Estados africanos entendiam que o acordo futuro deveria ter uma natureza contratual, de modo a garantir segurança necessária às relações comerciais. Iaoundé foi manifestamente uma relação desigual, no seio da qual os Estados da Comunidade tomavam sozinhos as decisões que depois comunicavam unilateralmente aos Associados<sup>40</sup>.

Por seu turno, o contexto internacional da década de 70 e as sucessivas adesões de novos Estados à Comunidade, com especial destaque a do Reino Unido, tornaram necessária a reorientação do quadro da cooperação europeia, concretizada sucessivamente pelas quatro Convenções de Lomé<sup>41</sup>. É também reforçada os laços de cooperação com o Magreb e o Machrek dando início a uma dinâmica de parceria em direcção à África anglófona e a zonas da Ásia e da América Latina. O alargamento da própria Comunidade produz efeitos consideráveis e a Europa começa a aplicar de facto de uma forma mais vasta a sua política de cooperação, tanto em África como no resto do mundo. Esta política evolui, não por acaso, mas com a contribuição de outros factores, e lança as relações de cooperação Europa-mundo, numa nova fase.

Então em 1972 a Comunidade confirma a sua vontade de lançar uma política global de cooperação para o desenvolvimento à escala mundial sem no entanto renunciar à política de associação regional. Com base no “Memorando Deniau”<sup>42</sup>, que tinha por objectivo uma síntese entre as vantagens adquiridas e garantidas aos parceiros actuais da associação e uma verdadeira renovação da mesma associação que, em resultado de seu alargamento, implicaria adaptações e complementos muito importantes. Apresentado para discussão, pela Comissão, desta discussão e da cooperação regional resultou em um ambiente favorável a celebração do mais vasto acordo de cooperação da história, envolvendo países anglófonos situados em África, Caraíbas e no Pacífico, e francófonos da África. Nasce assim o grupo dos países da África,

---

<sup>40</sup> Cfr. John Ravenhill, *Collective Clientelism – The Lomé Conventions and North-South Relations*, Columbia University Press, New York, 1984, p.5

<sup>41</sup> As Convenções de Lomé (Lomé I, 1975; Lomé II, 1979; Lomé III, 1984; Lomé IV, 1989). As três primeiras tiveram uma duração de 5 anos cada e a quarta teve 10 anos

<sup>42</sup> O Memorando ficou conhecido pelo nome do Comissário para o Desenvolvimento, responsável pela sua elaboração, Déniau, intitulado “Renovação e Alargamento da Associação com os EAMA e Alguns Países em Vias de Desenvolvimento pertencentes à Commonwealth”.

das Caraíbas e do Pacífico (ACP), e em 1975 é assinada a Convenção de Lomé, no Togo, entre os nove países da CEE e os quarenta e seis países da ACP.

Este acordo marca uma mudança qualitativa nas relações entre os dois blocos de países. Até mesmo os adversários críticos de Lomé não podem negar que este acordo foi um salto qualitativo relativamente a laoundé. É um acordo mais amplo, que abarca o comércio, mercadorias, assistência financeira e instituições conjuntas, para consultas mútuas contínuas. São introduzidos elementos novos que alargaram a cooperação entre ambas as partes, nomeadamente provisões no sector industrial e medidas de estabilização das receitas de exportação de mercadorias agrícolas.

O “espírito” de cooperação presente em Lomé caracteriza-se por quatro elementos principais: segurança das relações de cooperação baseadas num regime de direito resultante de um acordo celebrado livremente entre parceiros; acordo colectivo entre dois grupos regionais, que exclui qualquer discriminação; cooperação baseada num diálogo permanente; abordagem global, que cobre todas as formas de ajuda ao desenvolvimento<sup>43</sup>.

A Convenção de Lomé vigorou por 25 anos, tendo sido renovada sucessivamente através de revisões periódicas, com as necessidades de adaptar as disposições da Convenção às alterações e cambiantes da vida internacional. As tendências no pensamento económico e político, o equilíbrio de poder, a recessão económica mundial, a deterioração dos termos de troca para os países em vias de desenvolvimento, as negociações do Uruguay Round, o colapso da Cortina de ferro, o Mercado Interno Europeu foram factores que contribuíram para tornar a Convenção um instrumento de cooperação multilateral único.

Numa base de igualdade foram estabelecidos protocolos relativos ao açúcar, às bananas, à carne bovina e ao rum, que prometiam uma situação de não-perda baseada, em parte, nas velhas preferências coloniais.

No entanto a crise do petróleo provocou uma subida dos preços dos produtos de base entre 1979 e 1981 e como consequência disso o PNB por habitante da África Subsariana caiu para 0,1%, quando vinha tendo um

---

<sup>43</sup> Cfr. Capítulo 1 da Convenção de Lomé

crescimento de 20% por ano nos períodos de 1961-1973. Apesar de algumas inovações úteis, nomeadamente o sistema Stabex (um mecanismo concebido para preservar as receitas dos países exportadores de produtos de base, prevenindo as flutuações de preços) o sistema Sysmin (um mecanismo de estabilização das receitas de exportação provenientes dos produtos mineiros) e o aumento da ajuda financeira para 5,7% de ECU, o Lomé II foi considerado decepcionante para os países ACP.

De 1980 a 1987, a situação em África agravou-se, os investimentos diminuiriam drasticamente. Os efeitos da recessão económica mundial foram devastadores para os países africanos. A deterioração das suas economias, causada pelas secas e calamidades naturais, foi agravada pela diminuição do comércio dos produtos de base, pela subida incontrolável das taxas de juro, as flutuações extremas das taxas de câmbio, o proteccionismo, os desequilíbrios da balança de pagamentos, o aumento da dívida externa e pela diminuição real da ajuda pública ao desenvolvimento.

Com a década de 90, a criação do Mercado Único e a adopção de uma Carta Social foram acontecimentos determinantes. Por um lado, os acontecimentos no Leste europeu, e a grande atenção que a CEE lhes deu, motivaram preocupação aos países ACP. No entanto, a Comunidade procurou assegurar a estes que o mercado único era uma ocasião favorável e não uma ameaça e que o melhoramento das relações Leste/Oeste deveria ser acompanhado de um progresso nas relações Norte-Sul.

A Convenção de Lomé IV, que vigorou até a viragem do século, num momento de profunda mudança estrutural, cujos efeitos continuam a fazer-se sentir a todos os níveis, sobretudo político-estratégicos. A queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética e a reunificação alemã. As guerras relacionadas com a questão Leste/Oeste são substituídas por conflitos internos, que acompanham a desagregação de Estados débeis, com economias fragilizadas, ou mesmo devastadas, a braços com tentativas, nem sempre bem sucedidas, de equilibrar o Orçamento e simultaneamente manter a paz social e iniciar a transição democrática. Por tudo isto, sai reforçado o articulado político de Lomé IV, e a revisão de 1995 ainda vem imprimir mais força à condicionalidade política da ajuda internacional via Convenção de

Lomé<sup>44</sup>. Por outro lado, Lomé IV dá maior ênfase à sociedade civil, formalizada nas ONG. Como refere o Livro Verde<sup>45</sup>, na vigência de Lomé IV é introduzida uma cláusula referente aos direitos humanos, que prevê a suspensão da Convenção para qualquer Estado ACP que viole os direitos humanos. Nela é também imposta o respeito pelos princípios democráticos, a consolidação do Estado de Direito e ainda “a boa gestão dos negócios públicos”, ou seja a “boa governação”.

Apesar desta cláusula inovadora expressar um compromisso político, é de todo difícil sua aplicação prática, inerente aos critérios de aplicação para determinar se um Estado está ou não a cumprir os seus compromissos naquela matéria nem sempre serem evidentes.

Na realidade a Comunidade assume de forma clara uma política de cooperação para o desenvolvimento mais abrangente e prioritária, com o Tratado de Maastricht – Tratado da União Europeia (TUE)<sup>46</sup>. Nele, é efectivamente estabelecida uma base jurídica expressa e específica para a política externa de cooperação para o desenvolvimento, e se refere a política no domínio da cooperação no desenvolvimento como um dos meios para realizar os fins da Comunidade.

A cooperação para o desenvolvimento ganha uma dimensão maior na política externa da Comunidade. Apesar dos quarenta anos de relações de cooperação, sob forma de associações, evoluindo para convenções, que se traduziram em vários acordos especiais e protocolos – comerciais, industriais, agrícolas, mineiros, ajudas, financiamentos e de cooperação diversa, continua a ser necessário o empenhamento e a necessidade de manter viva este espírito solidário da Comunidade.

A globalização e todos os seus efeitos sobre as grandes transformações em todo mundo, quer económicas, sociais, demográficas, ou políticas. A liberalização das economias, a crescente mancha da pobreza, as deslocações de populações fugindo a seca e desastres naturais, a fuga de pessoas do Sul para o Norte através de emigração ilegal, causando enormes embaraços aos

---

<sup>44</sup> Tanto mais que canalizada via Lomé se destinava prioritariamente ao auxílio directo ao Orçamento de Estado, enquanto as ajudas sectoriais (as mais importantes) continuam a depender sobretudo de acordos bilaterais.

<sup>45</sup> Cfr. *Livro Verde* - Documento da Comissão, COM (96) 570 final, de 20 de Novembro de 1996, designado por), Bruxelas, p.43-44

<sup>46</sup> Tratado assinado em 7 de Fevereiro de 1992, entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993.

países europeus e ricos, pela forma como estes fenómenos acontecem aqui ao lado nas fronteiras da União, onde urge medidas consentâneas, multilaterais e bilaterais, no âmbito de uma política de cooperação planeada e apoiada, tornaram imperativo reforçar as interdependências que “ultrapassando a esfera económica e financeira se alargam à esfera social e ambiental”, como refere no capítulo introdutório do *Livro Verde sobre as relações entre a União Europeia e os Países ACP, no limiar do século XXI – Desafios para uma nova parceria*<sup>47</sup>.

Estes fenómenos sociais fracturantes, e transversais atingem quer os países ricos e industrializados, quer os países em desenvolvimento, ou àqueles em transição para economias de mercado, constituindo factores que potenciam toda a escalada de extremismos e marginalização dos países pobres.

A Europa apresentou-se e perante a dinâmica destes fenómenos. “A nova paisagem mundial não só modifica os interesses e objectivos da União e dos seus parceiros dos países em desenvolvimento, como também implica responsabilidades acrescidas para um protagonista com o peso da UE”<sup>48</sup>.

Há um certo consenso de que os resultados da cooperação para o desenvolvimento da UE com os países da ACP foram francamente insuficientes. De um estudo encomendado pela Comissão Europeia em 1996 concluiu-se que o balanço era “medianamente positivo”<sup>49</sup> e em alguns casos não tinha ajudado mesmo ao desenvolvimento económico e social dos países ACP. O estudo demonstrou a importância vital que teve em alguns domínios da cooperação para os países ACP na melhoria das condições de vida das populações desses países, em áreas como a saúde, a educação e infra-estruturas construídas. Em termos económicos e sociais considera que a cooperação foi insuficiente para desenvolver de forma sustentada, os países ACP, evitando a pobreza e a sua crescente marginalização económica.

Estas divergências resultam do facto de cada um dos lados imputar ao outro falhas na concretização e implementação das medidas acordadas, bem como na inoperância de alguns instrumentos e falta de transparência na aplicação e alcance dos recursos disponíveis nos países receptores. A

---

<sup>47</sup> *Livro Verde*, obra citada

<sup>48</sup> Cfr. *Livro Verde*, cit. p. iii

<sup>49</sup> Cfr. “*Effectiveness of Overseas Aid Flows*”, por P. Moosley and J.Hudson, 1996 – Este estudo incide numa amostragem de 29 países ACP, representando 80% da população total dos ACP, e analisa o impacto da ajuda internacional ao longo de um período de 30 anos.

avaliação detectou que o princípio da parceria perdera substância e que havia-se concretizado apenas parcialmente. A União havia adoptado medidas unilateralmente e mais intervencionistas, pouco propícias à apropriação das políticas de desenvolvimento pelos países ACP e ao reconhecimento das responsabilidades de cada parceiro.

Outra dificuldade está na definição de políticas sectoriais coerentes, que os países ACP por vezes não conseguem delinear; a ajuda comunitária fica assim dependente dos juízos de valor dos responsáveis pela assistência, o que novamente não favorece a prática efectiva do princípio da parceria.

O impacto e a eficácia dessa cooperação na melhoria das condições socio-económicas dos países ACP não foram homogéneos. Depende fundamentalmente de factores endógenos, ou seja de políticas económicas e sociais domésticas, que nem sempre foram as mais adequadas apesar da “cooperação técnica e financeira europeia ter sido considerada pertinente”<sup>50</sup>.

No plano comercial, o estudo considera decepcionante o impacto das preferências comerciais, não resultando em aumento ou sequer manutenção da quota no mercado na UE, quando outros exportadores que não beneficiavam destas preferências aumentaram a sua quota de mercado.

Numa avaliação global do conjunto de programas e instrumentos da política de ajuda, decidida pelo Conselho em 1995, chamava-se a atenção para que o contexto institucional e de política económica do país receptor é determinante para o bom resultado das intervenções. Assim se explica a “tendência de concentração da ajuda internacional em países que demonstraram já a sua capacidade de utilização da ajuda de forma mais eficaz”. Portanto os recursos são desviados de países em que as condições políticas não permitem resultados minimamente aceitáveis para aqueles que empreendem reformas ou ajustamento estruturais<sup>51</sup>.

Com as grandes transformações ocorridas ao longo dos últimos vinte anos de Lomé, mudanças sócio-económicas e políticas nos países ACP, com a pobreza resistente e a conseqüente instabilidade, e os conflitos entretanto surgidos, tornavam imperiosa uma revisão da cooperação.

---

<sup>50</sup> Estudo da Comissão Europeia, cit.

<sup>51</sup> Cfr. *Livro Verde*, p.15

Com o aproximar do fim de Lomé, e a vontade das partes em especial da UE em imprimir uma nova dinâmica nas relações de cooperação, uma mudança de paradigma, que se traduz em novas parcerias estratégicas dotadas de instrumentos mais eficazes, que possam conduzir a resultados abrangentes e satisfatórios. A Comissão lançou um debate público que precedeu o processo formal de negociação que haveria de dar lugar à nova convenção. O Livro Verde permitiu à União detalhar as suas propostas para as negociações pós-Lomé. As negociações iniciaram-se em Setembro de 1998 tendo-se concluído com sucesso em Fevereiro de 2000, vindo a ser assinado em Cotonou no Benin em 23 de Junho de 2000. A Convenção de Cotonou tem uma vigência de 20 anos e tem uma cláusula de revisão periódica em cada cinco anos, e um protocolo financeiro para cada cinco anos. (abordaremos esta Convenção no capítulo V)

## CAPÍTULO IV

### EM QUE MEDIDA A GLOBALIZAÇÃO CONDICIONA A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO?

#### 1. A Globalização

##### 1.1. Enquadramento histórico

*A globalização nasce, quase se pode dizer, com o homem e com a sua curiosidade e desejo de alargar horizontes.*

António Simões Lopes <sup>52</sup>

A Globalização vista como um processo de transformação e aproximação dos mercados económicos além fronteiras remonta ao período antes do Império Romano. Devido às conquistas romanas e à formação de um vasto império através da expansão territorial e busca e acumulação de riquezas, os romanos vêem-se obrigados a construir uma rede de estradas, que possibilita a comercialização e a comunicação entre os diversos povos, facilitando as trocas comerciais. Práticas idênticas são encontradas na formação do Império Chinês bem como na civilização egípcia.

É admitido por muitos que o início propriamente dito do processo da globalização se dá com o período áureo dos descobrimentos. E tem vindo a concretizar-se por etapas, até ao estado actual.

A primeira fase coincide com a época dos descobrimentos no período de 1450 a 1850, dominada pela expansão mercantilista da economia-mundo europeia. Adda<sup>53</sup> refere-se à formação do espaço económico internacional como o grande movimento de expansão planetária iniciado pelo Ocidente

---

<sup>52</sup> Cfr. In Prefácio à edição portuguesa de Robert Stiglitz, *Globalização A Grande Desilusão*, Terramar, Lisboa, 3ª edição, 2004, p.8

<sup>53</sup> Cfr. Jacques Adda, *A Mundialização da Economia 1. Génese*, Terramar, Lisboa, 1997, p.9-10, 30

cristão, mais propriamente por Portugal e Espanha no século XV, e pelas expedições navais que levam os Chineses às costas do Leste de África passando pela Ásia do Sul. “Coincide com o vasto processo de expansão marítima, que dará progressivamente ao espaço económico mundial a sua configuração actual”.

Defarges<sup>54</sup> também se refere a este período como a primeira mundialização iniciada por Portugal e Castela, em condições duras e difíceis<sup>55</sup>, correndo riscos ao enfrentar o desconhecido, em busca de riquezas e poder, alterando a noção de mercado económico. “A economia não é então mais do que uma configuração de entrepostos, nós de ligação entre o mar e a terra”. E em cerca de um século os exploradores europeus contornam a África e apoderam-se do comércio árabe-indiano do oceano Índico, chegam à China e ao Japão, descobrem o continente americano e completam a sua conquista no centro, no sul e no norte.

Já em 1848 Marx e Engels<sup>56</sup>, descreveram as condições que conduziram ao que chamamos hoje a globalização. “O descobrimento da América e da circum-navegação de África criaram um novo terreno para a burguesia ascendente. O mercado das Índias Orientais e da China (...) deram ao comércio, à navegação um auge desconhecido (...), os mercados continuaram a crescer (...). A necessidade de dar cada vez maior e mais extensa saída aos produtos lança a burguesia de uma ponta á outra do planeta (...). Os produtos das diferentes nações transformaram-se em património comum ”.

Até a *Revolução Industrial*, o processo da globalização da economia foi vagaroso, devido às limitações nos transportes e nas comunicações.

No século XIX quando a economia europeia entrou em crise, as fábricas estavam produzindo cada vez mais em menos tempo e essa superprodução provocou um alto volume excedentário, os preços e os juros caíram pondo em risco tanto as empresas como os operários. E então para proteger as empresas

---

<sup>54</sup> Cfr. Philippe Moreau Defarges, *A Mundialização o Fim das Fronteiras*, Instituto Piaget, Lisboa, 1993, p.24-25

<sup>55</sup> Camões descreve esses feitos em versos: “Por mares nunca dantes navegados/ (...) Em perigos e guerras esforçados, mais do que prometia a força humana/ E entre gente remota edificaram/ Novo reino, que tanto sublimaram” – Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, 1572.

<sup>56</sup> Cfr. Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, 1948 – in <http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>

“generalizou-se o comércio externo e o padrão-ouro, dando prioridade a estes, em detrimento dos negócios domésticos”<sup>57</sup>.

Como consequência disso, tem início uma fase intermédia da globalização, que vai de 1850 a 1950, interrompido pelas duas grandes guerras mundiais. No seguimento da consolidação industrial europeia, e a liberalização do capitalismo com plenas possibilidades de expansão, onde os interesses industriais e financeiros ganham relevância em detrimento das motivações monárquicas e mercantilistas, uma inovação em comunicação, com o aparecimento do telégrafo, a globalização deu um salto qualitativo e significativo.

Embora este processo globalizante abarca actividades nos quatro cantos do mundo, apenas algumas economias tiram os maiores proveitos dele. Os chamados países ricos e desenvolvidos, e as economias emergentes, cujas empresas evoluíram tecnologicamente e com processos produtivos agilizados, em busca de redução de custos de produção e conseqüente maximização dos lucros, lideram a fase recente da globalização a partir da década de 80 e com a década de 90 em ritmo acelerado.

A transnacionalização das empresas; a formação dos mercados livre de bens e serviços; a facilidade de investimento directo no exterior; a criação de mercados de capitais globalizados que permitem a movimentação de capitais de e para qualquer parte da globo em segundos. Todos estes factores que conjugados despertam sentimentos opostos e acérrimas discussões em diversos domínios das sociedades e fóruns mundiais.

---

<sup>57</sup> Cfr. Karl Polany, *op.cit.*, p.228-230

## 1.2. Conceitos e Medidas

Não existe uma definição que seja aceite por todos, na medida em que a globalização é um fenómeno complexo que, é estudado por diversas ciências sociais, onde cada uma tem proposto definições que melhor se adaptam às próprias especificidades. Opositores e defensores dão assim, em muitos casos, definições diferentes.

De um modo geral define-se a globalização como um processo dinâmico de integração das relações humanas, das organizações sociais e económicas, assente no progresso tecnológico e comunicacional.

Com base na definição de Zygmunt Bauman “a globalização é a desvalorização da ordem enquanto tal” Bonaglia e Glodstein<sup>58</sup> falam de uma subversão do espaço territorial pelo espaço mercantil na “circunstância de que as vicissitudes humanas se desenrolam numa escala global, longe de significar que seja mais fácil controlar as suas consequências, fazem do indivíduo um espectador passivo da transformação contínua e imprevisível das fronteiras, das instituições e das fidelidades”.

Com efeito a globalização implica uma interdependência dos países e das pessoas, além da uniformização de padrões no espaço social e cultural, capaz de definir uma nova era da história humana, consequência da revolução tecnológica, do processamento, difusão e transmissão de informações.

Ainda Bonaglia e Goldstein consideram “a crescente intrusão e intervenção das instâncias internacionais (normas, acordos e instituições) no processo de formação das políticas públicas nacionais em âmbitos como o comércio, a agricultura e o desenvolvimento” como uma forma complementar para definir a globalização. Citam o sociólogo Antony Giddens que relaciona a dependência de acontecimentos locais e a grandes distâncias da “intensificação das relações sociais à escala mundial”.

Uma definição contrária e bem vincada tem sido dada pelo intelectual malaio e uma das vozes do movimento anti-globalização, Martin Khor<sup>59</sup> director do *Third World Network* onde afirma que a globalização é simplesmente uma

---

<sup>58</sup> Cfr. Frederico Bonaglia e Andrea Goldstein, *Globalização e Desenvolvimento*, Editorial Presença, Lisboa, 2006, p.11

<sup>59</sup> Cfr. Fórum Milénio em Nova York, 22 Maio 2000 - <http://www.twinside.org.sg/title/mk7.htm>

versão moderna do colonialismo. Nesta diferenciação a globalização não é “natural”, mas representa antes um projecto preciso para tornar governos e indivíduos subalternos às forças de mercado.

A génese da globalização é orientada no sentido da união e convergência de objectivos, mas o que sucede é que ela cria uma diversidade e uma separação clara entre os que têm muito e os que nada têm.

A perspectiva económico-financeira visa integrar as economias e mercados nacionais, através das deslocações empresariais das multinacionais, dos fluxos de capitais e do comércio internacional de bens e serviços. Adda<sup>60</sup> fala da substituição do sistema interestatal por redes transnacionais e da disseminação global do capitalismo. “A mundialização é sobretudo, um processo de contornar, atenuar e, por fim, desmantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial”.

A dinâmica e o aprofundamento deste processo tem gerado correntes e perspectivas antagónicas. De um lado os que consideram uma ameaça à soberania popular o condicionamento político dos governos pelo enorme poder das multinacionais e das organizações internacionais. Como se viu a partir de Seattle, Davos e subsequentes fóruns, os movimentos mais radicais têm sobretudo em mira instituições como a OMC, o G8, o FMI e o BM, e empresas multinacionais, em seu modo de ver emblemáticas do domínio do capital. Do outro lado os neoliberais, pretendem imitar Adam Smith<sup>61</sup> que, segundo eles descrevia o capitalismo como um sistema capaz de eliminar, através do mecanismo da *mão invisível* do mercado, todas as necessidades de intervenção do poder soberano.

Os principais argumentos dos que são contra a globalização (que, para os promotores da globalização não passam de mitos) são: a) A Globalização destrói empregos; b) A Globalização direcciona o capital para onde os salários são mais baixos e explora os trabalhadores mais pobres; c) O capital é exportado dos países ricos para o Terceiro Mundo criando *sweatshops*, que por sua vez exportam grandes quantidades de bens baratos para os países ricos, gerando excedentes comerciais nos países pobres e reduzindo a actividade

---

<sup>60</sup> Cfr. Obra citada, p. 6

<sup>61</sup> Cfr. Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, Martins Fontes Editora, São Paulo, 2003, p.566-569

industrial nos países ricos, de tal forma que todos ficam pior; d) A globalização origina uma deterioração dos padrões ambientais e laborais; e) A globalização cria uma cultura “americanizada” homogénea em todo o mundo; f) A globalização cria desigualdade.

Os defensores da globalização como Tom Palmer<sup>62</sup> contra argumentam que: a’) a política comercial não afecta o número de empregos, mas afecta o tipo de empregos que as pessoas têm. As exportações são, afinal, o preço que pagamos pelas importações, tal como as importações são o preço que os estrangeiros pagam pelas nossas exportações; b’) Se fosse verdade que os fluxos de capital se dirigem para onde os salários são mais baixos, seria de esperar que o Burkina Faso e outros países pobres com baixos salários estivessem inundados de investimento externo<sup>63</sup>; c’) Não é possível ter simultaneamente um *superavit* na conta de capital e um *superavit* comercial. Se um país exporta mais do que importa, ele recebe algo em troca das suas exportações, e o que obtém é a propriedade de activos – ou investimento líquido – nos países para os quais exporta. Se um país importa mais do que exporta – como os EUA têm feito nas últimas décadas – é necessário vender algo aos estrangeiros que lhe estão a enviar os seus produtos, e o que se vende são activos, tais como acções de empresas; d’) Os investidores investem nos locais onde os retornos são maiores, os quais tendem a ser onde a mão de obra é mais produtiva e onde pessoas são, conseqüentemente, mais ricas – e as pessoas mais ricas tendem a exigir melhores, e não piores condições ambientais e laborais; e’) Se considerarmos os efeitos do pequeno mago inglês “Harry Potter”, ou a loucura que provocou o fenómeno japonês “Pokemon”, a indústria cinematográfica indiana “Bollywood” e muitas outras contribuições de outras culturas, as quais em certa medida nos enriqueceram a nós e a outros. Isto sem mencionar a comida tailandesa e chinesa ou a capacidade de poder ouvir músicas gravadas em praticamente todas as línguas faladas no planeta. Se as culturas permanecerem hermeticamente seladas e estáticas, elas deixam de ser culturas humanas; convertem-se em exposições

---

<sup>62</sup> Cfr. Tom G. Palmer, Académico e vice-presidente da *Cato University*, Washington D.C. - <http://www.cato.org/pubs/letters/palmer-catoletters.pdf>

<sup>63</sup> Afirmação verificável pelos factos: Durante a década de 1990, 81% do investimento directo estrangeiro dos E.U.A. foi para o Canadá, a Europa Ocidental e Japão. Países em desenvolvimento (com salários em crescimento) como a Indonésia, o Brasil, a Tailândia e o México representaram 18%. O resto do mundo, incluindo toda a África, repartiu o 1%.

de museu. A globalização enriquece-nos culturalmente; f') No interior dos países que abriram as suas economias ao comércio e ao investimento, as classes médias cresceram, o que significa que existe menos desigualdade.

Há porém autores como Amartya Sen<sup>64</sup> que colocam as questões num outro prisma. A dificuldade dos oponentes de se oporem ao sistema, quando sua contestação é em si um acontecimento globalizante. “As questões estão mal colocadas no debate (...) A globalização não é em si uma loucura. Ela enriqueceu o planeta do ponto de vista científico, cultural e também económico. (...) Deve-se discutir as desigualdades entre as nações do mesmo modo que no interior das mesmas (...) Um dos problemas cruciais é o da divisão dos benefícios potenciais da globalização, entre países ricos e países pobres, mas também entre diversos grupos humanos no interior dos países. (...) A preocupação prioritária é o nível global das dificuldades e da pobreza e não o facto do aumento ou não destes. (...) A questão não se resume a saber se há lucros para todos os interessados, mas é se a distribuição destes lucros é equitativa. (...) é preciso mostrar que a distribuição de benefícios do sistema é gravemente desigual e injusta na situação actual. (...) É impossível uma economia ser próspera sem a sua aplicação à grande escala. (...) A economia de mercado pode dar resultados muito variáveis, de acordo com a maneira como são repartidos os meios materiais e explorados os recursos humanos, dentro das regras do jogo que prevalecem, etc. (...) Construir a globalização é a resposta indispensável às dúvidas sobre a globalização”.

Stiglitz<sup>65</sup> também não se identifica na dicotomia pró/contra, mas sim defende uma globalização mais humanizada, mais justa e mais capaz de aumentar os níveis de vida, sobretudo os dos pobres. Defende ainda tal como Amartya Sen, uma discussão sem condição prévia, e sem ideias feitas a este respeito. Considera que a globalização trouxe muitos benefícios e melhorias de vida a milhões de pessoas, mas, que também não funcionou para outros milhões. Há que mudar o rumo sob pena de falhar na promoção do desenvolvimento e conseqüente agravamento da pobreza e instabilidade.

---

<sup>64</sup> Amartya Sen, *Dez verdades sobre a globalização*, in *Le Monde* (Paris) 18.07.2001 – pode ser consultado no <http://www.adelinotorres.com/desenvolvimento.htm>

<sup>65</sup> Robert Stiglitz, op.cit. p.306-309

Se é verdade que a globalização pode produzir efeitos negativos, também pode criar desafios conducentes a implantação de regimes políticos eficazes, donde surgem novas oportunidades para promover a democracia. A crescente promoção da democracia a nível planetário representa uma componente fundamental da globalização, estimulada pelo acesso às fontes livres de informações e pela exigência de que cidadãos manifestam o direito de exercer o seu poder de escolha não só no mercado dos produtos e dos serviços mas também no da política e das ideias. “A liberdade de participação política ou a oportunidade de acesso à educação básica e aos cuidados de saúde se contam entre os constituintes do desenvolvimento. (...) Na realidade, estas liberdades e direitos são muito eficazes como contributo para o progresso económico também”<sup>66</sup>.

Não estaremos longe da verdade se dissermos que a globalização adquiriu proporções tais, que invade inúmeros domínios da nossa vida, mas que a sua compreensão e análise se mostre mais útil e simples na dimensão económica. A dimensão económica tem sido o principal pilar de todo o processo. A integração dos mercados e das actividades fundamentais conferem à economia um carácter global. Os mercados dos capitais, estão interligados à escala mundial e a obtenção de rendimentos de poupança e investimentos empregues fora das fronteiras nacionais, dependem da evolução e do comportamento dos mercados financeiros internacionais.

Como já referido a globalização só tem a dinâmica que tem por causa da economia, as outras dimensões integrar-se-ão à medida que se vai concretizando entrosamento económico. Primeiro, dos mercados de bens e serviços, dos mercados financeiros e por arrasto das outras dimensões.

É precisamente a vertente económica, que tem suscitado maior controvérsia pelos desequilíbrios sociais que causa. Quer seja pela internacionalização das empresas – a alteração dos sistemas produtivos e deslocação espacial das empresas; quer seja pelo comércio internacional – a eliminação de barreiras ao investimento e ao comércio. Como foi dito atrás, isto afecta o número e tipo de emprego que as pessoas têm, e os efeitos reflectem-se especificamente mais na classe de trabalhadores não qualificados. Num

---

<sup>66</sup> Amartya Sen, op.cit. p. 21

mercado cada vez mais competitivo, um grande número de pessoas desta classe tem menos oportunidades de ser colocada, fica excluído, podendo tornar-se num fardo para os sistemas de previdência e de solidariedade social, e criando condições para o aparecimento da pobreza, insegurança e exclusão social.

Torna-se muitas vezes difícil no plano político e estratégico para os governos conciliar a realidade destes fenómenos e a prioridade de abertura ao investimento, ao crescimento e ao hipotético desenvolvimento económico.

## **1.3. A Globalização dos Mercados**

### **1.3.1 As multinacionais**

O principal pilar do capitalismo actual, num mundo marcado pela integração das economias e mercados, e pela facilidade de comunicação e transporte de bens, serviços e capitais, tem sido a internacionalização empresarial e o comércio internacional. As empresas multinacionais surgiram no mercado no final do século XIX, quando algumas empresas decidiram criar filiais noutros países para reduzir custos de transporte e também para anular o proteccionismo que era prática vigente na época, sendo que os principais grupos de hoje, em sua maioria nasceram nas primeiras décadas do século XX. Porém foi só depois da Segunda Grande Guerra que este processo se intensificou com algumas empresas norte americanas a tornarem-se supranacionais ao abastecerem a Europa.

Actualmente as multinacionais assumem uma posição hegemónica na economia mundial, sendo que o rendimento anual das maiores multinacionais é superior ao PIB de muitos países. Segundo Stiglitz<sup>67</sup>, em 2004 os rendimentos da General Motors atingiram 191,4 mil milhões de dólares, valor que era superior ao PIB de 148 países. E em 2005 a cadeia de distribuição norte americana Wal-Mart's teve um rendimento de 285,2 mil milhões de dólares, cifra superior ao PIB do conjunto dos países da África Subsariana.

As multinacionais dispõem de unidades de produção em vários países, com objectivos de redução de custos na produção e transporte, aproveitando a mão-de-obra barata dos países em desenvolvimento, para onde se deslocam e optimizam a tecnologia mais avançada e inexistente localmente, contrariando barreiras comerciais, que de outra

---

<sup>67</sup> Cfr. Robert E. Stiglitz, *Making Globalization Work*, Norton, New York, 2006, p.187-188

forma representariam obstáculos e custos acrescidos. Desfrutaram de uma série de incentivos (fiscais, financeiros, ambientais, etc.) concedidos pelos países receptores.

Sendo verdade que as empresas multinacionais potenciam crescimento e desenvolvimento económico, o seu poderio económico tem sido usado para influenciar leis à medida dos investimentos. O processo de internacionalização empresarial é feito à escala planetária, bem planeado, onde nada é deixado ao acaso, possuindo um conhecimento geral dos mecanismos políticos, estruturas jurídicas e culturais dos países de destino.

O que move a expansão além fronteira destas empresas resulta de factores de vária ordem: a competição, redução de custos e maximização do lucro; o próprio mercado interno/doméstico não ser mais susceptível de progressão e expansão, conquista de quotas ou ainda evitar estagnação. E também a competição assumiu outro nível que não o tradicional (baseado no preço) passou a disputar-se no domínio da inovação. Schumpeter<sup>68</sup> defendeu a tese de que no capitalismo real a competição entre as empresas se dava, cada vez mais, através do lançamento de novos produtos, da adopção de novos processos produtivos, e da descoberta de novas formas de organização. Acrescentou ainda que num mundo caracterizado pela competição via inovações, "o homem de negócios está submetido à competição, mesmo quando sozinho em seu campo."

O poder e domínio das multinacionais tem sido a causa do desaparecimento de muitas empresas domésticas e tradicionais em todo mundo. Os seus altos investimentos em I&D, com objectivo de estar um passo à frente da concorrência e assim ditar as regras do mercado, utilizando políticas agressivas na colocação dos seus recursos (em valores industriais ou outros activos financeiros de âmbito mundial), envolvendo-se no próprio funcionamento do sistema monetário internacional, influenciando-o. De acordo com o *World Investment Report*

---

<sup>68</sup> Cfr. Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Harper Books, New York, 1942, revised third edition 1976, p. 84 e 85).

2006<sup>69</sup>, calcula-se que existem no mundo cerca de 77.000 empresas transnacionais, que se desdobram num total estimado de 770.000 filiais (ver tabela 2), e que em 2005 estas filiais geraram um valor estimado de 4,5 triliões de dólares, empregando 62 milhões de trabalhadores e exportando bens e serviços avaliados em mais de 4 triliões de dólares. A transnacionalização das empresas efectuou-se a um ritmo tal, que de 1990 a 2005 o número de multinacionais mais do que duplicou, e o número de filiais quase quadruplicou.

**Tabela 2 - A transnacionalização empresarial, 1990-2005**

	1990	1993	1999	2005
Multinacionais	36.000	37.530	63.000	77.000
Filiais	200.000	206.961	690.000	770.000

Fonte: World Investment Report, 1993,1994,2000,2006

A preocupação com o crescente poder e influência das multinacionais não é recente. Já na década de 70 as Nações Unidas através UNCTAD e outras organizações internacionais discutiram profundamente o que fazer com o “alcance global” das multinacionais no sentido de atenuar as desigualdades entre os países do Norte e os países do Sul. Foram propostos e adoptados vários códigos de conduta como meios de enfrentar o problema. Na reunião de 1972 chamou-se atenção para a crescente influência dessas empresas no comércio internacional, no investimento e na transferência de tecnologia. Mais tarde 1976-77 foram produzidas as Directrizes<sup>70</sup> da OCDE sobre Empresas Multinacionais e a Declaração Trilateral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Empresas Multinacionais e Política Social.

Deste então periodicamente são realizados reuniões de especialistas das organizações referidas, com o intuito da construção e harmonização de regras e procedimentos que regulam o investimento directo externo, a transferência de tecnologia e a prevenção dos efeitos sociais causados pela inovação tecnológica e o comércio internacional<sup>71</sup>.

<sup>69</sup> Cfr. *World Investment Report 2006*, p. xviii, in [http://www.unctad.org/en/docs/wir2006\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/wir2006_en.pdf)

<sup>70</sup> Um conjunto de regras que devem ser observadas pelas empresas transnacionais em suas actividades: transparência a nível de informação financeira de qualidade ou não; respeito pelos direitos dos empregados; respeito e conservação do ambiente; boas práticas empresariais, comerciais e publicitárias para com o consumidor; sensibilização e observância às leis políticas e concorrenciais.

<sup>71</sup> Disponível <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?>

O Professor e economista J.K.Galbraith<sup>72</sup> afirmou que “a tendência auto destrutiva do capitalismo moderno tem início com a grande empresa”. As empresas crescem e se tornam cada vez maiores em dimensão e poder, através de criação de filiais de raiz noutros países, bem como pela fusão ou aquisição e pelos processos de privatizações nas economias emergentes e países em transição para economia de mercado. Esta dinâmica tem causado algumas preocupações aos governos dos países destinatários. Na sua comunicação à UNCTAD X em Fevereiro de 2000 o primeiro-ministro da Malásia expressa esse receio dizendo que as fusões e aquisições ao transformarem as grandes corporações noutras ainda maiores, ultrapassam em poder financeiro muitos países médios. “Tememos que se eles forem autorizados a entrar em nossos países incondicionalmente, *engolirão* todos os nossos negócios” (Mahathir, 2000,6)<sup>73</sup>. Tais corporações estão demasiadamente ligadas à concorrência internacional, procurando novos mercados e um alcance global. Actualmente as empresas transnacionais são as protagonistas mais significativas do imperialismo expresso no exercício de pressões sobre centros de poder político-económico mundiais. Stiglitz fala de um défice democrático onde as regras do jogo que gerem a economia global reflectem os interesses dos países desenvolvidos<sup>74</sup>.

O que buscam as multinacionais? Primeiramente um mercado mundial aberto aos seus produtos e às suas fábricas, liderado pela EUA, Japão e UE mercados estes que na prática não são tão abertos. Stiglitz<sup>75</sup> refere “a hipocrisia “dos comportamentos que se reflecte na exigência desta Tríade (países ocidentais e desenvolvidos) à abertura total dos mercados, quando são usados constrangimentos à importação de tudo o que pode constituir ameaças às suas economias. Essas multinacionais optam por países onde a mão-de-obra é mais barata, matéria-prima abundante e onde usufruem de incentivos fiscais que lhes permitem fabricar seus produtos (parcialmente ou não), vendê-

---

<sup>72</sup> Cfr. John Kenneth Galbraith, *The Culture of Contentment*, Sinclair Svenson, Londres, 1992, p.53

<sup>73</sup> Cfr. *World Investment Report 2000*, p.14, in [http://www.unctad.org/en/docs/wir2000\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/wir2000_en.pdf)

<sup>74</sup> Cfr. Robert E. Stiglitz, op.cit. p.276 – Os três grandes blocos económicos mundiais (sede da maioria das multinacionais) detêm a maioria de votos e poder decisório nas grandes instâncias internacionais que regem o investimento e o comércio internacional.

<sup>75</sup> Cfr. Robert Stiglitz, *Globalização a Grande Desilusão*, op.cit. p.103

los localmente ou exportá-los para outras partes do mundo a preços mais competitivos.

A transnacionalização deixou de ser uma questão de sobrevivência e passou a ser uma questão de poder e domínio, que evolui para um conceito de hegemonia, cujo as bases materiais situam-se nas dimensões da produção, do comércio e das finanças segundo Wallerstein citado por Adda<sup>76</sup>. Através da disseminação produtiva, comercial e financeira, as potências hegemónicas assumem a liderança mundial impondo suas ideologias, influência política e geoestratégicas. Actualmente quem detém o poder de influenciar as instituições internacionais são os países que têm as maiores e mais poderosas multinacionais.

Segundo *World Investment Report* 2006, em 2004 das 100 maiores empresas transnacionais, 85 são oriundas de países da Tríade, 73 dos quais estão sediadas em 5 destes países (Estados Unidos, Reino Unido, Japão, França e Alemanha), onde os Estados Unidos dominam a lista com 25 e a União Europeia totaliza 53. As 100 maiores multinacionais contabilizaram 11%, 16% e 12% respectivamente dos recursos estimados externos, vendas e emprego, do total das empresas transnacionais que operam no mundo (ver tabela 3)

**Tabela 3 - Amostra breve do desempenho das 100 maiores multinacionais, 2003, 2004**  
(bilhões de dólares, milhares de empregados e percentual)

Variáveis	2003	2004	Var. %
<b>Recursos</b>			
Externo	3.993	4.729	18,41
Total	8.023	8.852	10,33
% externo	49,8	53,4	3,6 <sup>a</sup>
<b>Vendas</b>			
Externo	3.003	3.407	13,45
Total	5.551	6.102	9,93
% externo	54,1	55,8	1,7 <sup>a</sup>
<b>Emprego</b>			
Externo	7.242	7.379	1,89
Total	14.626	14.850	1,53
% externo	49,5	49,7	0,2 <sup>a</sup>

Fonte: World Investment Report, 2006

a) em pontos percentuais

Os números apresentados são uma indicação clara do papel relevante que estas empresas desempenham na produção e no comércio internacional. Mostram-nos que suas actividades aumentaram significativamente os recursos

<sup>76</sup> Jacques Adda, op cit. p.70

e as vendas a atingirem valores nunca antes alcançados, com crescimentos na ordem dos 10%. Também o rácio das actividades no exterior aumentou, com excepção do emprego que permaneceu quase ao mesmo nível.

A indústria automóvel domina 25% do grupo das 100 maiores empresas transnacionais, seguida pela indústria farmacêutica, telecomunicações, utilidades, petróleos e equipamentos eléctrica/electrónica, contabilizando 60% do total de actividades do grupo. Destas, as três primeiras (a General Electric, a Vodafone e a Ford) em conjunto alcançaram em rendimentos no exterior cerca de 877 biliões de dólares.

As empresas transnacionais são vistas como veículos de desenvolvimento económico, dados aos elevados valores que investem em I & D, na industrialização, na produção e no comércio dos países hospedeiros. O progresso tecnológico habilitou as máquinas/robôs a desempenharem tarefas de produção e serviços complexos, eliminando postos de trabalho e ao mesmo tempo fazendo aumentar o potencial de produção industrial.

Esta transformação tem implicações no mercado do trabalho. As previsões e expectativas criadas quanto as oportunidades oferecidas pela nova indústria transformadora de alta tecnologia, podem não se concretizar, na medida em que propõe aumentar significativamente o emprego e criar novos postos de trabalho, sem ter em conta que os avanços tecnológicos produzem cada vez mais máquinas e robôs capazes de substituir a acção humana em actividades diversas, contribuindo assim para o aumento geral do desemprego e em especial o de mão-de-obra menos qualificada, quer pela inadaptação à inovação ou pela simples dispensa.

Associado a este movimento empresarial está a perspectiva de desenvolvimento, o aumento da produção e a distribuição da riqueza. Até agora constata-se que os países desenvolvidos são os mais beneficiados com este processo. São ao mesmo tempo origem e destino da grande maioria das empresas transnacionais. Quanto aos países em desenvolvimento não são visíveis grandes melhorias, pelo contrário as consequências da entrada destas empresas têm agravado as condições sociais, com o desmantelamento das indústrias tradicionais, engrossando a classe de trabalhadores não qualificados e desempregados. Nestes países registam-se grandes desequilíbrios na distribuição da riqueza e onde maior é o fosso entre os ricos e os pobres.

### 1.3.2 Investimento Directo Externo

Segundo a caracterização das modalidades de investimento estrangeiro feito por Dunning<sup>77</sup>, o investimento internacional assume duas formas distintas: o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e Investimento Indirecto Externo (IIE), também denominado Investimento em Carteira.

Medeiros<sup>78</sup> define o IDE como a transferência de um país para outro (o país de acolhimento), com carácter de permanência, de um conjunto de activos e produtos intermediários, designadamente capital financeiro, tecnologia, *know-how*, técnicas de gestão, liderança e acesso a mercados externos, através de compra de acções, aquisição ou criação de novas empresas, com o propósito de exercer uma actividade nesse país, controlando o uso dos recursos transferidos.

O FMI<sup>79</sup> considera IDE o investimento efectuado com carácter de permanência com o objectivo de adquirir um interesse durável numa empresa que exerça as suas actividades numa economia externa, exercendo influência na gestão, por contraponto ao IIE, caracterizado pela mera aplicação de capitais em busca de rendimentos rápidos.

O investimento no exterior é um meio tão antigo quanto a transnacionalização empresarial. É através dele que as empresas se tornam transnacionais, fazendo aquisições e fusões a nível global. No entanto tal como o processo globalizante, é no período seguinte à segunda guerra mundial que ganha um forte destaque e relevância no jogo do investimento internacional. Lidera cada vez mais a tendência da globalização tornando as empresas transnacionais os principais actores da Nova Ordem Económica.

O IDE transformou-se na força pujante para muitas economias e regiões, apoiando a reestruturação económica, o avanço tecnológico com a introdução em massa das novas tecnologias, inovação produtiva com a modernização dos parques industriais e novas formas de produção, o I&D através de criação de centros de investigação e desenvolvimento de novos produtos, criando condições para um maior crescimento económico.

---

<sup>77</sup> Cfr. J.H. Dunning, *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Addison-Wesley Publishing Company, Reading, 1993, p 5-6

<sup>78</sup> Cfr. Eduardo R. Medeiros, *Economia Internacional*, 6ª Edição, ISCSP, Lisboa, 2000, p. 560

<sup>79</sup> Cfr. UNCTAD, *World Investment Report 2004*, p. 345

O IDE, mais o comércio internacional, constituem o motor da globalização económica.

Na maioria dos casos, os efeitos do IDE são benéficos para o país acolhedor ao nível de desenvolvimento económico e do bem-estar, razões pelas quais é muito disputado pela generalidade dos países. Contudo existem situações em que o país de acolhimento pouco beneficia. São os casos em que com a deslocação transfronteiriça de algumas empresas, e por arrasto seguem outras, que eram suas fornecedoras, fazendo assim diminuir as possibilidades de empresas internas poderem elas próprias serem fornecedores da multinacional.

Nos anos 50 o IDE dirigia-se sobretudo para os países do chamado Terceiro Mundo. A partir dos anos 70 inverteu-se o sentido dos fluxos para as economias desenvolvidas, tendo atingido 82,5% das entradas em 1990. Actualmente ainda são os países desenvolvidos que acolhem o essencial dos investimentos estrangeiros, cerca de 59.4% em 2005.

**Tabela 4 - Distribuição de IDE por regiões , 1980-2005 (%)**

Regiões	Entradas				Saídas			
	1980	1990	2000	2005	1978-80	1988-90	1998-00	2003-05
Economias desenvolvidas	79,7	82,5	77,3	59,4	97,0	93,1	90,4	85,8
Economias em desenvolvimento	20,3	17,5	21,7	35,9	3,0	6,9	9,4	12,3

Fonte: UNCTAD - World Investment Report, 2006

Os países desenvolvidos são também os maiores fornecedores de IDE. Segundo o *World Investment Report 1991*, em 1970 os fluxos de IDE com origem nestes países representavam cerca de 91% do total realizado, sendo os Estados Unidos responsáveis por 60% desse investimento. O stock de IDE passa de 400 biliões de dólares em 1980 para 1500 biliões de dólares em 1989, tendo registado um aumento de 22,8% ao ano durante o período de 1986-1990 e cerca de 39) entre 1996-2000. Segundo Guillochon<sup>80</sup>, “Isto deve-se à liberalização dos movimentos de capitais, à formação do mercado único europeu (no qual as firmas europeias e não europeias queriam conquistar o seu lugar), ao receio de um recrudescimento do proteccionismo e à introdução de novas estratégias”.

<sup>80</sup> Cfr. Bernard Guillochon e Francisco Corrêa Guedes, *Economia Internacional*, Planeta Editora, Lisboa, 1998, p. 138

A partir de 1995 verifica-se uma concentração do IDE num grupo, mais ou menos restrito, de países. Segundo a *World Investment Report 1996*, os 10 maiores países receptores acolheram cerca de 67% do IDE realizado em 1995, enquanto os 100 de menor importância foram responsáveis pela recepção de 1% do total de IDE efectuado. Os efeitos deste desequilíbrio reflectem-se de modo diferente conforme o grupo a que pertence a economia receptora.

O aumento gradual dos fluxos de IDE para os PED pode reflectir um crescimento económico sustentado e os contínuos processos de liberalização e privatização nesses países, bem como a sua crescente integração nos planos de investimento das empresas multinacionais. O dinamismo do IDE pode ser melhor ilustrado através da comparação com a exportação mundial e a produção mundial. Os efeitos do IDE em relação ao Produto Interno Bruto, tanto para os PD como para os PED são também desiguais. Os PD registam um maior peso das saídas de IDE em relação ao PIB.

**Tabela 5 - Evolução de alguns indicadores de IDE e da produção internacional 1982-2005**

	Valores a preços correntes (bilhões de dólares)				Taxa de crescimento anual (%)						
	1982	1990	2004	2005	1986- 1990	1991- 1995	1996- 2000	2002	2003	2004	2005
Entradas de IDE	59	202	711	916	21,7	21,8	40,0	-25,8	-9,7	27,4	28,9
Saídas de IDE	28	230	813	779	24,6	17,1	36,5	-29,4	4,0	44,9	-4,2
Fusões e aquisições no exterior	...	151	381	716	25,9	24,0	51,5	-37,7	-19,7	28,2	88,2
Vendas das filiais no exterior	2.620	6.045	20.986	22.171	19,7	8,9	10,1	11,2	30,4	11,4	5,6
Produção das filiais no exterior	646	1.481	4.283	4.517	17,4	6,9	8,8	1,9	20,3	22,8	5,4
Exportação das filiais no exterior	647	1.366	3.733	4.214	14,3	8,4	4,8	4,9	16,5	21,0	12,9
PIB mundial	10.899	21.898	40.960	44.674	11,1	5,9	1,3	3,9	12,1	12,1	9,1
Exportação de bens	2.247	4.261	11.196	12.641	12,7	8,7	3,6	4,9	16,5	21,0	12,9

Fonte: UNCTAD - World Investment Report, 2006

Parece haver uma relação entre a produção das multinacionais no estrangeiro e suas exportações com o IDE. As vendas das filiais no exterior são destinadas a outros países, bem como a empresas do grupo e à própria empresa-mãe. Actualmente uma parte significativa do comércio internacional provém do comércio entre empresas do mesmo grupo. Este fenómeno explica em larga medida a evolução paralela das produções e das exportações e dos investimentos (ver tabela 5). Assim, para o período de 1982 a 2005 a produção das filiais no exterior passou de 646 bilhões de dólares para 4.517 bilhões de dólares, a exportação das filiais no exterior passou de 647 bilhões de dólares

para 4.214 biliões de dólares, enquanto que o IDE passou de 59 biliões de dólares para 916 biliões de dólares. O aumento da produção acompanha o crescimento verificado no movimento de entradas de investimentos nos países de acolhimento. Por outro lado, as exportações das empresas filiais acompanharam o ritmo de crescimento, quer da produção, quer dos investimentos, com acréscimos anuais entre os 13% e os 18%, o que demonstra a interacção do comércio internacional e dos investimentos no estrangeiro.

Este movimento crescente do IDE a nível global nos últimos anos resulta das operações internacionais de fusões e aquisições de empresas, em que aparecem novas empresas e desaparecem outras.

Surgiu nos últimos anos uma nova forma de investimento no estrangeiro, do tipo Investimento Indirecto Externo. Por trás destes investimentos estão os *private equities*, caracterizado por firmas de serviços financeiros que adquirem quotas e acções que lhes permitem ter o controlo de empresas nacionais e de outras no estrangeiro.

Maior parte do dinheiro é proveniente de investidores institucionais, tais como bancos, fundos de pensões, fundos de capitais de risco, companhias de seguros, empresas comerciais e fundações privadas.

Os *private equities* emergiram-se como um novo e crescente fonte de IDE, principalmente nos processos de fusões e aquisições no estrangeiro, onde o investimento inicial das aquisições é sempre superior a 10% da quota.

Estimulados pelas taxas de juro baixos que se verificaram nos últimos anos e pela desregulamentação financeira, empresas são adquiridas por fundos privados que posteriormente as gerem longe da bolsa e das suas regras constrangedoras, e sem ter de prestar contas a accionistas minuciosos.<sup>81</sup>

Alguns os chamam de “fundos de rapina”, com apetites desmesurados e detentores de capitais gigantescos<sup>82</sup>. De acordo com o *World Investment Report 2006*, estes fundos atingiram em 2005 o montante mais elevado de sempre – 261 biliões de dólares, onde cerca de 135 biliões foi usado como IDE, em cerca de 19% do total de fusões e aquisições no estrangeiro (Tabela 6).

---

<sup>81</sup> Cfr. Philippe Boulet-Gercourt, *Le retour des repaces*, in Le Nouvel Observateur, Paris, 19 de Julho de 2007

<sup>82</sup> Cfr. Frédéric Lordon, *O mundo refém do poder financeiro*, in Le Monde Diplomatique – edição portuguesa, Setembro 2007

Com raras excepções (verificadas em 1991, 1993 e 2002) o investimento cresceu em média 30% ao ano. Esta dinâmica crescente, o aumento exponencial de riqueza acumulada e a disponibilidade e apetência para o investimento, transforma os *private equities* e os fundos de capitais de risco a breve prazo em concorrentes directos com as multinacionais no IDE.

**Tabela 6 - Fusões e aquisições no estrangeiro por fundos privados de investimentos**

(Negócios e valores)				
Ano	Negócios		Valores	
	Número	quota (%)	\$ biliões	quota (%)
1987	43	5	4,6	6,1
1988	59	4	5,2	4,5
1989	105	4,8	8,2	5,9
1990	149	6	22,1	14,7
1991	225	7,9	10,7	13,2
1992	240	8,8	16,8	21,3
1993	253	8,9	11,7	14,1
1994	330	9,4	12,2	9,6
1995	362	8,5	13,9	7,5
1996	390	8,5	32,4	14,3
1997	415	8,3	37	12,1
1998	393	7	46,9	8,8
1999	567	8,1	52,7	6,9
2000	636	8,1	58,1	5,1
2001	545	9	71,4	12
2002	478	10,6	43,8	11,8
2003	649	14,2	52,5	17,7
2004	771	15,1	77,4	20,3
2005	889	14,5	134,6	18,8

Fonte: UNCTAD, cross-border M&As database

Embora este tipo de investimentos estava sobretudo concentrado nos Estados Unidos e Reino Unido, actualmente começa a ser praticado na Ásia e África.

Ao mesmo tempo que valorizam o investimento feito, as empresas praticam uma “gestão racionalizada”, que permite a redução do emprego, a diminuição de salários, o aumento da produção e a deslocalização das empresas para onde for mais rentável.

Embora implícita nos objectivos, a perspectiva de desenvolvimento económico, o progresso tecnológico, o aumento e distribuição de riqueza e o bem-estar das populações, os investimentos externos (quer sejam de carácter de permanência ou de curto prazo, ainda que possam acrescentar benefícios e aumentar o potencial de desenvolvimento dos países acolhedores), acarretam também consequências sociais e ambientais que, em certa medida, são nefastas para as populações.

Os investimentos internacionais ligados às multinacionais, integrados no processo globalizante, têm causado inquietações e reacções em todo mundo, no tocante ao desemprego e a consequente pobreza que daí resulta, com maior incidência nos PED.

### 1.3.3 O Comércio Internacional

Todo o homem é em alguma medida comerciante<sup>83</sup>

Não se pode precisar a origem e o começo do comércio internacional, mas sabemos que o estabelecimento pleno da divisão do trabalho e a satisfação das necessidades geraram as trocas de produtos excedentários entre produtores.

No início as trocas eram realizadas localmente entre vizinhos, mais tarde em locais específicos como pequenos mercados. Da mera troca de produtos até o uso de metais como meios de valoração adequados para facilitar as trocas e o aparecimento do dinheiro, o comércio sofreu transformações graças ao transporte, comunicações e inovações tecnológicas.

As viagens e os contactos entre povos fizeram evoluir o comércio de local para o comércio entre regiões, porém o comércio torna-se internacional com as grandes viagens dos descobrimentos. O aparecimento das rotas internacionais, terrestres e marítimas, facilitaram o transporte e o comércio de mercadorias de e para diferentes regiões.

O processo da globalização veio atribuir ao comércio internacional uma dimensão tal, que nenhuma diplomacia a pode excluir de sua agenda. No campo da ajuda e da cooperação para o desenvolvimento, o comércio internacional tem sido preponderante na conclusão de diversos acordos.

Nos últimos anos tem-se verificado uma desregulamentação interna dos países com vista à total liberalização comercial. Isso tem gerado confrontos ideológicos e de expressão popular, manifestados nos grandes fóruns mundiais anteriormente referenciados<sup>84</sup> e defendidos em lados opostos por reputados economistas e académicos.

Este confronto ideológico entre as teorias do comércio internacional remonta ao século XVIII com o aparecimento do liberalismo em contraponto ao pensamento vigente mercantilista. Segundo as teorias mercantilistas, os países ficariam mais ricos se aumentassem suas exportações e limitassem suas

---

<sup>83</sup> Cfr. Adam Smith , op. cit. p.29

<sup>84</sup> Fóruns Económicos de Seattle, Davos, Génova e Conferências da OMC, FMI e BM e outros Fóruns Sociais Mundiais.

importações. Este ponto de vista defendia uma intervenção proteccionista dos governos como forma de auto-suficiência nacional. O Liberalismo surge em parte como crítica ao Mercantilismo, na medida em que favorecia a livre troca com o exterior.<sup>85</sup>

A teoria económica liberal<sup>86</sup> teorizada por Adam Smith, e mais tarde por David Ricardo e John Stuart Mill, sustentaram que a eliminação de barreiras ao livre comércio interno e externo gera um aumento de bem-estar. Já no século XX Eli Heckscher e Bertil Ohlin e Paul Samuelson aprofundaram a ideia de Ricardo, introduzindo as bases da moderna teoria do comércio internacional<sup>87</sup>. Mais tarde Jagdish Bhagwati deu sua contribuição esclarecendo os casos em que os resultados desta teoria falharam e como remediá-los, abrindo caminho aos mais recentes contributos, com hipóteses mais realistas sobre a estrutura dos mercados e o funcionamento da indústria, ofereceram novos argumentos a favor do comércio livre<sup>88</sup>.

Impulsionado pela redução dos custos de transporte e comunicações a liberalização comercial visa a abolição de barreira jurídicas que impedem a livre circulação de bens e serviços entre países. Isto concretiza-se através da criação de regras internacionais e pela implementação de políticas liberais a nível nacional.

O balanço dos custos e benefícios de uma total liberalização comercial, qualquer que seja o resultado será sempre controverso devido às diversas interpretações que são dadas conforme o posicionamento ideológico dos intervenientes.

Os objectivos à partida são os benefícios, uma vez que a redução de tarifas, a abolição de barreiras e os constrangimentos à importação de um determinado bem, produzem efeitos benéficos para os consumidores, fomentam a concorrência e conseqüentemente o abaixamento de preços de mercado. Em virtude das ligações entre os diversos sectores, isso pode afectar

---

<sup>85</sup> Cfr. Maria Helena Guimarães, *Economia Política do Comércio Internacional*, Principia, Cascais, 2005, p.31

<sup>86</sup> Cfr. Adam Smith, op.cit. p. 540-3.

<sup>87</sup> Cfr. J.Stanley Metcalfe e Ian Steedman, Heterogeneous Capital and Heckscher-Ohlin-Samuelson Theory of Trade, in Steedman, *Fundamental Issues in Trade Theory*, St. Martin Press, New York, 1979, p.64-76

<sup>88</sup> Cfr. Jagdish Bhagwati, *Proteccionismo versus comércio livre*. Rio de Janeiro, Editorial Nórdica Ltda, 1989, cap. 1-3.

toda a economia. Porém passa a haver um efeito negativo nos lucros da empresa que produz o bem, anteriormente protegido. Isto direccionará os recursos de investimentos para os sectores mais produtivos o que exigirá tempo e custos de ajustamento.

A protecção de certas indústrias por restrição à importação pode apenas limitar temporariamente a perda de empregos, mas com efeitos negativos nas empresas que usam o bem importado. Segundo o *Emergency Committee for American Trade*<sup>89</sup> a adopção de medidas restritivas à importação do aço por um período de 4 anos decidida em 2002 pelo governo americano, traria um custo elevado à economia americana, teria um pequeno impacto nos preços de mercado interno e um elevado rácio do custo/benefício. Mesmo que se viesse a registar um pequeno crescimento, apenas salvaria 8.900 empregos na indústria produtiva, mas destruiria cerca de 74.000 empregos na indústria ligada ao aço.

Os efeitos da liberalização comercial para o bem-estar das populações produzem choques, posições e interesses contrários. Por um lado muitos sentirão os efeitos dos custos, e muitos pobres ficarão ainda mais pobres. Por outro, os dos benefícios se reflectirão no bem-estar e no aumento de riqueza.

Este processo ganhou uma nova dinâmica tal sob o comando e imposição dos países industrializados, sob os auspícios da OMC, impondo suas regras, para que não sejam prejudicados os seus interesses, e muitas vezes criando subterfúgios para se auto-protegerem, desejando sempre a abertura comercial total dos PED.

Se atentarmos ao que acontece nos PED, despontando para o processo globalizante, abolindo barreiras e reduzindo tarifas às importações, estes registam o enfraquecimento de suas indústrias tradicionais e em alguns casos enfrentam o próprio desaparecimento. Com isto não se pretende defender a protecção das indústrias (pela criação de barreiras tarifárias à importação) como caminho certo ao desenvolvimento. Os benefícios da abertura comercial dependem da maneira que é feita a liberalização e da estratégia e políticas complementares que a acompanham.

---

<sup>89</sup> Cfr. *Report to Emergency Committee for American Trade*, January 2002  
<http://www.heritage.org/research/TradeandForeignAid/IB146.cfm>

Atingimos um estágio a que ninguém pode ficar de fora, mas para se estar dentro tem que se aceitar as normas que regulam o comércio internacional, que tem como objectivo o livre comércio mundial e que resultam das sempre difíceis negociações, onde os interesses de quem detém o poder acabam sempre por prevalecer. Desde o primeiro *round* para um Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) em 1947, passando pelos *Uruguay round*, até aos *Doha round* em nossos dias, que a complexa negociação se tem revelado difícil e insatisfatória.

Entretanto, os PED têm afrouxado e abolido barreiras e tarifas criando novas leis para abertura dos mercados. Só assim podem aceder ao IDE e, gradualmente, integrar o grande mercado global.

O crescimento de comércio suplantou de forma consistente o crescimento económico durante 250 anos, à excepção de um período comparativamente breve de 1913 a 1950. Entre 1720 e 1913, o crescimento de comércio era aproximadamente 1,5 do PIB. Entre 1913 e 1950 registou-se a taxa média de crescimento económico mais baixa desde 1820. A guerra e o proteccionismo minaram o comércio internacional a tal ponto que o volume do comércio caiu 60 por cento, enquanto os países tentavam “exportar” suas crises económicas incluindo o desemprego, através das barreiras proteccionistas do comércio<sup>90</sup>.

Nos últimos 50 anos o comércio expandiu-se a um ritmo acelerado, aumentando o grau de confiança que as economias nacionais têm no comércio internacional. As exportações de mercadorias cresceram em média anual 6 por cento, enquanto que o crescimento do PIB duplicou por 6 vezes durante este período. No caso dos produtos manufacturados o volume de comércio cresceu 30 vezes.

Segundo o Relatório da Organização Mundial do Comércio<sup>91</sup> divulgado em 17 de Abril de 2008, o comércio mundial cresceu cerca de 5,5% em 2007. Este valor fica aquém das expectativas dos economistas da OMC que estimavam um crescimento de 6%. O abrandamento da procura nos países desenvolvidos em consequência do abrandamento económico que se começou

---

<sup>90</sup> Cfr. WTO, *Annual Report 1998*, pag. 33 - in [http://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/statis\\_e.htm](http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm)

<sup>91</sup> Cfr. *World Trade 2007, Prospect for 2008*  
[http://www.wto.org/english/news\\_e/pres08\\_e/pr520\\_e.htm#chart2](http://www.wto.org/english/news_e/pres08_e/pr520_e.htm#chart2)

a registar em 2007, é a principal razão para a diminuição do crescimento. Mesmo assim registou-se um crescimento de 15% nas exportações de mercadorias, atingindo um valor *record* de 13.750 biliões de dólares, uma cifra mais de duas vezes e meio o valor registado em 1997. (Ver tabela 7).

**Tabela 7 - Exportações de mercadorias 1990-2007**

	Volume em triliões dólares			Variação percentual				
	1997	2000	2007	1990-2000	2000-2007	2005	2006	2007
Exportação de mercadorias	5.3	6.2	13.7	7,0	12,0	14,0	16,0	15,0

Fonte: [http://www.wto.org/english/news\\_e/pres08\\_e/pr520\\_e.htm#chart3](http://www.wto.org/english/news_e/pres08_e/pr520_e.htm#chart3)

Desde o ano 2000 que se regista taxas anuais de crescimento que variam entre 12 e 16 por cento, e que apesar do abrandamento verificado em 2007, tudo leva a crer que o comércio não será grandemente afectado.

Segundo o referido relatório<sup>92</sup>, o director geral Pascal Lamy afirmou que estamos a viver uma fase de "problemática" e de "incerteza" na economia global. Para Lamy, "a turbulência dos mercados financeiros, o aumento significativo dos preços e o abrandamento das economias desenvolvidas não levaram a distúrbios no comércio".

Porém, o director geral da OMC refere que as questões do proteccionismo podem ser utilizadas como resposta aos problemas "com que nos estamos a deparar" e para que isso não se verifique, "mais do que nunca temos de reforçar o nosso sistema de comércio com regras mais transparentes".

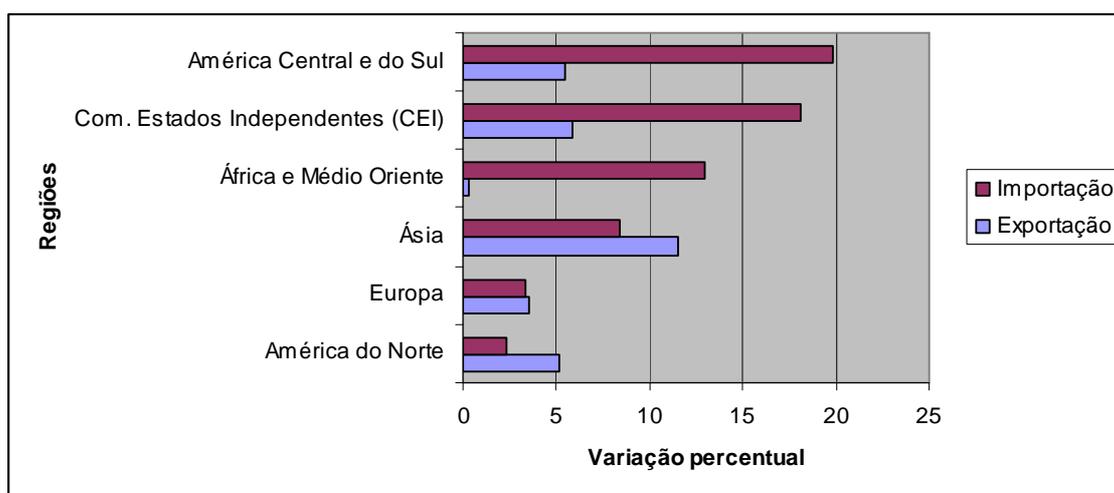
A referência à transparência das regras não é mais do que o assumir claramente dos desequilíbrios de poderes existentes institucionalmente entre o poder económico dos chamados *superblocos* e o resto do mundo.

As economias em desenvolvimento, dependentes da cooperação e do auxílio das economias desenvolvidas, na condição de necessitados, sujeitam-se às normas comerciais, e aos acordos que os tornam cada vez mais dependentes. Devido aos altos custos de produção, deixam de produzir para importar a maioria dos bens de consumo. E é por isso que nas zonas económicas em desenvolvimento se nota uma enorme diferença entre as

<sup>92</sup> Cfr. *World Trade 2007, Prospect for 2008*, op. cit.

exportações e as importações (ver figura 1). Verifica-se que a taxa de crescimento das importações é de cerca de 3, 4 e 25 vezes maior do que a taxa de crescimento das importações para a Comunidade de Estados Independentes (CEI), América Central e do Sul e África e Médio Oriente respectivamente.

**Figura 2**  
**Crescimento real do comércio de mercadorias por regiões, 2007 – variação percentual**



Fonte: [http://www.wto.org/english/news\\_e/pres08\\_e/pr520\\_e.htm#chart3](http://www.wto.org/english/news_e/pres08_e/pr520_e.htm#chart3)

Ao ritmo a que se liberaliza o comércio internacional e ao volume que se multiplica anualmente seria de se esperar um crescente nível de desenvolvimento, bem-estar social e uma vida melhor nos PED. Supostamente o mundo está repleto de bens essenciais ao alcance de todos, e que por ser global todo este processo, implicaria benefício para todos. Mas não é o que se passa. Mesmo em casos onde se regista crescimento económico e rendimento disponível, não existe distribuição, e muito menos uma distribuição equitativa.

O livre comércio deveria teoricamente tornar a vida das populações melhor, mas acaba por se transformar num mito, porque depende do real entendimento e sérios compromissos e equilíbrio entre interesses que parecem inconciliáveis.

### 1.3.4 A Internacionalização dos Mercados Financeiros

Os mercados existem desde que o Homem se sedentarizou, passando a dedicar-se à agricultura, e transaccionando o produto das colheitas. As decisões tomadas pelos agricultores representavam as decisões que, hoje, se tomam nos mais variados mercados, quando o investidor/empresa analisa as condições de mercado de modo a comprar ou vender naquele momento, ou no futuro. De uma forma informal – como nos mercados africanos – ou de uma forma mais organizada, normativa e tecnologicamente, as funções desempenhadas pelos mercados são as mesmas: fixação de preços de equilíbrio; avaliação de activos; captação de fundos; gestão do risco.

Da importância das funções desempenhadas igualmente pelos mercados financeiros, percebe-se porque é que se tornaram elementos determinantes na organização económica actual. Nos últimos 30 anos adquiriram um elevado estatuto institucional – após a extinção do sistema de câmbios fixos (Acordo Bretton Woods) – para o que contribuiu a descida da inflação, uma atitude inovadora dos mercados em matéria de gestão do risco – concretizada na oferta de produtos financeiros novos, bem como um desempenho altamente positivo dos mercados de obrigações, capazes de seduzir as mais variadas camadas populacionais.

Ao *boom* dos mercados financeiros nos últimos 15 anos – a excepção de maior relevo foi a crise asiática em 1997<sup>93</sup>, com reflexos nos restantes mercados – não é estranho o desenvolvimento tecnológico com repercussões na estrutura de custos das operações financeiras<sup>94</sup>. Contributo relevante resultou também da extinção significativa de procedimentos de controlo dos mercados financeiros – desregulamentação<sup>95</sup>, que “abriu novos e vastos

---

<sup>93</sup> Paul Laudicina e Jonathan M.White referem-se a esta crise como uma tempestade que engoliu grande parte da economia global, afectou o sistema financeiro e destruiu a saúde empresarial. In *Economia Pura*, Março 2004, p.90.

<sup>94</sup> Cfr. Jean Saint –Geours, *Os Mercados Financeiros*, Instituto Piaget, 1994 p.90  
Cfr. Ricardo, Cruz, *Uma Introdução às Finanças internacionais*, Faculdade de Economia do Porto, 1997, p.15

<sup>95</sup> Segundo Stiglitz in *Making Globalization Work*, op. cit. p.17 e 27 - a desregulamentação resultou do Consenso de Washington – consenso que foi forjado entre o FMI, BM e o Tesouro Americano, com procedimentos focalizados na redução do papel controlador dos governos.

mercados à Wall Street”<sup>96</sup>. Ressalva-se que nos primórdios da actividade bolsista, a transacção de títulos efectuava-se no mercado nacional, sendo escassas as relações entre Bolsas de Valores, onde a fixação de paridades monetárias limitava a actuação das bolsas, prática que se alterou em 1972<sup>97</sup>, quando o *Acordo Smithosiano* pôs fim ao sistema de taxas fixas. Os governos das maiores economias mundiais decidiram que as taxas de câmbio seriam determinadas pelas forças de mercado.

O actual processo tendente de globalização financeira, decorrente da adopção de procedimentos desreguladoras e liberalizadoras dos fluxos de capitais, afirma-se como um dos vectores mais visíveis de um processo complexo cuja compreensão é necessária para se compreender os interesses que se movem no *opaco* xadrez financeiro, muitas vezes à custa de um jogo especulativo.

O mercado financeiro internacional vem adquirindo poder desde dos anos 80 com o progresso tecnológico das comunicações, fazendo com que capitais percorram o mundo livremente. Acabou a hegemonia da banca, como gerador de empréstimos, cresceu o mercado de títulos, emitidos por instituições financeiras e empresas, como os títulos comprados por diversos investidores à volta do mundo, especialmente através de fundos de pensões e fundos de investimento, que tiveram um crescimento vertiginoso.

O avanço das comunicações e a liberdade de fluxos de capitais uniram os mercados de tal forma que hoje, muitas instituições financeiras operam 24 horas por dia fazendo transações financeiras em tempo real em qualquer mercado, a partir da sede. Por esta razão, o *efeito borboleta* aplica-se em boa medida neste contexto - qualquer choque sobre o mercado tende a se propagar fazer sentir seus efeitos no mercado global, provocando eventualmente o caos. Uma inconsistência macroeconômica poderia se arrastar por muitos anos e provocar uma lenta desvalorização na economia de um país em questão de semanas. O caso da crise no sector de crédito *subprime* nos Estados Unidos com altas taxas de incumprimento, levou a uma acentuada queda do valor dos títulos, causando falências em gigantescos fundos de investimentos imobiliários

---

<sup>96</sup> Cfr. Stiglitz, Joseph E., *Globalização a Grande Desilusão*, op. cit. p. 263

<sup>97</sup> Cfr. Joaquim Pinto Matos, *Finanças Internacionais – Introdução*, Editorial Presença, Lisboa, 1992, p.58

e abalando o sistema bancário, consequência do envolvimento dos bancos no *subprime*, o que resultou numa crise financeira. Causou situações de pânico não só na economia americana, onde a Reserva Federal e Bancos Centrais de outros Países tiveram que intervir injectando dinheiro no mercado, sob o espectro de falências generalizadas dos bancos envolvidos.

A internacionalização dos mercados financeiros, a formação dos espaços globais de produção e o avanço do comércio mundial diminuem sobremaneira a capacidade de os Estados controlarem, através de políticas monetárias e fiscais, as suas economias. A forte especulação à escala mundial, na qual participam bancos, empresas, fundos de capitais de riscos, investidores individuais, etc., e a capacidade de transferências de recursos de uma praça financeira para outra, tornam a crise uma possibilidade permanente, e sectores capitalistas exigem uma nova regulamentação. Regulamentação essa, que Vital Moreira referindo-se a insuficiência da supervisão nacional para efectuar uma adequada regulação de mercados sem fronteiras territoriais, protagonizados por operadores cada vez mais plurinacionais quanto à geografia dos seus negócios, que a passagem da era dos mercados nacionais para a actual era dos mercados regionais e globais deveria implicar também a passagem da regulação nacional para a regulação regional e internacional<sup>98</sup>.

A economia mundial vive actualmente à sombra do fantasma de um colapso semelhante ao de 1929, o qual tem sido evitado até agora, em grande medida, pelo facto de os bancos centrais continuarem a garantir, em última instância, o sistema, e pela coordenação das políticas dos países ricos.

A dimensão financeira da globalização situa-se nos mercados financeiros transnacionais, em que o capital especulativo circula electronicamente em alta velocidade, debilitando progressivamente a capacidade reguladora dos Estados. As instituições de Bretton Woods tornam-se insuficientes para lidar com o fenómeno da globalização financeira, e a volatilidade da circulação de capital especulativo parece ser a maior a maior ameaça para a estabilidade e previsibilidade do sistema. Stiglitz<sup>99</sup> defende a tese de que os problemas sentidos no sistema financeiro internacional resultam

---

<sup>98</sup> Cfr. Vital Moreira, Presidente da CEDIPRE – Universidade de Coimbra, in <http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/opinion/columnistas/pt/desarrollo/1112478.html>

<sup>99</sup> Cfr. Stiglitz, Joseph, *Globalização a Grande Desilusão*, op.cit. p. 263

"da maneira como a globalização tem sido gerida" e aponta o dedo acusador às instituições, isto é, ao BM e FMI, as quais estariam mais interessadas em servir os interesses dos países desenvolvidos, do que aqueles a quem exigia a adopção de medidas que contribuíssem para a deflação e desregulação. Os programas de ajustamento estrutural serviram, na sua perspectiva, para fragilizar as estruturas sociais em nome de uma visão excessivamente económico-liberal.

Os investidores institucionais (as empresas transnacionais) são os verdadeiros mestres do capitalismo contemporâneo mas eles preferem a discrição. Enquanto os administradores de fundos de investimento financeiro permanecem na sombra, são portanto os grupos industriais que, junto aos governos, são constantemente visados. Mercê da ausência de controlo a confiança na *mão invisível* do mercado livre, dificilmente poderia ser mais baixa do que é neste momento.

Existe uma lógica no movimento de capitais. Para países que mantêm políticas económicas consistentes, a globalização financeira pode ser mais uma oportunidade do que um risco. No início na década de 90, a liberalização financeira transbordou amplamente as fronteiras dos países desenvolvidos. A abertura à entrada dos capitais foi um poderoso incentivo para execução de reformas de sistemas financeiros dos países em desenvolvimento. Aqueles que adoptaram esta via passaram à categoria de mercados emergentes, outorgado pelas instituições internacionais. As precipitadas e brutais condições que se registaram naqueles que efectuaram sem nenhuma precaução a liberalização financeira, desencadearam crises que travaram o crescimento destes países e deveriam ter sido vistos como sugestões para reavaliação das vias e meios de integração no mercado financeiro internacional.

Michael Aglieta<sup>100</sup> considera que a elevada dívida externa dos países em desenvolvimento também teve um papel preponderante na abertura destes à liberalização financeira. Nos finais da década de 70 países como a Argentina, Chile, haviam tentado uma abortada e ruínosa liberalização financeira. Independentemente destes casos isoladas, o endividamento internacional dos países em desenvolvimento aumentou com os choques petrolíferos. Esta

---

<sup>100</sup> Cfr. Michel Aglietta, *La globalización financiera*, artigo disponível em <http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=50>

dívida atingiu carácter de insolvência a partir de 1982 e passou a ser administrada por meio de reescalonamento, integrado nas medidas e planos de recuperação estabelecidos pelo FMI. Isto é, uma doutrina macroeconómica uniforme para satisfazer as demandas da dívida. A transferência de divisas correntes aos credores teve que ser feito por meio da combinação de paridade de taxas competitivas e uma gestão rigorosa das finanças públicas destinadas a obter balanços correntes excedentários. Mas essa doutrina encontrou dificuldades consideráveis de aplicação. A depreciação da taxa de câmbio favoreceu o rendimento nos sectores protegidos da economia; manteve a inflação alta e crescente devido aos conflitos da redistribuição, exacerbados pelo rigor orçamental. A espiral evolutiva da inflação conduziu os países aos sucessivos programas de estabilização pouco convincentes e de resultados francamente insatisfatórios. O crescimento foi sufocado pelo peso contínuo e galopante aumento da dívida externa.

De 1985 a 1988 por iniciativa americana, deu-se início à mudança de perspectiva, com o plano Baker<sup>101</sup> para a redução da dívida, que resultou num fracasso ao não conseguir aumentar o financiamento aos países endividados. Seguiu-se-lhe o Plano Brady de redução de dívidas por meio da conversão da dívida bancária em acções e obrigações obedecendo a parâmetros estabelecidos pelo BM e FMI, abrindo aparentemente uma nova oportunidade aos países devedores para agir com firmeza e habilidade. O objectivo era permitir o retorno dos países devedores ao mercado internacional de capitais mais amplo e atrair novos investidores para financiar um crescimento sustentado. Os poucos êxitos conseguidos constituíram o ponto de viragem da doutrina pregada até então pelo FMI, com anuência do então G7.

A liberalização financeira foi então recomendada como o ponta de lança das mudanças estruturais que supostamente deveriam melhorar a rentabilidade do capital nos países com um forte crescimento industrial.

Foram numerosas as crises financeira induzidas pela liberalização financeira nos PED. A primeira delas teve início no México nos fins de 94 relacionada com a toda a dívida pública de curto prazo. De seguida a crise dos países emergentes que começou na Tailândia em Junho de 97 cujos efeitos se

---

<sup>101</sup> Cfr. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,957269,00.html>

fizeram sentir em toda a região e estendendo-se ao conjunto de países emergentes e em transição que haviam iniciado a via da liberalização financeira. Este caso estava relacionado com o excesso de endividamento privado. Esta instabilidade teve consequências sobre países cuja dívida pública foi considerada insustentável. Foram os casos da Rússia em 98 e Brasil em várias ocasiões, até Janeiro de 99.

Segundo Aglietta, “todas estas crises tiveram em comum a dívida externa em divisas estrangeiras, que crescia cada vez mais rápido quando os capitais eram atraídos por rendimentos mais elevados que os oferecidos nos países de origem, fenómeno que foi combinado com os regimes rígidos de câmbios considerados como sólidos pelos investidores estrangeiros. A banca local não foi mais do que o elo mais fraco desta integração financeira pelo desendividamento. Ao contraírem-se dívidas de curto prazo em divisas acumularam-se riscos, e conforme os casos, financiando em moeda local operações especulativas ou em investimentos industriais de rendimento duvidoso”<sup>102</sup>.

Desta maneira, a fuga em frente da liberalização financeira, desprovida de regulamentação que diversificasse os riscos e impusesse provisões mínimas de capital, e também sem uma supervisão bancária digna de tal nome, resultou num terreno propício à formação de crises. Com efeito a falta de controlo público sobre o sistema financeiro permitiu que se subestimassem os riscos enquanto que bancos sem nenhuma experiência na gestão centralizada de riscos em mercados financeiros em competição, contraíram dívidas excessivas. E o endividamento externo excessivo tem impactos negativos sobre o desempenho macroeconómico dos países em desenvolvimento

As crises financeiras têm sido recorrentes na medida em que os títulos representam uma perspectiva de obtenção de altos benefícios. A liquidez dos mercados faz parte do imaginário colectivo dos participantes, não da realidade objectiva. E essa liquidez deteriora-se brutalmente quando surge uma dívida relativamente à opinião geralmente aceite. E quando essa opinião é posta em causa pela prova da realidade, cada um quer tirar a prova, pensando que todos

---

<sup>102</sup> Cfr. Michel Aglietta, op. cit.

vão fazer o mesmo, e a liquidez desaparece. Então gera-se uma descontinuidade dos preços sob pressão das vendas, quando um agente externo ao mercado não funciona como contrapeso.

As crises financeiras têm outro aspecto desconcertante: o contágio. Quando há falta de liquidez em um determinado mercado importante, isso implica o colapso dos activos que não podem vender-se sem uma elevada perda. A necessidade de liquidez aumenta a fim de financiar as perdas, ao mesmo tempo que desaparecem as contrapartidas. Os operadores devem pois reportar-se a outros mercados cuja liquidez sofreu os mesmos efeitos. É possível a ocorrência de uma desconfiança generalizada em um conjunto de mercados, criando uma depreciação de preços concertadamente, até que a sede de segurança dos investidores os conduza a mercados que são mais seguros por estarem a cobertos em última instância por instituições com muito capital disponível.

O dinheiro deveria fluir dos países ricos para os países pobres, no entanto verifica-se contrário. Enquanto que os ricos estão em melhores condições para enfrentar os riscos das flutuações da moeda e as taxas de rendimento, os pobres são os que suportam o impacto desta volatilidade<sup>103</sup>.

De todas as variáveis que integram a globalização, a financeira é a menos transparente, onde os riscos de perdas são maiores e os efeitos de crises mais facilmente se alastram atingindo proporções gigantescas. É também a mais apetecível, com potencial de gerar rápidos e elevados ganhos aos investidores que podem também, de forma concertada, provocar súbitos movimentos direccionados com consequências destruidoras. Neste contexto os incautos que se enveredam pela via da fácil globalização financeira sem uma prévia preparação do mercado e uma gradual abertura, faseada por etapas podem causar graves problemas sociais às populações.

---

<sup>103</sup> Stiglitz, Joseph, Making Globalization Work, op. cit. p. 218-225

## CAPÍTULO V

### AS NOVAS PARCERIAS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PARA A ÁFRICA

Com as transformações económico-sociais registadas em todo mundo, com a instabilidade na maior parte do continente africano, devido à proliferação de conflitos, e o agravar dos níveis da pobreza, condições essas que figuravam como que pedidos de socorro de quem foi esquecido à sua própria miséria e desgraça, a pobreza passou a figurar nas agendas mundiais. Este estado de coisas suscitou a partir de 1995<sup>104</sup>, declarações no sentido de considerar a erradicação da pobreza como imperativo ético, social, político e económico.

Em 1996 com o fim à vista dos acordos de Lomé, a UE encetou o processo negocial que haveria de conduzir à celebração em Fevereiro de 2000 de um novo acordo de cooperação para o desenvolvimento com os países ACP.

Por sua vez, na Cimeira do Milénio realizada na Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2000, foi patrocinado um conjunto de Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, com preocupações e compromissos claros de empenho de todos os países signatários, sejam os desenvolvidos (doadores) ou os em desenvolvimento (receptores), num esforço comum de levar por diante a tarefa de reduzir para metade o número de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia, até 2015.

Em 2000 a África desperta para a realidade em ritmo atrasado, após algumas iniciativas que não passaram de meras declarações de intenções e sem consequências<sup>105</sup>, e lança-se na procura de um rumo sustentado que

---

<sup>104</sup> Cfr. *Declaração e Programa de Acção sobre o Desenvolvimento Social realizada em Copenhaga* (1995)

<sup>105</sup> São os casos da Constituição da *United Nations Economic Commission for Africa* (1958), objectivo da procura de soluções para os problemas económicos; *O Plano de Acção de Lagos*, cujo objectivo era definir um programa para a renovação económica da África (1980); *Programa Prioritário para a Recuperação Económica* apoiada pela ONU (1985); *A Declaração de Khartoum sobre o Desenvolvimento Humano* (1989); *Africa Leadership Forum* (1989); para orientar os esforços de combate à crise e subdesenvolvimento africanos; *A Carta Africana para a Participação Popular no Desenvolvimento* (1990).

pudesse solucionar os problemas do subdesenvolvimento. Iniciativa de cariz exclusivamente interna amplamente abrangente no seio da OUA, com propósitos económicos, sociais, políticos e culturais, que culmina em Outubro de 2001 com a criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

A cooperação para o desenvolvimento da África entrou no novo século aparentemente sob ventos de mudança quanto ao paradigma da cooperação. O quadro negocial, os programas e as estratégias de implementação dos mesmos receberam a denominação e carácter de parceria, alterando em larga medida a maneira de encarar e fazer funcionar a cooperação, como era até então. Também é destacado o papel endógeno da África como região e dos Estados como actores activos em todas as etapas dos processos e um claro reforço do poder de iniciativas regionais e locais na concretização da cooperação.

É essencial para o desenvolvimento da África, a aplicação destes três acordos e programas, que têm muito em comum, onde metas e objectivos estão definidos e calendarizados ao abrigo de um quadro institucional favorável, e que seguidamente nos propomos analisar.

## 1. A Convenção de Cotonou – O Novo Acordo de Parceria UE-ACP

As linhas gerais da política de cooperação para o desenvolvimento da UE constam da Comunicação<sup>106</sup> da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, de 26 de Abril de 2000, e da Declaração Conjunta da Comissão e do Conselho, de 10 de Novembro do mesmo ano<sup>107</sup>.

Tendo no horizonte o período pós-Lomé, a Comissão Europeia iniciou um debate público em 1996 encetando o processo negocial que sintetizado no já referido Livro Verde, serviu de base à nova convenção e concretização do novo acordo de parceria UE-ACP.

O Acordo<sup>108</sup> tem como principais objectivos a redução da pobreza e, a prazo, a sua erradicação e a integração progressiva dos Estados de ACP na economia mundial, em consonância com os objectivos de desenvolvimento sustentável e a promoção da integração regional. Vigorará por um período de vinte anos e em conformidade com o artigo 95º do Acordo, permite a adaptação do Acordo, por revisão de cinco em cinco anos (excepto no que se refere às disposições relativas à cooperação económica e comercial), e foi dotado de um protocolo financeiro para cada período de cinco anos.

Algumas partes do acordo serão revistas anualmente, se tal for necessário, sendo da responsabilidade do Conselho dos Ministros UE-ACP, que se reúne anualmente. Este novo procedimento permite dotar o novo Acordo de grande flexibilidade dando a possibilidade de adaptar o sistema de cooperação a novas realidades e a convenção de um calendário específico no que respeita aos acordos comerciais.

Atendendo ao sucesso limitado da principal abordagem de preferências comerciais não recíprocas nas antigas convenções e à necessidade da sua adaptação aos desenvolvimentos internacionais, tais como a globalização e a evolução tecnológica, assim como às profundas alterações sociais verificadas nos países ACP, o Acordo estabelece uma nova abordagem da cooperação

---

<sup>106</sup> COM (2000) 212 final

<sup>107</sup> Cfr. *The European Community's Development Policy – Statement by the Council and the Commission*

<sup>108</sup> Cfr. <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12101.htm>

neste domínio e tem como finalidade reforçar a dimensão política, assegurar uma nova flexibilidade e conceder mais responsabilidades aos Estados ACP.

Este acordo assenta em cinco pilares interdependentes que combinam a política, o comércio e o desenvolvimento:

- A dimensão política global
- Promoção de abordagens participativas
- Estratégias de desenvolvimento e redução da pobreza
- Um novo quadro de cooperação económico e comercial
- Reforma da cooperação financeira

A) **A dimensão política global** ou seja, o diálogo político e permanente, do novo acordo permite aos países ACP e à UE abordar todas as questões de interesse mútuo e assegurar a sua coerência, tendo um impacto acrescido na cooperação para o desenvolvimento.

Este diálogo será conduzido com necessária flexibilidade, conforme as necessidades sentidas, quer dentro quer fora do quadro institucional, ao nível nacional, regional ou do grupo ACP, preconizando a consolidação das políticas de paz e de prevenção dos conflitos. Neste domínio as iniciativas regionais e locais terão primazia e importância relevada.

Este acordo dá a UE a possibilidade de ser mais selectiva na sua ajuda aos ACP (que deixa de ter um carácter automático) e de concentrar os seus apoios em países que tenham implantado o pluralismo democrático, respeito pelos Direitos do Homem e o Estado de Direito.

No caso de violação de qualquer um destes direitos, os novos procedimentos colocam o acento tónico na responsabilidade do Estado em falta e prevêm uma grande flexibilidade no processo de consulta, ao contrário do que acontecia com a convenção anterior. Em casos de especial urgência, ou seja violação de elementos essenciais, serão tomadas medidas de imediato com notificação à outra parte. A boa governação ou boa gestão dos negócios públicos é também um elemento fundamental e positivo da parceria sendo objecto de um diálogo regular e constitui um domínio de apoio activo da UE.

Fica consagrado um procedimento específico a aplicar em casos de grave corrupção, não só em circunstâncias que envolvem fundos do FED, mas

também em todos os países em que a União esteja financeiramente implicada e onde a corrupção constitua um obstáculo ao desenvolvimento.

**B) A dimensão participativa** é um claro incentivo à participação e envolvimento da sociedade civil e dos agentes económicos e sociais na vivência deste acordo. Com a introdução de algumas disposições inovadoras, como o fornecimento de informações apropriadas sobre o acordo de parceria; a consulta da sociedade civil sobre as reformas e as políticas económicas, sociais e institucionais; a associação das organizações não governamentais, tendo em vista a sua participação na execução dos projectos.

**C) A redução da pobreza** constitui o objectivo central da nova parceria. As actuais estratégias de desenvolvimento concentram-se na luta contra a pobreza. Esta é uma luta e um objectivo que deve ser global.

As estratégias de cooperação basear-se-ão nos compromissos internacionais dos parceiros, nas conclusões das conferências das Nações Unidas, nos objectivos internacionais do desenvolvimento, em especial na estratégia delineada pelo CAD da OCDE.

Os signatários obrigam-se a uma concertação na elaboração de um quadro estratégico integrado e operacional, bem como o recurso a indicadores qualitativos e quantitativos que permitam uma avaliação sistemática dos resultados da cooperação estratégica global de desenvolvimento.

A abordagem integrada das estratégias de redução da pobreza traduz a complexidade e o carácter multidimensional da pobreza, fixando-se em três domínios prioritários da cooperação:

- O desenvolvimento económico centrado no investimento e no desenvolvimento do sector privado, nas políticas e reformas macroeconómicas e estruturais e nas políticas sectoriais;

- O desenvolvimento social e humano centrar-se-á nas políticas sectoriais sociais, nas questões relativas à juventude e no desenvolvimento cultural.

- A integração e cooperação regional.

**D) O novo quadro de cooperação económico e comercial** estabelecido nesta parceria visa prosseguir a liberalização comercial conforme as regras da OMC e permitir aos ACP a participação plena no comércio internacional. Apesar de, neste domínio, pôr termo ao regime de preferências

comerciais não recíprocas de que beneficiam os Estados ACP, o sistema actual continua transitório, até 2008 (a data prevista de entrada em vigor de novos acordos) com um período de transição de pelo menos doze anos. Este procedimento permitirá a abertura gradual dos mercados dos países ACP aos produtos e serviços da UE, de maneira a que em 2020 exista uma total liberalização das trocas comerciais entre as partes. Apenas os países mais pobres e vulneráveis foram excluídos dos novos acordos comerciais, e a partir de 2005, passam a beneficiar, de um sistema preferencial de acesso dos seus produtos ao mercado europeu, que não necessita obrigatoriamente de conter cláusulas de reciprocidade, podendo ser com total isenção de direitos.

E) **A reforma da cooperação financeira** está traduzida neste acordo com a introdução de inovações importantes sem que, no entanto, se configure rupturas. Várias das preocupações do novo quadro de cooperação financeira estavam já implicitamente formuladas no acordo de Lomé IV ou vinham sendo reclamadas pelas lições retiradas da experiência comunitária de cooperação. Tendo sido qualificados como medianamente satisfatórios os resultados da ajuda ao desenvolvimento (pelo *Livro Verde*), as partes convergiram na eleição dos objectivos da coerência, da flexibilidade e da eficácia da ajuda, como objectivos gerais da cooperação financeira.

Tornar o país parceiro o principal responsável de suas próprias políticas, fazendo evoluir a assistência financeira para programas de ajuda orçamental ou sectorial, eis uma importante ideia inovadora introduzida nas relações de cooperação pelo Novo Acordo de Parceria. Deixam de ser automáticas as atribuições de fundos, passando a estar sujeitas a revisões que conforme necessidades e resultados obtidos. Quer-se assim recompensar aqueles que alcançam bons resultados e não continuar a drenar fundos para quem não faz bom uso deles.

Já referimos anteriormente que a UE é o maior fornecedor de ajuda pública ao desenvolvimento. Cerca de metade da ajuda ao desenvolvimento aos PED provém da UE, que é também em muitos casos o principal parceiro comercial e na relação com os países pobres a UE instituiu um novo espírito de cooperação, assente em bases potencialmente mais igualitárias, que conjuga o diálogo político, o comércio e a ajuda para o desenvolvimento. O novo acordo veio cimentar as relações comerciais mais justas com os países pobres,

iniciadas em Yaoundé e desenvolvidas em Lomé, dar forma ao novo espírito no diálogo Norte-Sul, em que a Europa tem sido o maior e activo actor de cooperação e ajuda ao desenvolvimento à nível global.

Este acordo oferece um quadro globalmente positivo e favorável para lidar com a maioria dos problemas dos países ACP no âmbito dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; a questão central é se, e como, as ambições presentes no acordo serão implementadas na prática.

## 2. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

A Declaração do Milénio, adoptada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia-geral das Nações Unidas, veio lançar um processo decisivo da cooperação global no século XXI. Nela foi dado um enorme impulso às questões do Desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio, e com a aprovação dos designados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)<sup>109</sup> pela comunidade internacional, a serem atingidos num prazo de 25 anos, nomeadamente:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar a educação primária universal
3. Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

Foram ainda estabelecidas metas quantitativas para a maioria dos objectivos, e indicadores com vista a possibilitar a medição e acompanhamento dos progressos efectuados na sua concretização, a nível global e nacional.

### **Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome**

Meta 1. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia.

Meta 2. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afectada pela fome.

### **Objectivo 2: Atingir o ensino primário universal**

Meta 3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.

---

<sup>109</sup> Cfr. <http://www.undp.org/mdg/basics.shtml>

### **Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres**

Meta 4. Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

### **Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil**

Meta 5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos.

### **Objectivo 5: Melhorar a saúde materna**

Meta 6. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

### **Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças**

Meta 7. Até 2015, parar e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA.

Meta 8. Até 2015, parar e começar a inverter a tendência actual da incidência da malária e de outras doenças graves.

### **Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental**

Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.

Meta 10. Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável.

Meta 11. Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

### **Objectivo 8: Promover uma parceria global para o desenvolvimento**

Meta 12. Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório

Meta 13. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados.

Meta 14. Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Meta 15. Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.

Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho condigno e produtivo.

Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento.

Meta 18. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação.

A Declaração do Milénio despoletou um conjunto de conferências internacionais, nomeadamente a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento que teve lugar, em Março de 2002, em Monterrey. O chamado Consenso de Monterrey, que veio por um lado, reafirmar o empenho da comunidade doadora e dos países beneficiários da ajuda na procura de fontes de financiamento inovadoras e alternativas, na criação de um novo espírito de parceria e de um novo conceito de cooperação para o desenvolvimento, assente numa abordagem holística – concentrado na inter-relação entre o comércio, o financiamento e o desenvolvimento. Significou, por outro lado, a renovação da vontade política da comunidade de doadores em contribuir com 0,7 do seu PIB para a sustentação dos ODM com especial destaque para a erradicação da pobreza.

A UE que, no seu conjunto, é responsável por mais de 50% da APD mundial, afirmou-se como um parceiro-chave deste processo, tendo contribuído activamente para o processo resultante da Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento.

A Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002, veio, finalmente, fornecer um impulso fundamental ao estabelecimento das Parcerias (entre países do Norte e países do Sul e entre os sectores público e privado), fechando, assim, um triângulo do qual faz parte também a Conferência de Doha da OMC.

Porém, a realização dos ODM está dependente da existência de uma série de condições que propiciem e facilitem a disseminação, dinamização e concretização espacial dos programas. Sendo um objectivo global, porque

mesmo os países ricos têm problemas da pobreza por resolver, na África em particular, problemas específicos diferentes de outras regiões pobres, que afectam o continente em toda a sua estrutura.

E por isso exige-se que os regimes sejam democráticos e transparentes; que os recursos nacionais e regionais sejam utilizados eficazmente; que sejam criadas condições propícias à captação do investimento produtivo estrangeiro; investimento em desenvolvimento humano e reabilitação de infra-estruturas de comunicação e transporte; promoção de reformas estruturais e institucionais, que agilizem processos de acesso a direitos fundamentais para que todos possam dispor de iguais condições; a criação de condições e apoios que permitam o desenvolvimento da agricultura e do comércio e o alívio da dívida externa condicionada à aplicação do mesmo valor em áreas sociais.

### 3. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)<sup>110</sup>

Como vimos anteriormente, as novas políticas de cooperação para o desenvolvimento apelam para uma cada vez mais dependente e influente papel dos factores endógenos do desenvolvimento, dando aos países beneficiários da ajuda ao desenvolvimento, iniciativa de apresentar projectos e estabelecer estratégias e programas, e a responsabilizarem-se pela execução dos mesmos.

É com esta visão e pensamento que o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki<sup>111</sup> cita Edward Blyden (1881) para dizer que os africanos têm que avançar pelos seus próprios métodos e poder distinto. “Temos que mostrar que somos capazes de avançar e desbravar nosso próprio caminho”. Um dos homens que mais lutou pela emancipação e afirmação da África, o historiador Ki-Zerbo<sup>112</sup> também alinha pelo mesmo pensamento, defendendo a assumpção de um projecto africano endógeno original inserido num quadro regionalizador pan-africano em função das vantagens comparativas internas à própria África.

Embora não sendo nova, esta perspectiva, fez acordar os líderes africanos para uma realidade que é comum em toda África, ou seja, que soluções para problemas comuns só se alcançam no seio da comunidade, unidos em propósito, no respeito estrito de acordos e regras comuns que balizam a actuação local e regional.

Com a Convenção de Cotonou a dar os primeiros passos (Fevereiro de 2000) e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a ser disseminado (Outubro de 2000), em Setembro de 2001 nasce a NEPAD (*New Partnership for Africa's Development*).

A NEPAD é um programa da União Africana<sup>113</sup> que materializa a visão holística desenvolvida pelos líderes africanos numa moldura de parceria entre os países africanos com o objectivo de reduzir a pobreza, promover o

---

<sup>110</sup> Cfr. <http://www.nepad.org/2005/files/documents/inbrief.pdf>

<sup>111</sup> Cfr. *Report on the NEPAD WIP Conference Discussions*, Benoni, South Africa, Janeiro 2002

<sup>112</sup> Cfr. Ki-Zerbo, Joseph, *Para quando África?* Campo das Letras, Porto, 2006, p.33-34

<sup>113</sup> Designação adoptada a partir de Julho de 2002, antes era a OUA – Organização da Unidade Africana

desenvolvimento sustentável da África e promover o papel da mulher em todas as actividades.

Embora tenham estado apenas dez países na sua fundação, a NEPAD está aberta à adesão voluntária de todos os países do continente, avaliados e aceites pelos pares da organização, dispostos a seguir estritamente as regras de funcionamento e prossecução dos objectivos definidos, que têm subjacente duas metas específicas:

- alcançar e manter uma taxa de crescimento médio anual do PIB em 7% nos próximos 15 anos;
- assegurar que os ODM sejam alcançados em toda a África.

A estratégia que subjaz a este programa tem a perspectiva de alcançar os seguintes resultados:

- crescimento e desenvolvimento económico e aumento de emprego;
- redução da pobreza e das desigualdades;
- diversidade das actividades produtivas, competitividade internacional e crescimento da exportação;
- Incremento da integração africana.

Tendo presente estes objectivos a NEPAD deve direccionar seus esforços para as questões que se prendem com a paz, boa governação<sup>114</sup> e segurança, a valorização dos recursos humanos africanos, a diversificação da produção e das exportações, o investimento na informação e na tecnologia de comunicações e nas infraestruturas básicas e o desenvolvimento dos mecanismos de financiamento.

Passaram a considerar como sectores prioritários e alvo de maior concentração, as tecnologias de informação e comunicação, o desenvolvimento humano nas vertentes educação e saúde, a agricultura, a diversificação da produção e das exportações, com direito de acesso aos mercados e o turismo e o ambiente.

---

<sup>114</sup> O relatório da Comissão para África, criada pelo primeiro-ministro britânico, afirma que a questão da boa governação “está no centro de todos os problemas de África” e que “enquanto essa questão não for resolvida, África estará condenada a continuar em estagnação económica”

Para um projecto com tal ambição será necessário uma grande mobilização de recursos disponíveis que cubra todas as áreas de acção. Assim, espera-se que o aumento de poupanças internas e dos influxos de capital através de um maior alívio da dívida, o aumento dos fluxos da APD e de capitais privados, bem como através de uma melhor gestão das despesas e das receitas públicas possam reunir recursos para suportar os programas de acção.

Relativamente às várias parcerias já existentes com países desenvolvidos e com instituições internacionais de cooperação, estes objectivos devem manter-se, tendo em vista os esperados benefícios para a África.

Esta iniciativa foi acolhida favoravelmente e mereceu reconhecimento e apoio das grandes instituições internacionais, designadamente a ONU, o BM, o FMI, o SPA, UE e o G8.

No seio da NEPAD foi criado em 2004 um Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (APRM, sigla para *The African Peer Review Mechanism*)<sup>115</sup> que é um instrumento de comum acordo para auto monitorização dos procedimentos e práticas dos estados participantes, conforme o acordo político e económico e valores de boa governação, códigos e padrões contidos na Declaração sobre Democracia, Política, Economia e Boa Governação. Até agora a acção deste Mecanismo resume-se a produção de relatórios e inconstantes advertências aos prevaricadores. Não consegue convergir posições capazes de vincular os estados e fazê-los cumprir os padrões estabelecidos. O caso do Zimbabué é a prova de que o APRM não funciona.

Com a criação da NEPAD, os países africanos pretendem afirmar que detêm a chave do seu próprio desenvolvimento e que assumem em suas mãos a responsabilidade, o poder de decisão e de escolha do rumo para a África. Esta parceria é também uma forma de abertura e o estreitar de relações com a comunidade internacional no sentido de em conjunto promover a paz, a estabilidade, democracia, a boa gestão económica e o desenvolvimento sustentável centrado nos factores endógenos do continente africano. Com

---

<sup>115</sup> Cfr. [http://www.au2002.gov.za/docs/summit\\_council/aprm.htm](http://www.au2002.gov.za/docs/summit_council/aprm.htm)

efeito não tem conseguido alcançar nenhum destes objectivos propostos. As relações com a comunidade internacional em particular com a UE se deterioram, os conflitos armados prevalecem, e a democracia e boa governação não fazem parte das prioridades de muitos dos governantes do continente.

Por ser uma parceria de iniciativa interna, liderada pelos próprios africanos, sujeitos as regras criadas e acordadas por eles, com mecanismos de verificação e controlo pelos pares, pela afirmação e empenho dos principais líderes abre-se talvez uma esperança à resolução dos problemas que a África enfrenta, e parece iniciar-se uma nova fase na cooperação para o desenvolvimento entre a África e o mundo desenvolvido. É teoricamente um compromisso de “construir uma parceria forte para implementação do plano de acção sobre a iniciativa fundada numa visão partilhada”<sup>116</sup>.

---

<sup>116</sup> Cfr. Conferência de Argel sobre a NEPAD, Dezembro de 2003  
<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por007052&dte=16/12/2003>

## **4. Análise Crítica do quadro actual de cooperação com África**

Encerramos este capítulo fazendo uma breve incursão crítica nos meandros dos acordos atrás descritos, o “Acordo de Cotonou e a NEPAD”, vistos como instrumentos-chave e essenciais à prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, onde se questiona a validade das pretensões e expectativas criadas a volta dos mesmos e se confronta as posições pró e contra quanto à bondade e validade dos indicadores e resultados dos ODM. Importa clarificar o comportamento e resultados alcançados e esperados ao nível da erradicação da pobreza e as razões, passados os primeiros cinco anos da vigência dos acordos.

A) Muitas ONG’s têm criticado a política da UE de cooperação para o desenvolvimento como sendo vaga, estagnada e “às incertezas de que uma política baseada no comércio livre e na integração dos países em desenvolvimento na economia mundial, possa alguma vez levar aqueles países a desenvolver-se economicamente e a sair da situação em que se encontram”<sup>117</sup>.

Na realidade a liberalização comercial tem produzido muitos desequilíbrios como referimos anteriormente, mas isso não é obra nem consequência da política e relações comerciais e de cooperação com a UE. No caso dos países ACP os acordos comerciais estabelecidos são favoráveis a estes, tendo a UE proposto um longo período de transição, durante o qual devem aceitar desenvolver políticas que levem a uma situação de crescimento económico e comercial.

Mas é exactamente nos acordos comerciais que residem os desacordos. É certo que passado o período de transição os países africanos perderão receitas dos direitos alfandegários. Receitas que segundo os africanos<sup>118</sup> pesam entre 35 e 70 por cento nos orçamentos desses países e serão abolidos com os novos acordos. Por seu lado a UE argumenta que as exportações da África irão compensar essas perdas. O que também pode não acontecer, dada

---

<sup>117</sup> Cfr. Ritto, Luís, *A UE e os países de ACP*- em <http://www.adelinotorres.com/africa.htm>

<sup>118</sup> Cfr. O presidente do Senegal Abdoulaye Wade , *Cimeira UE-África*, Lisboa, Dezembro 2007, artigo em Público, 9 Dezembro, p.4

a estrutura produtiva do continente africano não estar preparada para o embate, em concorrência aberta com a UE em matéria de livre comércio, onde a agricultura é subsidiada, o que faz pender a balança para o lado da UE, e sem uma estrutura produtiva moderna e robusta capaz de compensar as perdas de tarifas alfandegárias com exportações, os Europeus passarão a vender em África os seus produtos mais barato que os africanos. Já está previsto ao abrigo dos acordos internacionais do comércio a diminuição até a completa remoção de tarifas ao comércio, a UE por força dos acordos não pode manter por muito tempo regimes especiais de preferências, embora a situação da produção agrícola interna subsidiada possa prevalecer e ser alvo de maior contestação, nas últimas negociações no âmbito das *Doha Round*.

Os bons ou maus resultados que se registam em diferentes países em desenvolvimento têm mais a ver com políticas e medidas de carácter endógeno. As guerras, os regimes totalitários, as deslocações de populações, má gestão pública, clientelas e interesses privados, não favorecem a promoção e implementação de regimes democráticos. Por outro lado a integração económica destes países na economia mundial é um processo lento e contínuo, mas necessário. É como um comboio que iniciou viagem, e no trajecto efectua algumas paragens. Assim devido aos ciclos económicos e as diferentes condições em que são aplicadas políticas e estratégias de integração mais ou menos adequadas podem registar-se claros avanços ou recuos, mas a integração é de certo o caminho para o desenvolvimento.

A UE definiu uma política de cooperação onde as questões sociais têm maior enfoque, seguido das questões de boa gestão económica e dos assuntos públicos. Em 2005 aquando da primeira revisão do Acordo de Cotonou foi incluído uma nova referência aos ODM no preâmbulo que reafirma o empenho dos parceiros nestes objectivos. Também é introduzido uma referência à promoção da luta contra as doenças ligadas à pobreza e à protecção da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos das mulheres no âmbito dos sectores sociais e a simplificação dos processos de pedidos de financiamento e de medidas que facilitem a cooperação entre os Estados ACP e outros países em desenvolvimento numa base de reciprocidade.

Já referimos o facto de a UE ser o maior doador mundial, e para além de contribuir com mais de metade da APD, fez consagrar e integrar nas novas

parcerias os pacotes financeiros para os períodos de vigência dos acordos. Com a revisão do Acordo em 2005, a UE comprometeu-se a manter o esforço de ajuda aos Países ACP, pelo menos a um nível idêntico ao do 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)<sup>119</sup>. Este limiar está garantido sem prejuízo da elegibilidade dos Estados ACP para recursos adicionais ao abrigo de instrumentos existentes ou a criar. No Conselho Europeu de 16 de Dezembro de 2005 foi aprovado o sucessor do 9º FED. A cooperação com os Países ACP beneficiará de 22.682 milhões de euros, a preços correntes, para o período de 2008-2013 a título do 10º FED. Esta dotação compreende 2 mil milhões de euros de recursos próprios do Banco Europeu de Investimento, constituindo o saldo a dotação do 10º FED. Este montante representa, numa base anual, um aumento de cerca de 35% em relação ao 9º FED, que terminou em Dezembro de 2007. Será dedicada uma parte mais importante do orçamento aos programas regionais, salientando assim a importância que a integração económica regional representa para o desenvolvimento nacional e local.

A UE tem sido acusada de trocar dinheiro por reformas. Porque exige e impõe condições aos países beneficiários, condicionando as ajudas à implementação de reformas políticas, sociais, estruturais e exigindo respeito pelos direitos fundamentais. Recentemente, Abdelaziz Belkhadem<sup>120</sup> mostrou o seu descontentamento e classificando de intromissão da UE ao referir que "muitas vezes achamos humilhante quando europeus nos dizem: se vocês fizerem reformas, vamos dar-lhes alguns euros (...), que fiquem com esse dinheiro. Queremos reformas para nós mesmos, e em condições que garantam nossa soberania".

As coisas não são bem assim. A UE é um parceiro de peso nas relações de cooperação, contribui com elevadas somas de valores para o desenvolvimento desses países, é natural que haja contrapartidas que muitas vezes são de carácter comercial, mas aqueles que custam mais a ser levados a cabo tem a ver com as reformas políticas e sociais. Democracia, direitos fundamentais, igualdade de direitos e géneros, educação e saúde. A exigência

---

<sup>119</sup> Cfr. Decisão do Conselho (2005/599/CE) do Acordo de Cotonou Revisto, *Pilar V: Reforma da Cooperação Financeira*, Jornal Oficial L 209 de 11.08.2005. Síntese disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12101.htm>

<sup>120</sup> O ministro argelino dos Negócios Estrangeiros, artigo disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1795343,00.html>

de tais contrapartidas é também uma forma de justificar e ter o apoio dos cidadãos europeus quanto à política europeia de cooperação. Afinal de contas é dinheiro dos cidadãos e é difícil apoiar doações de verbas para ajuda, quando internamente temos problemas sociais por resolver (em outro nível).

A questão não se põe ao nível da bondade das novas parcerias, mas o que os intervenientes conseguirão fazer delas. Para lá de tudo o que se acordou fazer, realmente o que importa são os resultados conseguidos na prática, consequência das políticas implementadas ou não, da existência ou não de vontade e empenho interno dos países beneficiados em cumprir a parte que lhes diz respeito.

B) A NEPAD foi lançada sob um clima de entusiasmo pelos seus fundadores com objectivos mais ou menos claros, desprovido de recursos próprios suficientes para levar avante seus projectos, e dependente de apoio externo para ser uma realidade e esperança para o desenvolvimento da África, cedo sentiu o sabor da crítica, e passados cinco anos já se debate “a necessidade de uma reorientação e nova revitalização do programa”.<sup>121</sup>

Muitos líderes africanos têm demonstrado descrença e até indiferença para com a NEPAD. O Presidente Touré, do Mali descontente com a vasta produção de discursos disse que “é preciso agir em vez de organizar debates e conferências. Esperava tanto da NEPAD, mas devo admitir que começo a estar menos entusiasmado”<sup>122</sup>. Um dos mais críticos da NEPAD tem sido um seu fundador, o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade<sup>123</sup>, mostrou-se decepcionado com o andamento da NEPAD. “Tenho muita dificuldade em explicar o que já fizemos quando as pessoas em casa ou noutra lugar me colocam esta questão (...) estamos a gastar muito dinheiro e, sobretudo, a perder tempo com repetições e conferências que terminam sem se saber que resultados foram produzidos”.

Em 6 anos de existência a NEPAD realizou mais de 20 cimeiras e reuniões de alto nível, para debater políticas, estratégias e redefinir metas e objectivos. No último realizado em Abril passado, para reorientar e revitalizar o

---

<sup>121</sup> Disponível, <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por013314&dte=15/04/2008>

<sup>122</sup> Disponível, <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por006591&dte=03/12/2003>

<sup>123</sup> Disponível, <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por014795&dte=01/11/2004>

projecto de renascimento da África. Tantas reuniões inconclusivas onde não se tem decidido nem avançado na senda do que era esperado, e desperdiçado recursos que de certo são necessários em projectos carentes para as populações. Os avanços e recuos que se têm registado, reside no facto de até agora a NEPAD se comportar como um clube selectivo, debaixo do poder e influência dos seus pais fundadores e em particular da influência sul africana, aliás para muitos africanos a NEPAD é um programa da África do Sul, em vez de pan-africano. Ainda recentemente Fernando França Van-Dúnem na qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Africano mostrou-se céptico quanto ao sucesso da NEPAD por não estar envolvidos no projecto todos os chefes de estados africanos.<sup>124</sup>

A descrença atinge o Historiador congolês M'Bokolo, que considera a NEPAD, "um catálogo de projectos de desenvolvimento que não são realmente integrados uns nos outros. Há projectos para a agricultura, projectos para as minas ou projectos para infraestruturas. É um simples catálogo e dir-se-ia que não há alma neste projecto"<sup>125</sup>. Tanto assim é que um membro do Comité Director da NEPAD, Aluko-Olokun veio desdramatizar o ambiente que se vive no seio da organização sob crítica acérrima de ineficácia dizendo que, estas resultam da não compreensão dos objectivos da NEPAD. Qualificou o programa de um conceito e filosofia. Trata-se de aspirações dos seus líderes com intuito de desenvolvimento para o século XXI. Disse que o ónus do fracasso deve ser atribuído as Comissões Económicas Regionais e aos Ministérios dos Estados membros da UA como executantes das políticas da NEPAD. Adiantou ainda como sucessos da NEPAD, o papel desempenhado na redução da dívida, e na promoção da boa governação através do APRM.

Existem alguns projectos importantes e cruciais para a África, que foram promovidos pela NEPAD e que deveriam ter tido maior adesão dos países. Por exemplo: o protocolo da implementação do projecto de infra-estrutura das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC); o projecto de banda larga, com colocação de um cabo submarino ao longo da costa do pacífico e o projecto para ligar o Continente por fibra óptica. A conta gotas alguns países

---

<sup>124</sup> Disponível, <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por031237&dte=12/05/2006>

<sup>125</sup> Entrevista a Agência Pan-africana de Imprensa, disponível em <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por023373&dte=11/08/2005>

têm aderido aos projectos em ritmo lento, assim sendo está longe de atingir prazo estabelecidos.

Muita energia e recursos já foram até agora despendidos na busca de soluções para os problemas da África. Nunca faltaram ideias, intenções, declarações, metodologias ou iniciativas, o problema é, como os signatários da NEPAD constataram, a implementação na prática. O que levou a Comissão da UA a reconhecer na sua avaliação que “as realizações da NEPAD eram magras”<sup>126</sup>. O presidente Wade classificou de “um fiasco” o que se conseguiu até agora, numa reunião de cúpula realizada em Banjul, Gambia, onde a NEPAD foi transferida para a Comissão da UA, como era anseio da grande maioria dos líderes africanos, por considerarem as duas instituições concorrentes e com objectivos coincidentes.

E porque a NEPAD depende de recursos do exterior para se realizar, o líder da oposição camaronêsa Dominique Djeukam Tchameni referindo-se a este facto diz que “esta abordagem neo-liberal está condenada ao fracasso, porque nenhum país europeu se desenvolveu dependendo da dívida, do reajustamento estrutural dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), entre tantos outros mecanismos destinados a permitir a pilhagem pelo Ocidente dos recursos africanos”<sup>127</sup>, que como sabemos actualmente não são tão pilhados pelo Ocidente, mas pelos líderes africanos, que são detentores de grandes fortunas<sup>128</sup> enquanto morrem milhares à fome nesses países.

Já foi declarado muitas vezes que África não é totalmente pobre. Tudo que se exige é que os seus vários recursos naturais e humanos sejam aproveitados com eficiência e eficácia por líderes altruístas e dedicados ao bem do povo. Com os acontecimentos do 11 de Setembro de 2002 a preocupação do mundo centrou-se na guerra contra o terrorismo, e a atenção desviou-se de África e dos seus vários problemas, e a consequente redução de entrada de ajudas.

A NEPAD obteve promessas de contribuição dos doadores ocidentais para melhorar a governação em África, para garantir o respeito pelos direitos

---

<sup>126</sup> Disponível, <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por032678&dte=03/07/2006>

<sup>127</sup> Disponível, <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por009721&dte=14/04/2004>

<sup>128</sup> Fernando Nobre, presidente da AMI defendeu a “criação de um Fundo Global de Desenvolvimento para a África”. Fundo esse que podia ser alimentado através do congelamento de “contas faraónicas” de governantes africanos que têm um conceito muito próprio da democracia. Jornal de Notícias, 6 de Junho, p. 6

humanos e a realização de eleições livres e justas, os líderes africanos comprometeram-se igualmente a monitorizar-se mutuamente através do APRM, como meio para confirmar a implementação das medidas acordadas. O que se verifica no terreno é um protelar de decisões essenciais à concretização das reformas exigidas e um défice de acção e de eficácia do APRM, que se resume a produção de relatórios e tímidas advertências sem consequências práticas.

Um outro objectivo da NEPAD foi o de angariar anualmente 64 biliões de dólares em investimento estrangeiro. Ainda que alguns países africanos já tenham subscrito APRM de boa governação, a tão esperada ajuda dos doadores não se concretizou e assim o investimento estrangeiro de 64 biliões de dólares não passou de uma miragem. A ajuda para desenvolver África ficou amarrada a toda espécie de condicionalismos, desde os direitos humanos à boa governação. Alguns líderes ocidentais já ameaçaram abertamente negar o financiamento à NEPAD se os dirigentes africanos não fizerem reformas. Em face disso, os críticos internos argumentam que os países ocidentais podiam continuar a usar a subtil chantagem de promessas não cumpridas para financiar a NEPAD na perspectiva de prosseguirem a sua própria agenda, resultando daí que a iniciativa africana se torna irrealizável. É um contra censo, porque o Ocidente em particular a UE têm todo interesse que a África se desenvolva e que o projecto NEPAD seja concretizado, porque só assim se livra dos encargos com a África e da constante ameaça de invasão de imigrantes ilegais que permanece às portas da Europa.

Os países africanos beneficiam de uma ajuda concedida pelos Estados Unidos, inicialmente de 100 milhões de dólares para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio concedendo financiamentos para programas ligados ao HIV/SIDA que poderão atingir Para se qualificarem os países têm que cumprir requisitos ao nível de boa governação, o que não agrada a muitos governantes, e por culpa destes, perdem recursos que são essenciais para alcançar os objectivos.

A crise económica global tem causado constrangimentos a todos, mesmo aos países doadores. Ainda que estes não estejam cumprindo promessas na totalidade, aqueles não podem exigir o cumprimento das mesmas, quando eles também não cumprem o que é esperado, então tentam

justificar a sua falta de vontade em realizar e cumprir condições com argumentos do uso de chantagem por parte do Ocidente.

Como se não bastasse as críticas de líderes proeminentes e internos, também a ONG “YENEPADCAM”<sup>129</sup> acusou a NEPAD de ter um défice de comunicação entre as instituições de poder e as camadas populares. Refere que a pouca informação que passa é insuficiente para sensibilizar as populações sobre o impacto da NEPAD no futuro da África. E critica o facto de discussões destas questões acontecerem apenas pontualmente e limitado no tempo, nas grandes cimeiras da UA ou da NEPAD.

Apesar da descrença, falta de entusiasmo, e da não existência de um movimento congregador a volta deste projecto, não se pode imputar todos os revezes e fracos resultados à organização. Ela própria padece dos mesmos problemas que emperraram as anteriores iniciativas destinadas a fazer renascer a África. Muitos líderes acreditam no projecto e no papel importante que a NEPAD irá desempenhar no período pós-conflito<sup>130</sup>, e enquanto não for assumido por todos os governos e povos africanos não passará de mais um oportunidade perdida.

C) Não se pretende avaliar a boa fé dos impulsionadores nem os méritos dos ODM como projecto ambicioso, que para além de não ser original como iniciativa originária da ONU (outras iniciativas do género fracassaram), tendo a pobreza como preocupação central. Temos visto uma onda de apoio, divulgação e acima de tudo um acreditar e esperança de que é possível alcançar os objectivos. Estão envolvidos governos ONGs, organizações multilaterais, académicos e organizações particulares. O que nos leva a pensar que esta iniciativa tem possibilidade de sucesso, que as outras de cariz universal não tiveram? Em que medida são diferentes?

Os ODM aparentam, a primeira vista, serem bons, uma fórmula simples para políticos - um grupo de objectivos bastante simples, que parecem, em princípio, atingíveis e realizáveis. Porém o perigo, é que as pessoas começam a acreditar que as metas representam alguma forma de realidade possível -

---

<sup>129</sup> ONG - Jovens Militantes da NEPAD para os Camarões. Artigo disponível em <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por021931&dte=06/07/2005>

<sup>130</sup> Cfr. Roque, Fátima, *África a NEPAD e o Futuro*, Texto Editores, Luanda, Fevereiro de 2007, P.107-110

erradicar a pobreza em 2015, por exemplo. Sem as difíceis decisões que precisam ser tomadas e sem o conhecimento de quem são os mais pobres do mundo, atingir as metas significará pouco, se alguma coisa.

Actualmente os ODM representam a base da política do desenvolvimento do sistema político internacional, para mais de um bilião de pessoas que vivem nas condições de pobreza, representam os meios necessários para melhoramento de suas condições de vida. No entanto passado a euforia inicial e as primeiras análises dos fracos resultados, e os potenciais perigos que subjazem a estas metas, chegando mesmo a questionar se os Objectivos são um avanço ou retrocesso para desenvolvimento mundial.

As críticas provêm tanto dos que dizem que os Objectivos são excessivamente ambiciosos, e por isso dificilmente alcançáveis, como dos que dizem que os Objectivos são só um compromisso dos mínimos que agrega os acordos internacionais anteriores, e ainda dos que dizem que Objectivos são muito gerais e vagos.

Os pontos de referência usados nos ODM não são representativos dos progressos feitos pelos países da África e contribuem para o estereótipo do “fracasso africano”, de acordo com o Instituto Brookings. “Esta máquina das metas converte as boas notícias sobre a África em péssimas”, explicou William Easterly<sup>131</sup>, economista da Universidade de Nova York, que fez um estudo sobre o assunto. “A África tem problemas suficientes para que as organizações internacionais e os organizadores de campanha minimizem seu progresso”, acrescentou.

De acordo com Easterly, um ponto-chave do estudo é o facto de a Organização das Nações Unidas originalmente ter fixado as metas como uma série de pontos de referência para medir o progresso mundial, não de países ou regiões. Portanto, os resultados de um país perdem valor quando são medidos pelos indicadores globais. Neste ponto Jan Vandemoortele<sup>132</sup> concorda

---

<sup>131</sup>Cfr. Easterly, William, professor convidado do Programa sobre Economia Global e Desenvolvimento do Instituto Brookings, *Are the Millennium Development Goals Unfair to Africa?* in [http://www.brookings.edu/events/2008/0206\\_africa.aspx](http://www.brookings.edu/events/2008/0206_africa.aspx)  
*How the Millennium Development Goals are Unfair to Africa*, em <http://www.nyu.edu/fas/institute/dri/Easterly/>

<sup>132</sup> Cfr. Vandemoortele, Jan, funcionário da ONU que presidiu o grupo especial, formado por

ao afirmar que “os resultados não espelham a situação individual, apenas se pode calcular se o progresso está em marcha para atingir os Objectivos de 2015, em nível global”, em um estudo feito em 2007 para o Instituto Mundial de Pesquisa sobre Desenvolvimento Económico da ONU. “Não se pode fazer para nenhuma região nem país em particular porque as metas quantitativas foram fixadas em linha com as tendências globais, não com base nas tendências históricas específicas de determinado local”.

Entretanto, esta é precisamente a forma com que as metas têm sido aplicadas nos últimos anos. De facto, os relatórios anuais da ONU sobre o progresso nas metas são dados por regiões e não por países (ver tabela 8). Segundo o relatório de 2007 sobre a África, a região Subsariana não está no caminho para alcançar os Objectivos. Esta conclusão não considera os diferentes níveis entre os países, e os pontos de referência dessas metas supõem desafios altamente desproporcionais para as nações mais pobres contra os que já têm um desenvolvimento maior.

**Tabela 8 - Pobreza extrema e fome, indicadores, por regiões, (1990-2004)a,b**

	Indicador 1			Indicador 2		Indicador 3		Indicador 4		Indicador 5	
	1990	1999	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Regiões em desenvolvimento	31.6	23.4	19.2	9.3	5.4	4,6	3,9	33	27	20	17
África do Norte	2.6	2.0	1.4	0.5	0.2	6,2	6,3	10	8	4	4
África Subsariana	46.8	45.9	41.1	19.5	17.5	3,4	3,4	33	29	33	31
América Latina e as Caraíbas	10.3	9.6	8.7	3.5	3.0	2,8	2,7	11	7	13	10
Ásia oriental	33.0	17.8	9.9	8.9	2.1	7,1	4,5	19	7	16	12
Ásia do sul	41.1	33.4	29.5	11.0	6.7	7,2	6,7	53	46	25	21
Ásia do sudeste	20.8	8.9	6.8	5.1	1.5	6,2	6,1	39	28	18	12
Ásia ocidental	1.6	2.5	3.8	0.4	0.9	5,9	5,4	11	7	6	9
Com. Est. Independentes (CIC)	0.5	5.5	0.6	0.1	0.1	7,9	6,2				

Fonte: The millennium Development Goals Report 2007, <http://mdgs.un.org>

a) As economias com alto rendimento, como definidas pelo BM foram excluídas

b) Estimativas do Banco Mundial em Abril de 2007

Indicador 1 - Proporção da população com menos de 1 dólar por dia

Indicador 2 - Índice de fosso de pobreza (incidência x grau de pobreza)

Indicador 3 - Parte do quinto mais pobre da população no consumo Nacional

Indicador 4 - Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) com insuficiência ponderal

Indicador 5 - Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias

O referido estudo toma como exemplo o quarto objectivo, que fala em redução de dois terços da mortalidade infantil. Isto pode supor um grande desafio para um país que tem uma taxa de 150 mortes por mil, mas não tão

---

membros de diferentes agências da ONU, que definiram as metas em 2001. *MDGs:*

*Misunderstood targets?* Síntese disponível em, <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager28.pdf>

grande para outro com índice de 24 por mil, por exemplo. O primeiro deve reduzir sua taxa em 100 mortes, enquanto o segundo apenas 16 para atingir o Objectivo.

Veamos outros objectivos, em particular, o Objectivo 3 (promover a igualdade de género e a capacitação da mulher), é especialmente criticado por ter uma medição muito restrita. O Objectivo 6 referente ao HIV/SIDA é de forma vaga e com medidas pouco concretas sendo um retrocesso ante todo o trabalho que vem sendo realizado nas últimas décadas. O Objectivo 8 (Promover uma parceria global para o desenvolvimento) é o único que faz referência aos países desenvolvidos e é também o único que não inclui um objectivo específico nem um prazo para sua consecução. Outros especialistas denunciam que este conjunto de metas não inclui questões específicas como os direitos humanos, a situação dos países em conflito, pós-conflito e estados frágeis. Em resumo, apesar dos ambiciosos objectivos que são os ODM, não conseguem abranger todas as áreas e dimensões sobre as quais o desenvolvimento tem um impacto.

Além disso, o primeiro Objectivo, que busca reduzir a pobreza extrema em 50%, pode ser muito mais facilmente alcançado por uma nação com menor percentagem de pobreza. Dois países com a mesma taxa de crescimento do produto interno bruto no mesmo período de tempo podem acabar com diferentes percentagens significativas de redução.

O PIB da África cresceu a uma taxa “eminente respeitável” de 5,4% em 2006, segundo o estudo. Mantido este ritmo de crescimento por 10 anos, o continente africano conseguiria um dos cinco maiores crescimentos económicos registados entre 1965 e 2005. “Estão pedindo à África algo que não tem precedentes históricos. É uma boa maneira de pegar o sucesso e chamá-lo de fracasso”, disse Easterly.

Vandemoortele adverte para o erro de interpretação dos ODM, e propõe alguns passos práticos para torná-los aplicáveis em nível nacional. Primeiramente, questiona por que razões não foram estipuladas metas diferentes, como, por exemplo, diminuir a fome em três quartos em vez de metade. A resposta que ele apresenta é que a maioria das metas mundiais são baseadas em tendências históricas. O progresso observado em nível global nos 25 anos anteriores ao período de acção dos ODM, é esperado que se

repita nos 25 anos seguintes. Assim, os ODM são a extrapolação desta tendência de progresso projectados para 2015. O economista sustenta, portanto, que a única maneira de saber se o progresso está sendo alcançado à luz dos ODM é em nível global, pois as metas não foram estabelecidas de acordo com nenhuma região ou país específicos. Este é o motivo pelo qual considera errada lamentar que a África Subsariana não atingirá os ODM, porque as metas não foram criadas especificamente para aquela região.

Tabatabai<sup>133</sup> rebate as críticas de Vandemoortele, dizendo que, caso a opinião pessimista em relação aos ODM seja verdadeira, as metas serão tão equivocadas quanto mal interpretadas. Argumenta o economista que a própria “razão de ser” dos ODM é sua aplicação nacional, e que isto não necessariamente levará países a serem classificados como fracassos caso não atinjam as metas oficiais.

Além disso, considera que não houve mera transposição de metas não cumpridas do passado para o futuro; a intenção é justamente elevar estas expectativas para um novo patamar, onde haja indução de maiores esforços por parte dos países em desenvolvimento para superar as metas antigas e, por outro lado, maior comprometimento dos países desenvolvidos em ajudar as nações mais necessitadas. Por fim Tabatabai critica a posição de Vandemoortele em afirmar que a expectativa de que as mesmas metas sejam cumpridas por todos os países levará, invariavelmente, ao fracasso de dois terços destes. Esclarece que a única medida padrão para avaliar o desempenho e o esforço dos países em atingir os ODM é de saber se eles têm feito o melhor que podem diante das circunstâncias. Com efeito, esta medida padrão para avaliar os desempenhos e esforços dos países em atingir os ODM, é a que deveria permanecer no debate sobre os ODM. Mas não se pode ignorar as importantes contribuições de Vandemoortele relativamente ao erro de interpretação do Projecto do Milénio. De facto, diversos países já cumpriram com as metas, enquanto que é sabido que outros não conseguirão no prazo previsto.

---

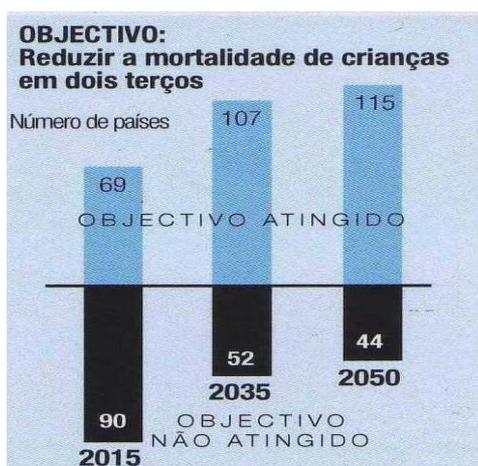
<sup>133</sup> Cfr. Tabatabai, Hamid, Economista sénior do programa internacional para a eliminação do trabalho infantil da Organização Internacional do Trabalho, Genebra. Artigo para a International Poverty Center, <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager33.pdf>

Está-se a concentrar demais nos objectivos, esquecendo o desenvolvimento. Entretanto, questões relativas a boa governação e democracia de base estão perdendo espaço. Brian Pratt<sup>134</sup>, Chefe executivo da INTRAC, personalidade eminente no mundo das ONGs, refere que os doadores governamentais estão forçando as ONGs a se ajustarem à agenda colocada pelos ODM, encorajando-as a focarem o seu trabalho nos Objectivos, e nas áreas do mundo onde elas esperam que seja possível atingi-los com mais êxito.

Sendo um projecto global, com metas globais, de avaliação global, mas de implementação individualizada, onde cada país afecta os recursos disponíveis e os provenientes do exterior para esse fim, os resultados alcançados terão um peso e visibilidade maior no contexto global. Quanto maior crescimento económico, maior será o volume de recursos gerados, e maior disponibilidade para o investimento nos Objectivos.

Por esta ordem de ideias, e de verificação factual, nas estagnadas economias africanas dificilmente serão alcançados os objectivos, e em particular o da redução da mortalidade de crianças em dois terços, que ao ritmo actual seriam precisos 150 anos além do prazo fixado<sup>135</sup>. O Relatório sobre o progresso global, por países, relativo a mortalidade de crianças e escolarização identifica os países que atingiriam estas metas até 2015 se se mantivessem as tendências actuais (figura 3 e 4).

Figura 3



Fonte: RDH, 2005

Figura 4



<sup>134</sup> Cfr. Pratt, Brian, in *Boletim nº 30, Maio de 2005*, INTRAC- Centro Internacional de Pesquisa e formação de ONGs, disponível em <http://www.intrac.org/pages/publications.html>

<sup>135</sup> Cfr. Relatório de Desenvolvimento Humano, ONU, 2003, p.8

A ser verdade o que diz Pratt, então, se uma grande parte dos doadores direccionarem sua ajuda para um reduzido número de países, com rápido crescimento económico e com maior potencial e probabilidade de sucesso nos ODM, tentando influenciar as políticas das ONGs para fazerem o mesmo, o futuro dos pobres nos países não incluídos numa lista que fica cada vez mais reduzida, será certamente drástico, e em particular na África Subsariana os resultados podem vir a culminar num claro retrocesso.

Parece cada vez mais difícil acreditar que seja possível alcançar os ODM, pelo menos esse foi o sentimento que dominou às Nações Unidas, reunida em Assembleia-geral no passado 1 de Abril para debater as perspectivas de alcançar os ODM<sup>136</sup>.

As críticas aos países mais desenvolvidos pelo não cumprimento de suas promessas de dobrar o financiamento para desenvolvimento, se somam agora às devastadoras consequências que o exorbitante aumento do preço dos alimentos no mercado mundial pode ter para os mais pobres. Cereais básicos como arroz, trigo e milho praticamente dobraram de preço nos mercados mundiais em pouco mais de um ano, o que está provocando graves crises alimentares e distúrbios ao longo de todo o mundo.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, assegurou na abertura do debate que está sendo enfrentada “uma emergência” na luta contra a pobreza, apesar do progresso obtido em algumas áreas e regiões. Uma das consequências destas alterações é a necessidade de aumentar as contribuições aos mecanismos de ajuda ao desenvolvimento, o que torna ainda mais necessário que os países mais ricos cumpram suas promessas de destinar cerca de 0,7 ponto percentual de seu PIB à cooperação. Lembramos que segundo o relatório Zedillo<sup>137</sup> a ajuda internacional para o desenvolvimento teria que aumentar em 50 milhões de dólares anuais para se atingir os Objectivos em 2015.

“Claramente foram alcançadas mudanças reais, mas é pouco frente ao que sei que podemos conseguir”, apontou o secretário-geral. Em particular, ele

---

<sup>136</sup> Cfr. Assembleia Geral da ONU, *Recognising the achievements, addressing the challenges and getting back on track to achieve the MDGs by 2015*. Disponível em <http://www.un.org/ga/president/62/ThematicDebates/mdgthematicdebate.shtml>

<sup>137</sup> Cfr. ONU, *Report of the High-Level Panel on Financing for Development, 2001* [http://www.un.org/reports/financing/report\\_full.htm](http://www.un.org/reports/financing/report_full.htm)

reiterou a advertência que vem sendo feita desde o ano passado pelos analistas da ONU de que a região da África Subsariana não está no caminho para cumprir qualquer dos oito ODM.

Precisamos de acções de influência em políticas focalizadas em áreas onde se possa ter impactos, para que ocorram melhorias reais nas condições de vida, antes que permitir a definição de metas tão gerais que qualquer um pode felizmente concordar com elas em principio, para depois ignora-las na pratica. E serão mais facilmente ignorados se o já instalado pessimismo persistir, com resultados intermédios longe do esperado. A consciência de que os Objectivos não poderão ser alcançados, fará com que muitos abandonem os projectos e deixem de apoiá-los e muitos recursos sejam desviados para outras actividades que dê resultados visíveis, conforme prioridades e agendas políticas.

## Conclusão

Neste estudo analisamos a cooperação para o desenvolvimento da União Europeia com a África, a pobreza e as suas drásticas consequências que afectam as populações africanas e adiam a integração da África no desenvolvimento.

Entramos no século XXI com uma mudança de paradigma da cooperação para o desenvolvimento. Um quadro reforçado em diálogo e negociações, em que as partes são designados de parceiros, conferindo aos acordos um carácter de compromisso e consenso, contrariamente à anterior lógica de imposição. Os países pobres são chamados a ser os actores principais do desenvolvimento económico e social e não meros receptores de recursos financeiros. Esta nova forma nas relações de cooperação deve-se à mudança de atitude da UE em matéria de empenhamento no desenvolvimento africano.

Constata-se a emergência de um quadro de cooperação para o desenvolvimento UE-África, propício a uma verdadeira cooperação, pelo estabelecimento das novas parcerias no âmbito da Convenção de Cotonou. A UE demonstrou mais uma vez, ao promover o novo acordo com os países ACP, que está comprometida com o desenvolvimento da África e que tem uma política de cooperação e ajuda ao desenvolvimento consistente, suportada em princípios, valores e recursos, que tornam a UE o principal doador e impulsionador mundial do desenvolvimento

A ausência de uma verdadeira e pujante integração regional em África – apesar da UA – capaz de sensibilizar os africanos para a importância da integração da África no desenvolvimento mundial e de criar uma dinâmica propulsora capaz de congregar as diferentes visões para o renascimento do continente, fez acreditar que seria possível a partir da África, com base na visão de líderes históricos, a concepção de um projecto originalmente africano que pudesse aliviar o sofrimento do povo e afirmar-se internacionalmente como parceiro uno e credível.

Passados cinco anos, não se vislumbra a hipotética concretização do sonho africano que, com grandes expectativas, deixavam antever uma luz no

fundo do túnel, onde os africanos se assumissem como donos do seu próprio destino. É que as respostas aos problemas da África teriam que ser dadas por estratégias e soluções planeadas e executadas a partir da África e dos africanos. A NEPAD pouco evoluiu, manteve uma estrutura confusa e indefinida, onde persistiu uma luta pela influência no rumo e na condução da mesma, pelos seus pais fundadores. Este facto atrasou a sua integração na Comissão da União Africana e impediu que adquirisse um papel de relevo como parceiro na busca para a realização do projecto africano. A heterogeneidade cultural e étnica é outro factor que impede a convergência de ideias e projectos e faz persistir a constante disputa e desconfiança entre as nações africanas. Isso tem gerado conflitos armados com consequências devastadoras, deslocações das populações, a fome e o empobrecimento do continente.

A integração da África no mundo desenvolvido exige primeiro que os africanos sejam capazes de ultrapassarem os seus problemas internos, apesar de muitos procurarem uma espécie de “bode expiatório” externo para justificarem a continuidade de situações de favorecimento de certos grupos dominantes. Os novos desafios que enfrenta, não requerem somente reformas macro-económicas, mas também lideranças responsáveis, participação democrática, investimento em recursos humanos e naturais, e principalmente, alteração das mentalidades nacionais.

O processo da globalização tem condicionado a cooperação para o desenvolvimento, na medida em que as economias em desenvolvimento, sem reformas estruturais e menos preparadas para o embate global, do livre comércio e da disputa concorrencial do Investimento Directo Estrangeiro, da transnacionalidade empresarial e outros factores que integram o processo, vêm a destruição do seu tecido industrial tradicional, da sua agricultura a serem ultrapassados, mostrando-se incapazes de acompanhar os modernos desafios e enfrentar uma competição agressiva.

O mundo vive hoje em contínua instabilidade financeira, sob o espectro constante de crise económica de um ciclo que parece não ter fim, com a escalada do preço do petróleo que, com as suas consequências, dificultam o desenvolvimento, diminuem a disponibilidade de recursos internos e da ajuda externa, essenciais ao arranque e crescimento económico. Por conseguinte,

exige-se cada vez mais recursos para ajuda ao desenvolvimento para que seja possível relançar as débeis e estagnadas economias da África na senda do desenvolvimento, onde o actual quadro é desfavorável ao aumento de recursos disponíveis.

A erradicação da pobreza, foi assumida como objectivo central da política de cooperação e ajuda ao desenvolvimento da comunidade internacional, reunida em Assembleia-geral das Nações Unidas. A pobreza passou a ser encarada em toda a sua dimensão. A democracia, boa governação, o respeito pelos direitos do homem, a libertação da mulher, a igualdade de géneros, a preservação ambiental, são hoje exigências e condições obrigatórias em qualquer processo de ajuda ao desenvolvimento. A definição dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o estabelecimento de metas com prazos determinados, não só veio reavivar a esperança no combate à pobreza, como também envolver o mundo de forma solidária, e fazê-lo sentir que ainda é capaz de abraçar grandes causas. Causas que exigem o empenho e cumprimento por parte dos países ricos em aumentar sua contribuição e aliviar a dívida dos países pobres e, por parte destes, a criação de condições propícias a uma correcta utilização das ajudas, a realização de reformas e a concretização de Estados de Direito.

O estado actual da pobreza não deixa margem para dúvidas de que o muito que se tem feito para combater a pobreza não é suficiente para erradicá-la. Uma luta inglória que põe a nu as desigualdades e o sofrimento de quem sente na pele as agruras deste fenómeno, e de um constante desvio de prioridades e recursos pelos governantes, ao sabor das agendas e políticas internas.

Não basta o reforço de recursos disponíveis para ajuda aos PED, mas uma melhor utilização dos mesmos e respectiva monitorização. Muitos recursos têm sido canalizados, mas poucos são os resultados obtidos. A cultura da corrupção e a má gestão dos recursos públicos e de fundos internacionais patentes em África estão na origem da controvérsia *ajuda condicionada*, em que de um lado os doadores condicionam a ajuda ao cumprimento de certos requisitos (realização de reformas estruturais, democracia, respeito pelos direitos fundamentais, acordos preferenciais, abertura comercial, etc.) do outro, os receptores (governantes) consideram-se

manietados e humilhados sem autonomia e independência para executar sua própria política, quando se sabe que muitas vezes, estas condições só dependem da vontade política para serem executadas.

Esta abordagem prende-se com uma maior necessidade de apoio dos contribuintes dos países doadores à política de ajudas, de forma a justificar os resultados obtidos, não ignorando para onde e como são aplicados os recursos doados e, assim, garantir que a ajuda chegue àqueles que mais dela necessitam e não é desviada para engordar os patrimónios e contas bancárias no estrangeiro, das elites corruptas que enriquecem à custa do aumento do sofrimento dos cidadãos desses países.

Para que não tenha sido em vão todo o tempo e meios dispendidos em negociações, debates de programas, projectos e discursos mais ou menos apaixonados, a África deve envolver-se através da NEPAD e do Acordo de Cotonou, perseguir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ainda que seja improvável alcançar qualquer deles. Relançar e incrementar a integração regional que parece ser a mais provável via para o desenvolvimento sustentável e manter viva a esperança.

A construção de uma sociedade solidária para com os pobres e desprotegidos deve exigir mudanças de prioridades e execução de políticas, fracturantes, que provoquem mudanças e despertem consciências para situações inoportáveis como o subdesenvolvimento.



FAO, “unveils global anti-hunger programme”, in  
<http://www.fao.org/english/newsroom/news/2002/5500-en.html>

FISHLOW, A., *Rich and Poor Nation in the World Economy*, McGraw-Hill, 1978

FITOUSSI, Jean-Paul, *A Democracia e o Mercado*, Terramar, Lisboa, 2005

FRIEDMAN, Thomas, *The Lexus and the Olive Tree*, H.Collins, New York, 1999

GALBRAITH, John Kenneth, *The Culture of Contentment*, Sinclair Svenson,  
 Londres, 1992

GUILLOCHON, Bernard e GUEDES, Francisco Corrêa, *Economia  
 Internacional*, Planeta Editora, Lisboa, 1998

GUIMARÃES, Maria Helena, *Economia Política do Comércio Internacional*,  
 Principia, Cascais, 2005

IPAD – *Glossário da Cooperação*, in <http://www.adelinotorres.com>

JOHNSON, Bryan T. “Report to Emergency Committee for American Trade”,  
 January 2002, in <http://www.heritage.org/rese> ForeignAid/IB146.cfm

KI-ZERBO, Joseph, *Para quando África?* Campo das Letras, Porto, 2006

LANG, Tim e HINES, Colin, *O Novo Protecționismo*, I. Piaget, Lisboa, 1998

LAUDICINA, Paul e M.White, Jonathan, *Economia Pura*, Março 2004

LORDON, Frédéric, “O mundo refém do poder financeiro”, in *Le Monde  
 Diplomatique – edição portuguesa*, Setembro 2007

MAILAFIA, Obadiah, *Europe and Economic Reform in Africa – Structural  
 Adjustment and Economic Diplomacy*, Routledge Studies in  
 Development Economics, London and New York, 1997

MALTHUS, Robert, *Essai sur le príncipe de la population* (tradução de Ecic  
 Vilquin e prefácio de Jacques Dupâquier), INED, Paris 1980

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista*, 1948, in  
<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>

MARX, Karl, *O Capital*, (resumo de Gabriel Déville), 2ª edição, Guimarães &  
 C.ª Editores, Lisboa, 1975

MATOS, Joaquim Pinto, *Finanças Internacionais – Introdução*, Editorial  
 Presença, Lisboa, 1992

MEDEIROS, Eduardo R., *Economia Internacional*, 6ª Ed., ISCSP, Lisboa, 2000

METCALFE, J.Stanley e Ian STEEDMAN, “Heterogeneous Capital and  
 Heckscher-Ohlin-Samuelson Theory of Trade”, in Steedman,  
*Fundamental Issues in Trade Theory*, St. Martin Press, New York, 1979

- MICHALET, Charles-Albert, *A Sedução das Nações*, Terramar, Lisboa, 2001
- MOOSLEY, P. and HUDSON, J., *Effectiveness of Overseas Aid Flows*,  
Comissão Europeia, Bruxelas, 1996
- MOREIRA, Vital, “Quando a regulação falha” in *Diário económico*,  
<http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/opinion/columnistas/pt/desarrollo/1112478.html>
- NAZARETH, J. Manuel, *Demografia a ciência da população*, Editorial  
Presença, Lisboa, 2004
- NEPAD, *Report on the NEPAD WIP Conference Discussions*, Benoni, 2002, in  
<http://www.unesco.org/africa/seminar/Documents/BenoniWorkshop.pdf>
- NOBRE, Fernando, “Fundo Global de Desenvolvimento para a África”, in *Jornal de Notícias*, 6 de Junho 2008
- ONU, General Assembly, “Recognising the achievements, addressing the challenges and getting back on track to achieve the MDGs by 2015”, in  
<http://www.un.org/ga/president/62/ThematicDebates/mdgthematicdebate.shtml>
- ONU, *Relatório Desenvolvimento Humano, 2003*, in  
<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2003/>
- ONU, Report of the High-Level Panel on Financing for Development, 2001, in  
[http://www.un.org/reports/financing/report\\_full.htm](http://www.un.org/reports/financing/report_full.htm)
- PALMER, Tom G., “Globalization is great” in  
<http://www.cato.org/pubs/letters/palmer-catoletters.pdf>
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano, 1997*, Trinova Editora, Lisboa, 1997
- POLANY, Karl, *A Grande Transformação*, Elsevier, São Paulo, 2000
- PRATT, Brian “Millennium Development Goals: More Global Targets – Have We Been Here Before?” *Buletim nº 30*, INTRAC, Oxford, 2005, in  
[http://www.intrac.org/resources\\_database.php?id=160](http://www.intrac.org/resources_database.php?id=160)
- RAVENHILL, John, *Collective Clientelism – The Lomé Conventions and NorthSouth Relations*, Columbia University Press, New York, 1984
- CRUZ, Ricardo, *Uma Introdução às Finanças internacionais*, Faculdade de Economia do Porto, 1997
- RITTO, Luís, *A UE e os países de ACP*, in <http://www.adelinotorres.com>
- ROQUE, Fátima, *África, a NEPAD e o Futuro*, Textos Editores, Lisboa, 2007
- ROSTOW, William, *Etapas do Desenvolvimento*, ZAHAR, Rio de Janeiro, 1974

- SAINT-GEOURS, Jean, *Os Mercados Financeiros*, Instituto Piaget, 1994
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*, Harper Books, New York, 1942, revised third edition 1976
- SEN, Amartya, “Dez verdades sobre a globalização”, *Le Monde* (Paris) 18.07.2001, in <http://www.adelinotorres.com/desenvolvimento.htm>
- *O Desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva, Lisboa, 2003
- SMITH, Adam, *A Riqueza das Nações*, M. Fontes Editora, São Paulo, 2003
- STIGLITZ, Joseph E., *Globalização A Grande Desilusão*, Terramar, 3ªedição revista, Lisboa, 2004
- *Making Globalization Work*, Norton, New York, 2006
- SWANN, Dennis, *A economia do Mercado Comum*, Edições 70, Lisboa
- TATABAI, Hamid, “MDG Targets: Misunderstood or Misconceived?” In <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager33.pdf>
- TORRES, Adelino, *Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI*, Vega, 2ª edição, Lisboa, 1999, in <http://www.adelinotorres.com>
- UNCTAD, *World Investment Report 2004*, in [http://www.unctad.org/en/docs/wir2000\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/wir2000_en.pdf)
- UNCTAD, *World Investment Report 2000*, in [http://www.unctad.org/en/docs/wir2000\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/wir2000_en.pdf)
- UNCTAD, *World Investment Report 2006*, p. xviii, in [http://www.unctad.org/en/docs/wir2006\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/wir2006_en.pdf)
- VANDEMOORTELE, Jan, “MDG Targets: Misunderstood targets?”, in <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager28.pdf>
- WADE, Abdoulaye, “Acordos de parcerias económicas estão em fase crítica” in *Jornal Público*, 9 Dezembro 2007
- WOLFOWITZ, Paul, “Remarks at Education Conference”, Brussels, 2007, in <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21321244~menuPK:3327628~pagePK:34370~piPK:42770~theSitePK:4607,00.html>
- WORLD Bank, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001*, in <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/Poroverv.pdf>
- WTO, *Annual Report, 1998*, in [http://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/statis\\_e.htm](http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm)
- ZIEGLER, Jean, *O Império da Vergonha*, Edições ASA, Lisboa 2007

## **Sítios consultados na Internet**

<http://europa.eu>

<http://mdgs.un.org>

<http://www.adelinotorres.com>

<http://www.au2002.gov.za>

<http://www.cato.org>

[http://www.engineeringnews.co.za/article.php?a\\_id=138330](http://www.engineeringnews.co.za/article.php?a_id=138330)

<http://www.epsu.org/a/1192#Statement>

<http://www.fao.org>

<http://www.imf.org>

<http://www.iht.com/articles/1994/02/17/labor.php>

<http://www.nepad.org>

<http://www.oecd.org>

<http://www.panapress.com>

<http://www.spa-psa.org/main.html>

<http://www.time.com>

<http://www.twinside.org.sg/title/mk7.htm>

<http://www.unctad.org>

<http://www.undp.org/mdg/basics.shtml>

<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>

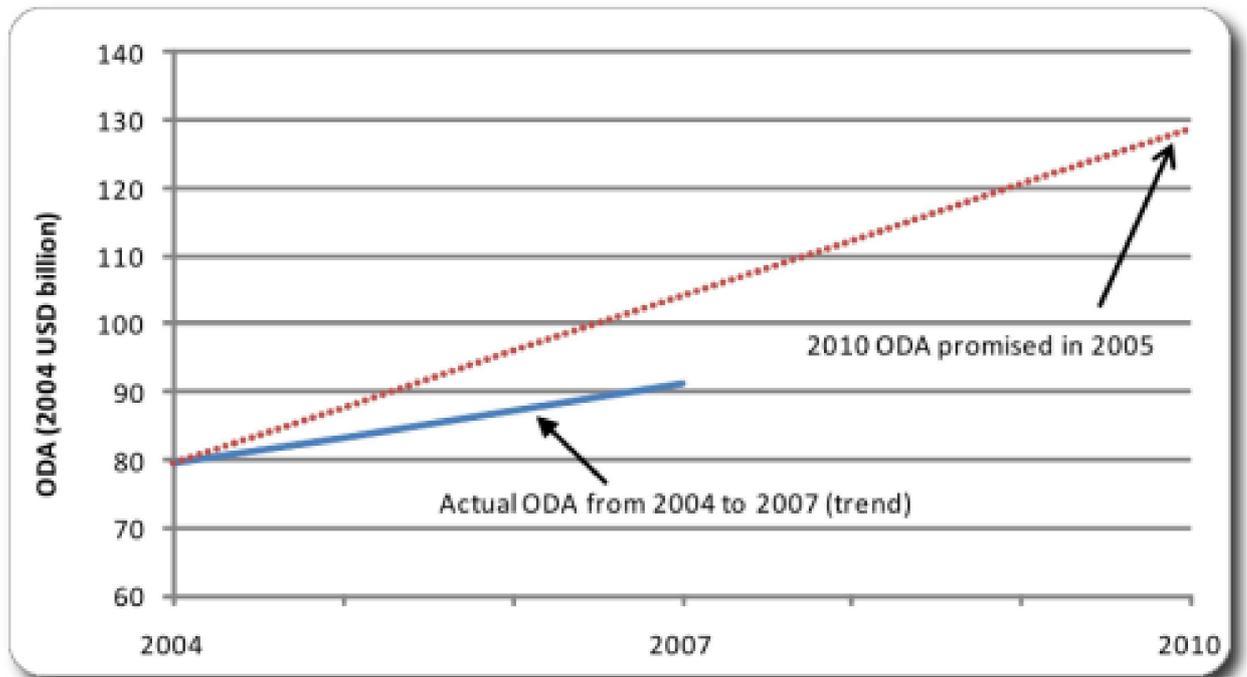
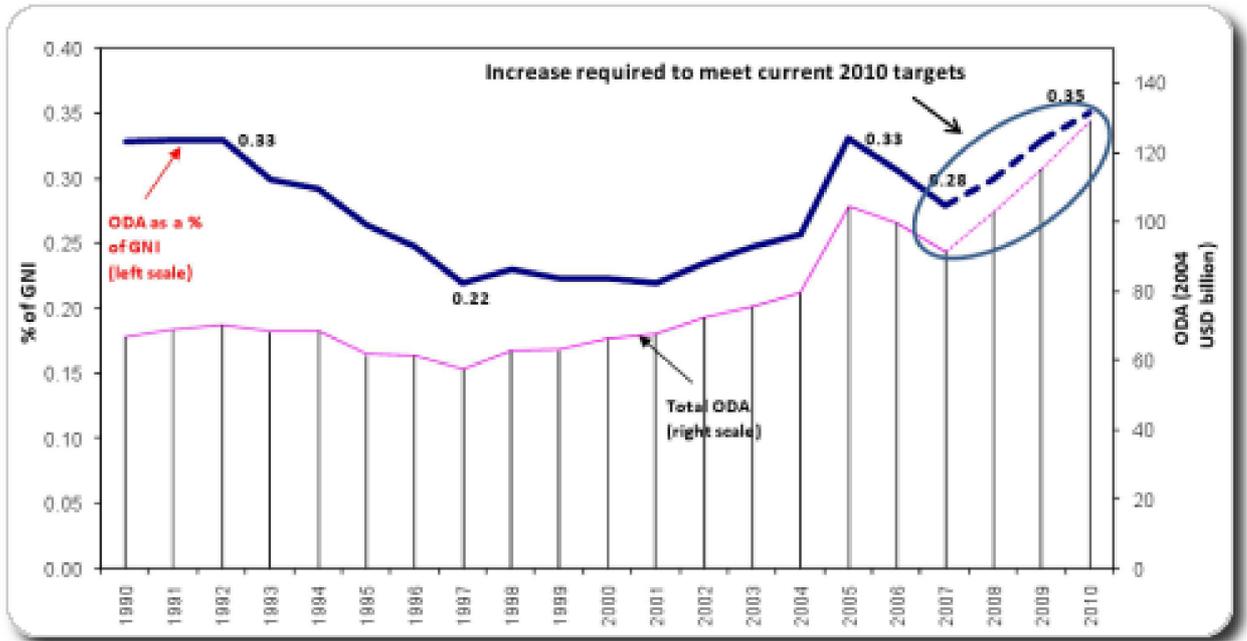
<http://www.worldbankgroup.org/>

<http://www.wto.org>

# Anexos

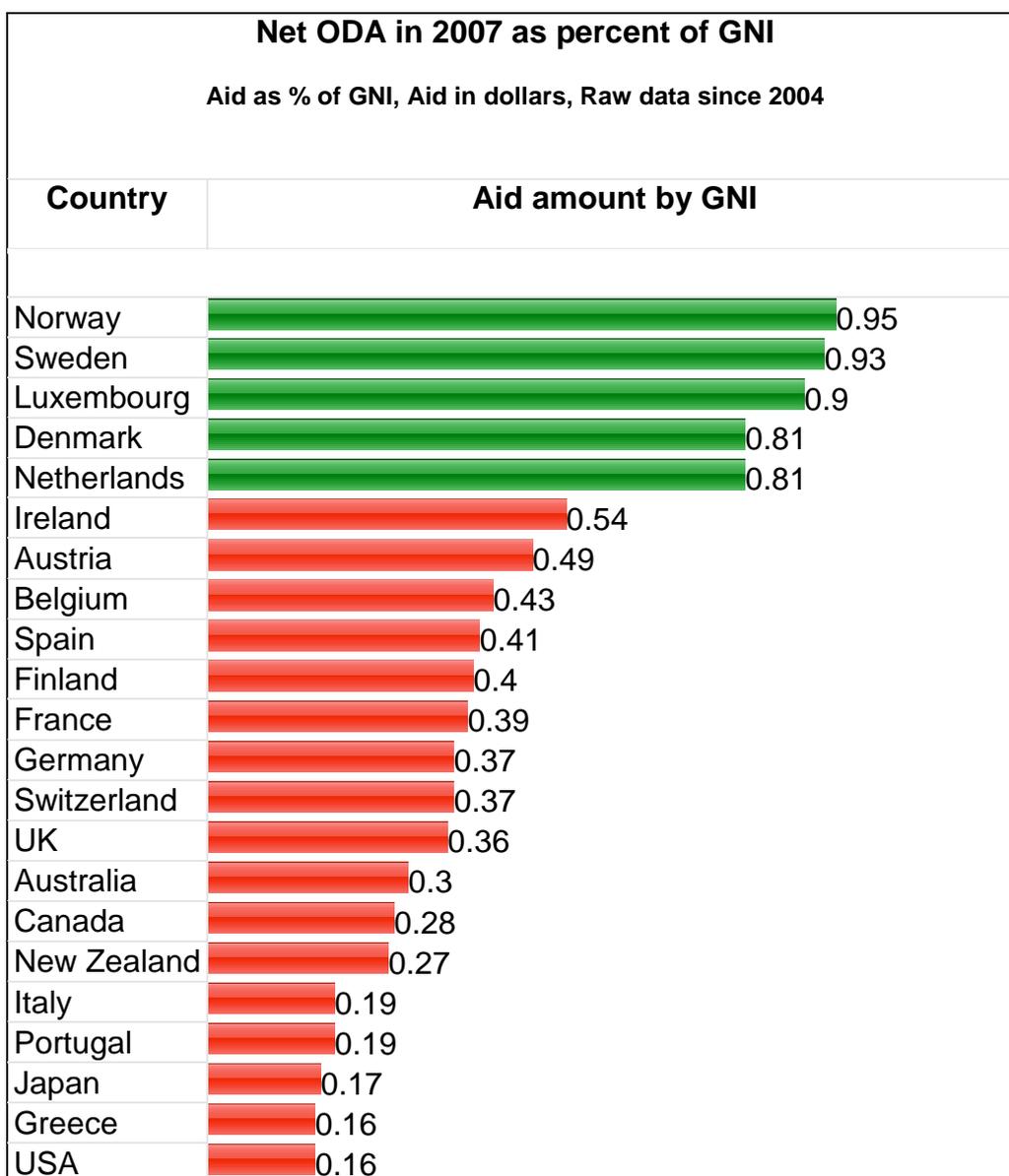
## Anexo 1 Foreign Aid Numbers

the promised increase is still way below the agreed 0.7% target, and only aims for half that originally agreed target:



Source: OECD, April 2008

Anexo 2



Sources: OCDE Development Statistic online, last accessed Sunday, April 27, 2008

Anexo 3

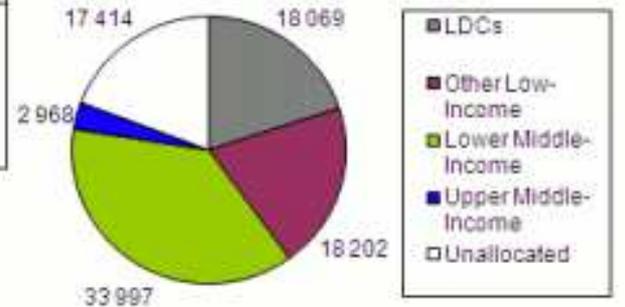
All DAC aid

TOTAL DAC COUNTRIES

Gross Bilateral ODA, 2005-06 average, unless otherwise shown

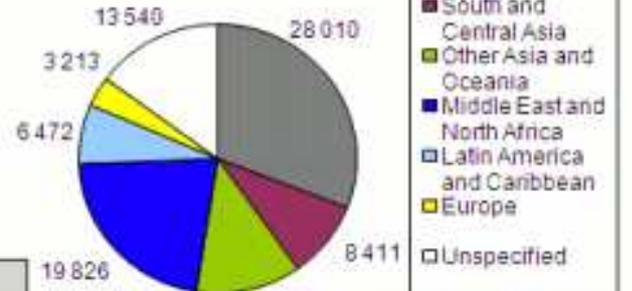
Net ODA	2005	2006	Change 2005/06
Current (USD m)	107 099	104 421	-2.5%
Constant (2005 USD m)	107 099	102 287	-4.5%
ODA/GNI	0.33%	0.31%	
Bilateral share	77%	74%	

By Income Group (USD m)

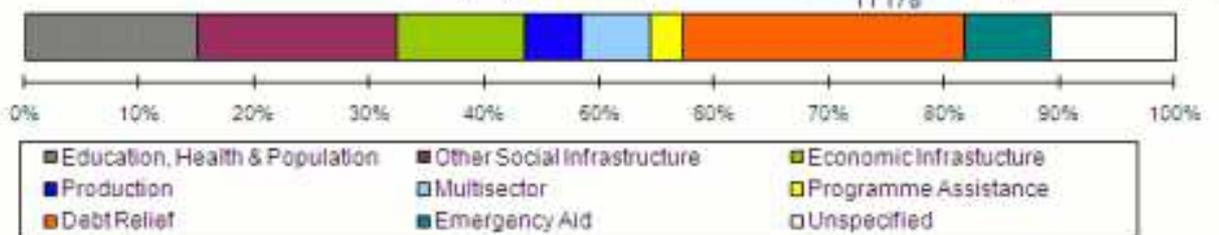


Top Ten Recipients of Gross ODA (USD million)	
1 Iraq	15 182
2 Nigeria	8 747
3 China	2 635
4 Indonesia	2 392
5 Afghanistan	2 286
6 India	1 672
7 Sudan	1 492
8 Viet Nam	1 417
9 Zambia	1 348
10 Congo Dem. Rep.	1 293

By Region (USD m)

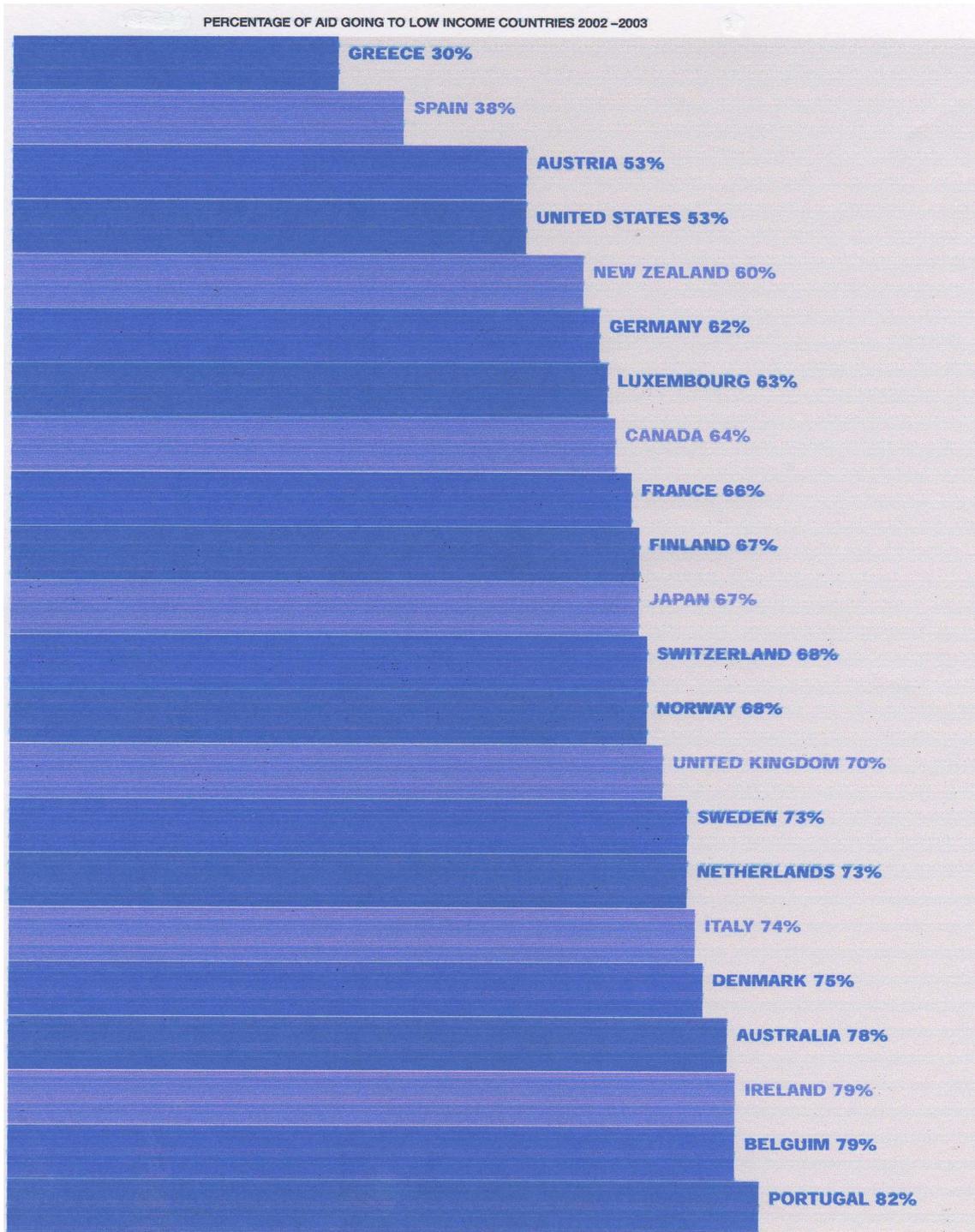


By Sector



Source: OECD - DAC.

Anexo 4



SOURCE: OECD-DAC

Anexo 5  
**Produto Interno Bruto e Comércio de mercadorias, por regiões 2005-2007**  
**Varição anual, preços constantes**

	PIB			Exportação			Importação		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
<b>Mundial</b>	<b>3.3</b>	<b>3.7</b>	<b>3.4</b>	<b>6.5</b>	<b>8.5</b>	<b>5.5</b>	<b>6.5</b>	<b>8.0</b>	<b>5.5</b>
América do Norte	3.1	3.0	2.3	6.0	8.5	5.5	6.5	6.0	2.5
Estados Unidos da América	3.1	2.9	2.2	7.0	10.5	7.0	5.5	5.5	1.0
América do Sul e central a)	5.6	6.0	6.3	8.0	4.0	5.0	14.0	15.0	20.0
Europa	1.9	2.9	2.8	4.0	7.5	3.5	4.5	7.5	3.5
União Europeia (27)	1.8	3.0	2.7	4.5	7.5	3.0	4.0	7.0	3.0
Comunidade de Estados Independentes (CIC)	6.7	7.5	8.4	3.5	6.0	6.0	18.0	21.5	18.0
África e Médio Oriente	5.6	5.5	5.5	4.5	1.5	0.5	14.5	6.5	12.5
Ásia	4.2	4.7	4.7	11.0	13.0	11.5	8.0	8.5	8.5
China	10.4	11.1	11.4	25.0	22.0	19.5	11.5	16.5	13.5
Japão b)	1.9	2.4	2.1	5.0	10.0	9.0	2.5	2.5	1.0
Índia	9.0	9.7	9.1	21.5	11.0	10.5	28.5	9.5	13.0
Novas Economias industrializadas c)	4.9	5.5	5.6	8.0	12.5	8.5	5.0	8.5	7.0

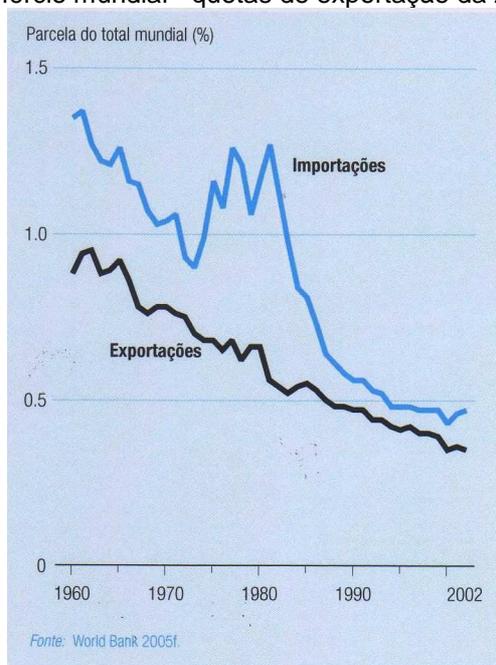
a Inclui Caraíbas

b Dados do volume do comércio resultam dos valores alfandegários segundo valores de unidade padrão e ajustados ao índice de preço de produtos electrónicos.

c Hong Kong, China; Coreia do Sul; Singapura e Taiwan.

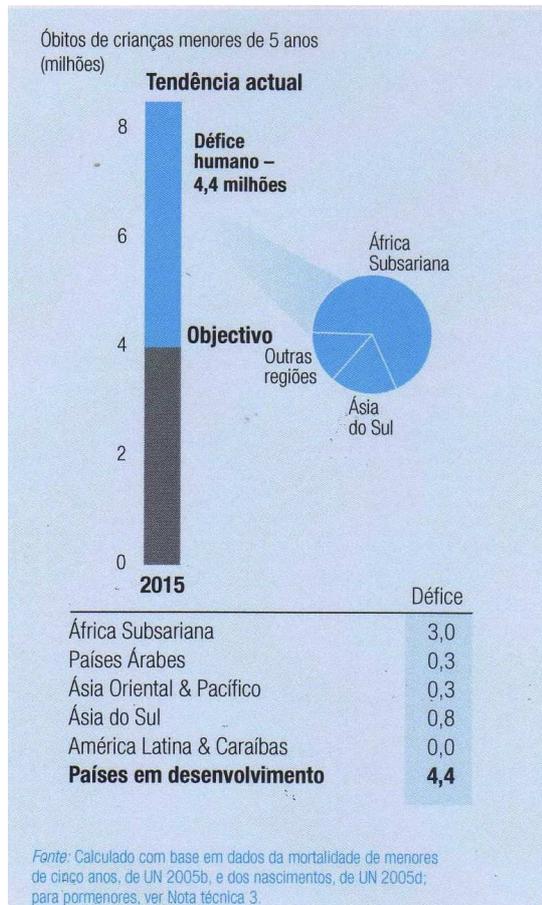
Fonte: Secretariado da OMC.

Anexo 6  
**Comércio mundial - quotas de exportação da África**

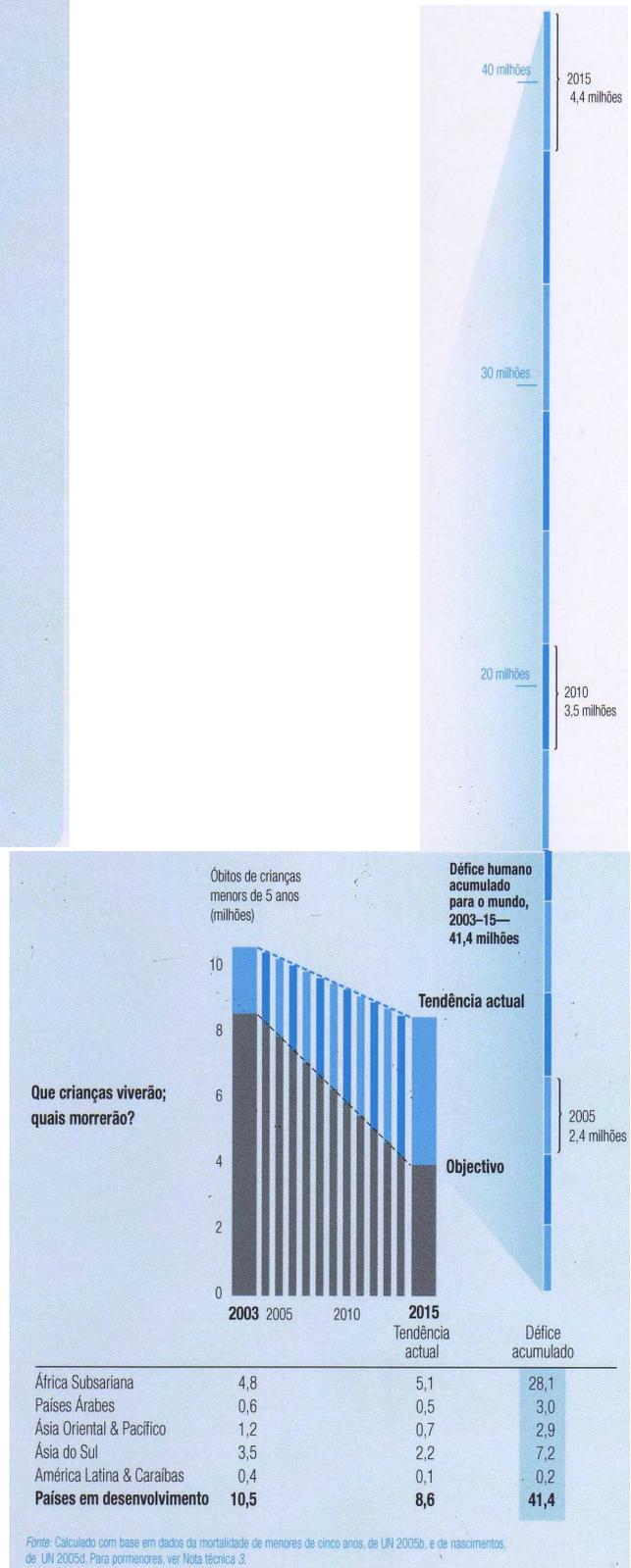


Fonte: RDH, 2005

Anexo 7  
Mortalidade Infantil – Custo humano



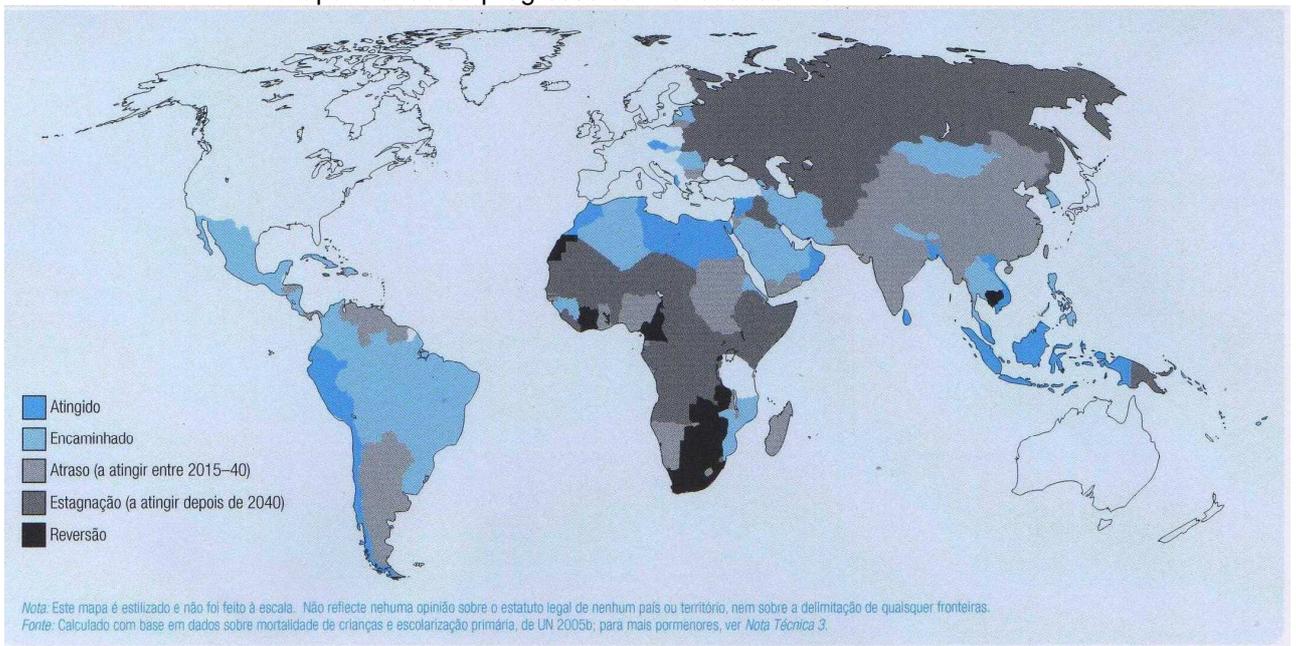
Anexo 8  
Mortalidade Infantil – O custo acumulado das metas falhadas



Fonte: RDH 2005

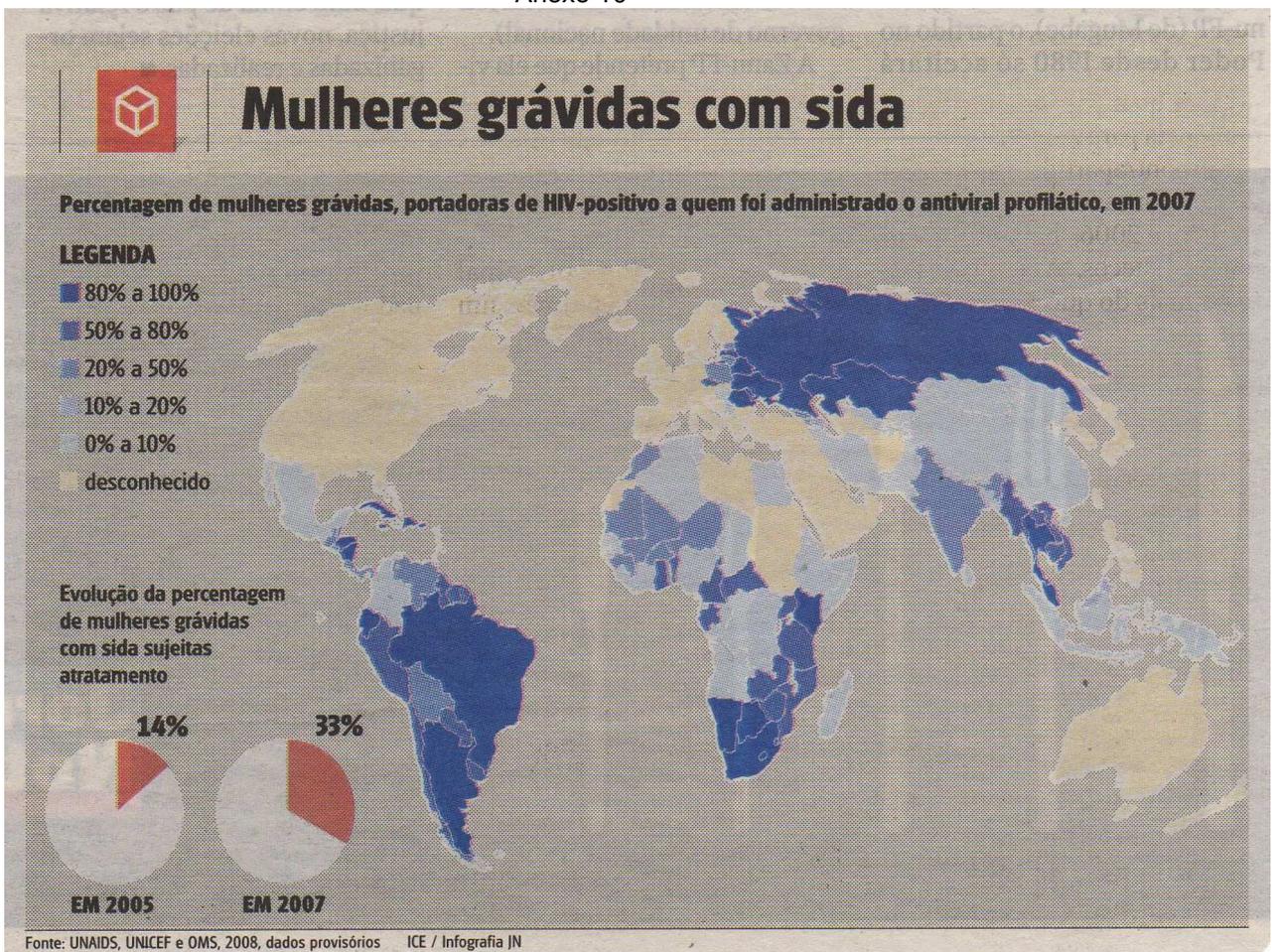
## Anexo 9

### Mapa-mundo do progresso da mortalidade infantil



Fonte: RDH 2005

## Anexo 10

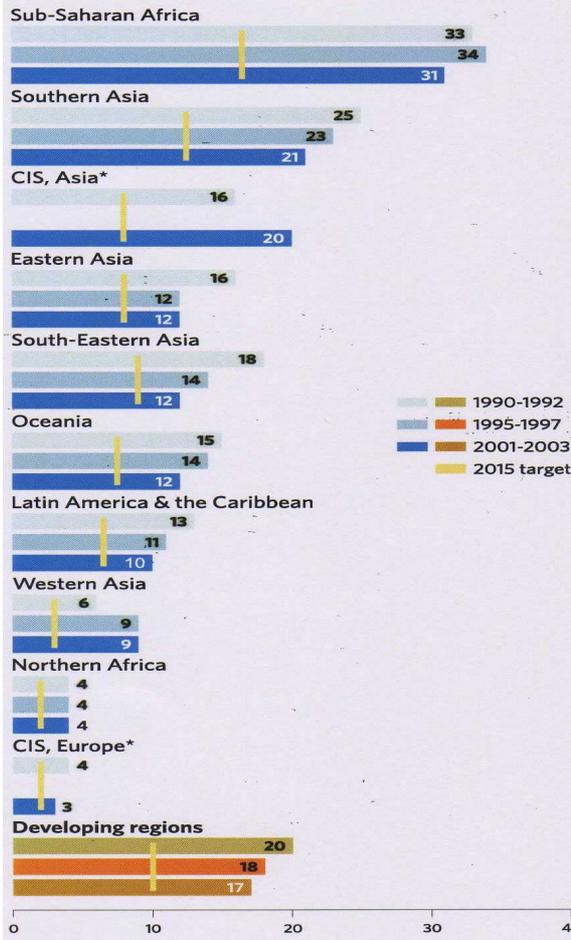


**Goal 1 Eradicate Extreme poverty and hunger**

**TARGET**

Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people who suffer from hunger

Proportion of people living with insufficient food 1990-1992, 1995-1997 and 2001-2003 (Percentage)

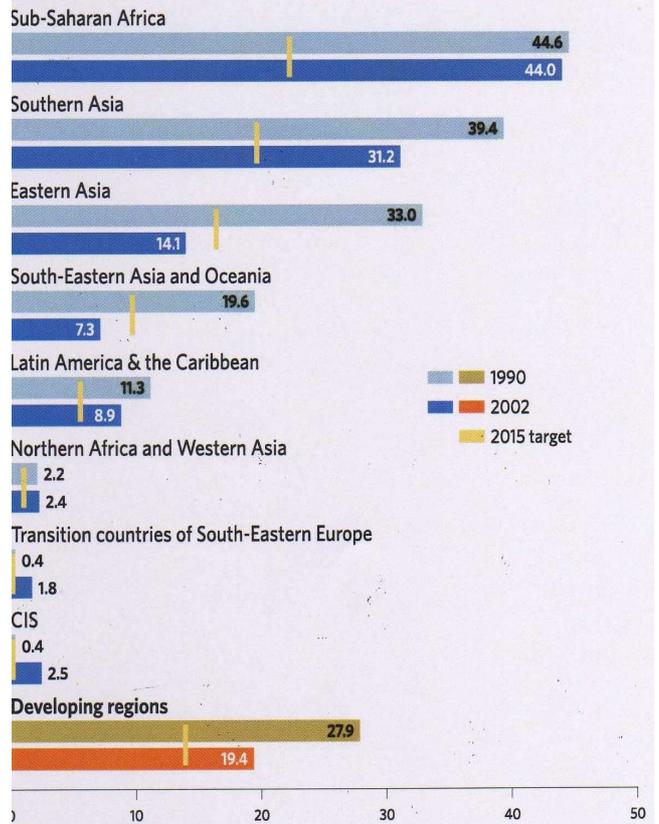


**TARGET**

Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people whose income is less than \$1 a day

**Asia leads the decline in global poverty**

Proportion of people living on less than \$1 a day, 1990 and 2002 (Percentage)



Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

Goal 2 Achieve universal primary education

**TARGET**

Ensure that, by 2015, children everywhere, boys and girls alike, will be able to complete a full course of primary schooling

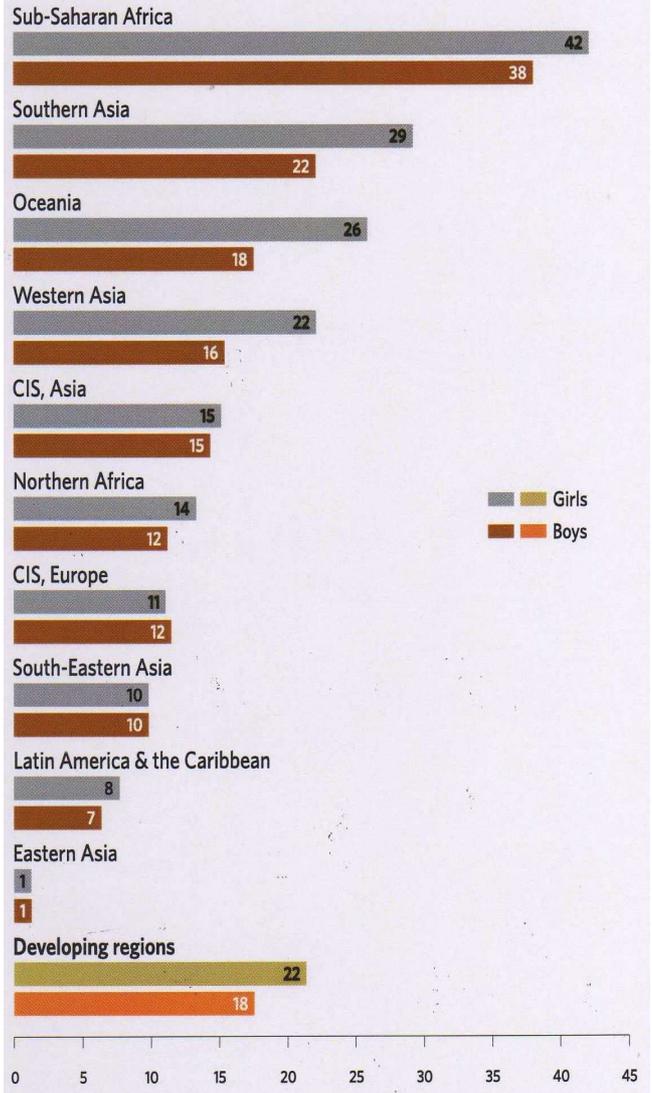
Universal primary education is in sight, though sub-Saharan Africa lags behind

Net enrolment ratio in primary education, 1990 / 91 and 2003 / 04 (Percentage)



An educational gender gap persists

Proportion of children of primary school age out of school by sex, 1996/2004 (Percentage)



Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

Goal 3 Promote gender equality and empower women

**TARGET**

Eliminate gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and in all levels of education no later than 2015

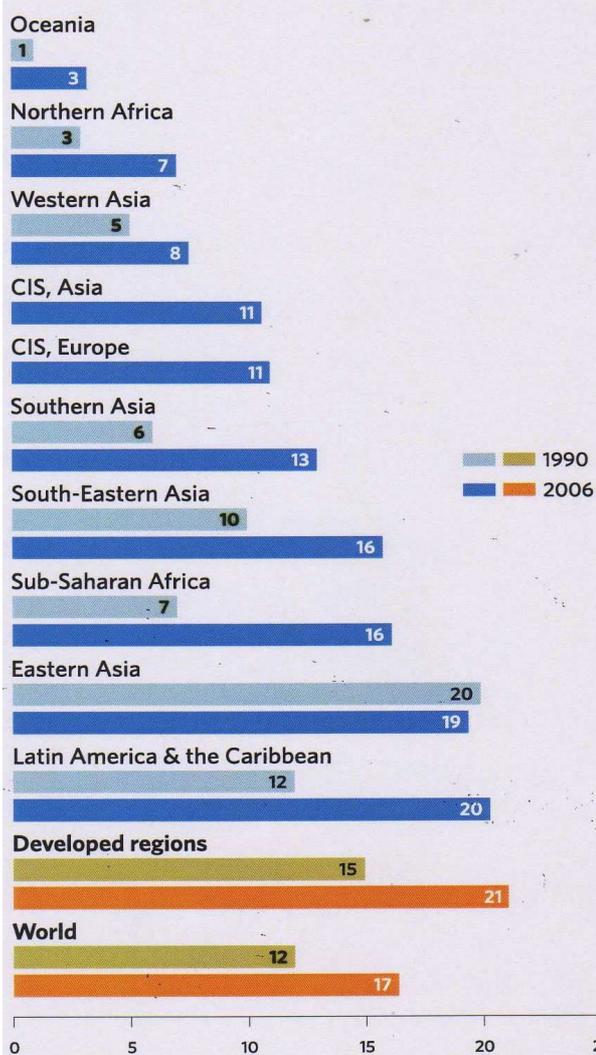
Women inch forward in labour markets of all regions, though deep inequalities remain

Share of women in non-agricultural wage employment, 1990 and 2004 (Percentage)



Women's political power is growing, though men still dominate

Share of women in single or lower houses of parliament, 1990 and 2006 (Percentage)



Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

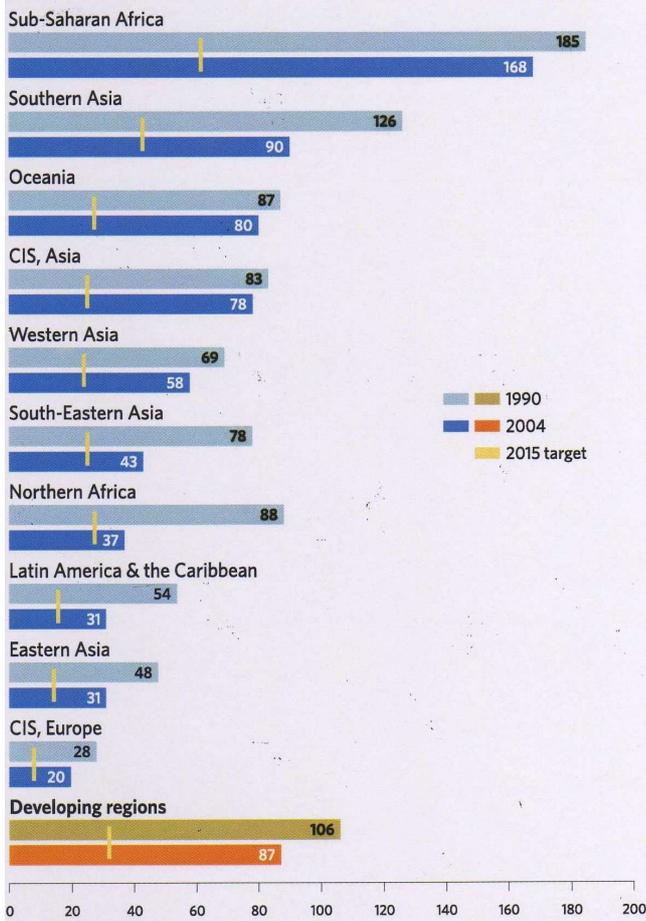
Goal 4 Reduce child mortality

**TARGET**

Reduce by two thirds, between 1990 and 2015, the under-five mortality rate

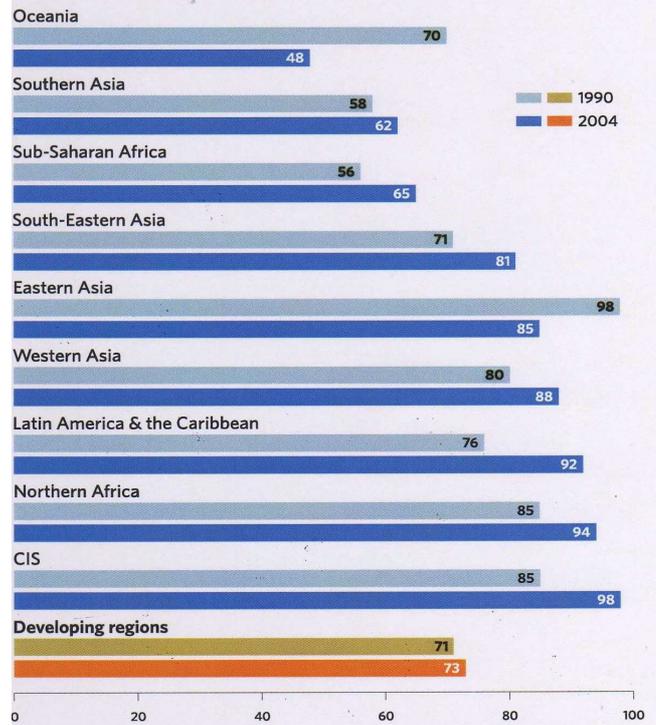
More children are surviving their first years of life, though sub-Saharan Africa trails far behind

Under-five mortality rate per 1,000 live births, 1990 and 2004



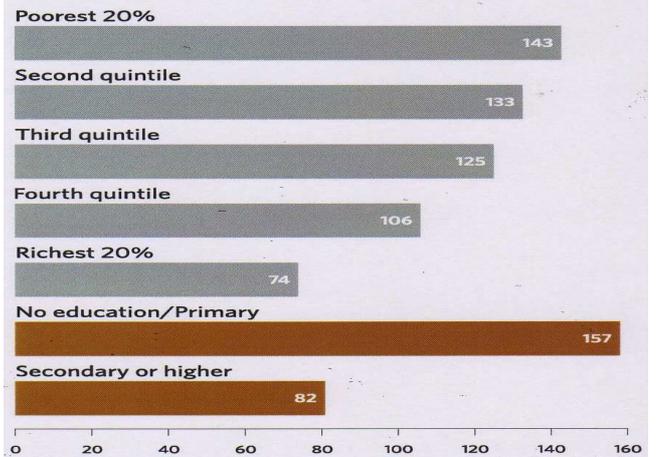
Three out of four children are protected against measles, which still kills close to half a million children each year

Percentage of children (12-23 months old) immunized against measles, 1990 and 2004 (Percentage)



Higher household incomes and education for mothers doubles child survival

Under-five mortality rate per 1,000 live births in developing regions, by household wealth and mother's education, 1995/2004



Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

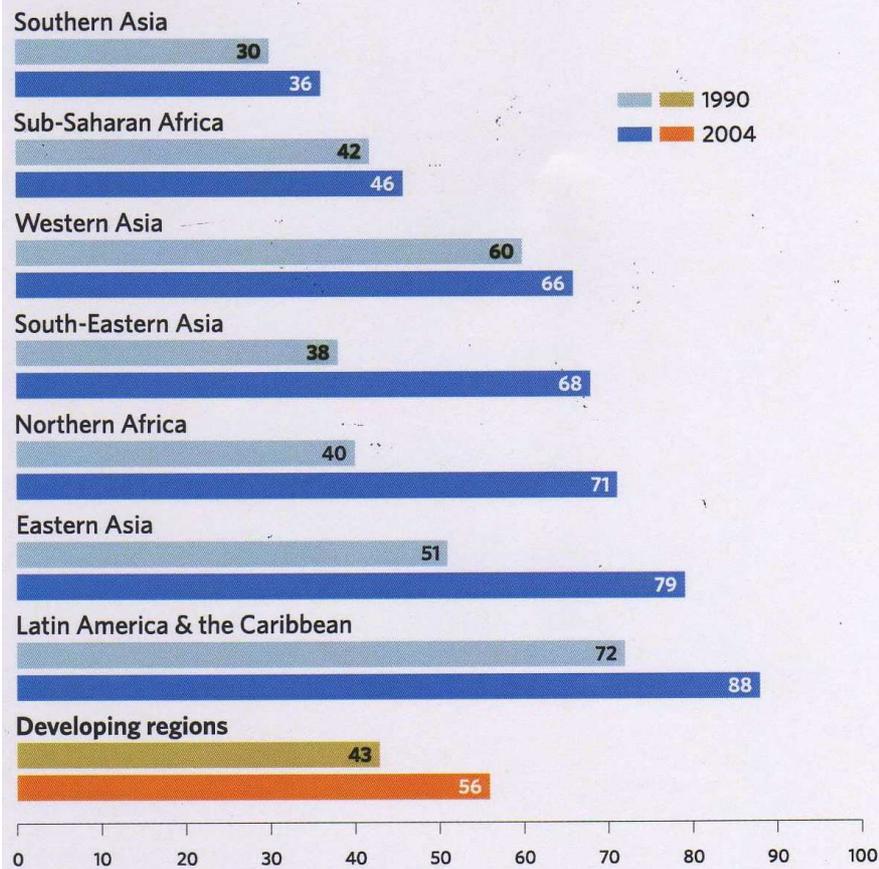
Goal 5 Improve maternal health

**TARGET**

Reduce by three quarters, between 1990 and 2015, the maternal mortality ratio

**Maternal mortality remains high where most deaths occur**

Proportion of deliveries attended by skilled health care personnel, 1990 and 2004 (Percentage)



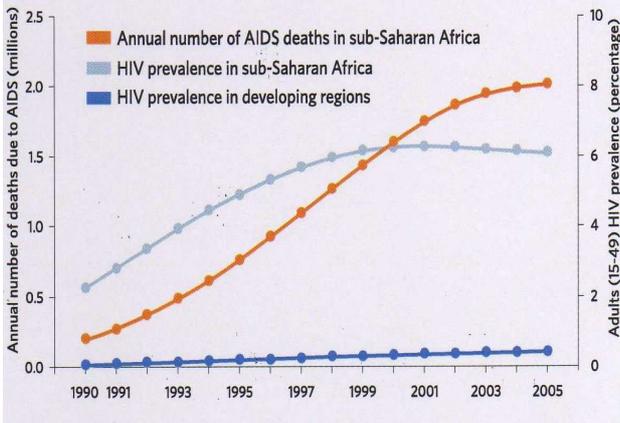
Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

**TARGET**

Have halted by 2015 and begun to reverse the spread of HIV/AIDS

Prevention efforts are proving successful in some places, but deaths and new infections continue to increase

HIV prevalence in adults aged 15-49 in sub-Saharan Africa and all developing regions (Percentage) and number of AIDS deaths in sub-Saharan Africa (Millions), 1990-2005

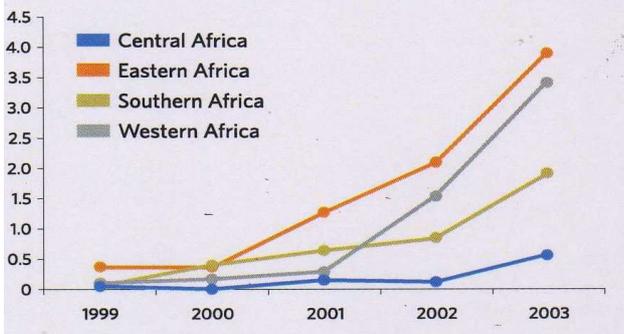


**TARGET**

Have halted by 2015 and begun to reverse the incidence of malaria and other major diseases

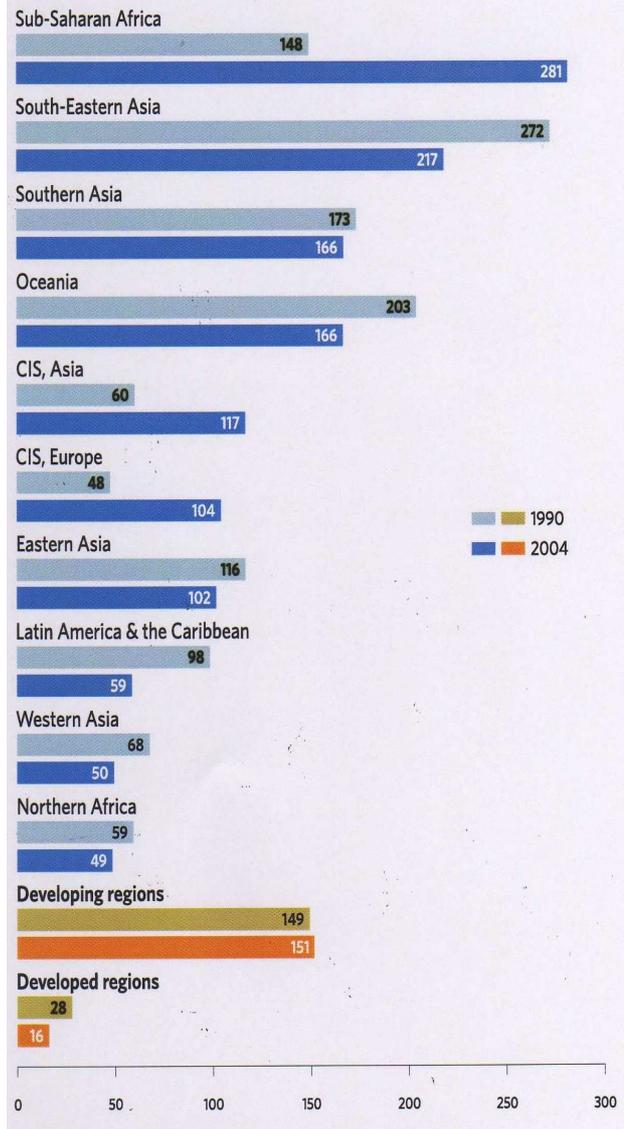
The fight against malaria takes off

Mosquito nets sold or distributed in sub-Saharan Africa, 1999-2003 (Millions)



New tuberculosis cases are on the rise, even excluding those associated with HIV

Number of new tuberculosis cases per 100,000 population (excluding people that are HIV-positive), 1990 and 2004



Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

Anexo 17

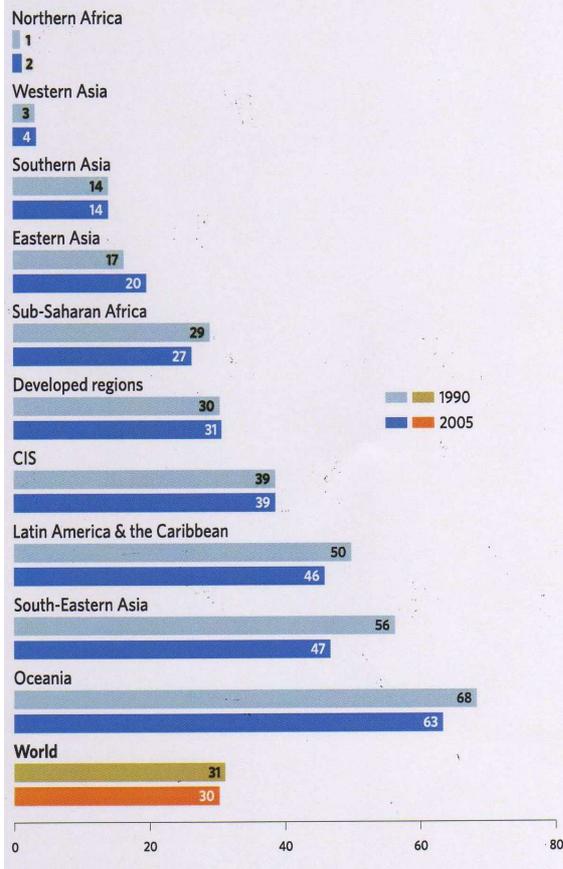
Goal 7 Ensure environmental sustainability

TARGET

Integrate the principles of sustainable development into country policies and programmes and reverse the loss of environmental resources

Rapid deforestation continues, but the net loss of forest area is slowing down

Proportion of land area covered by forests, 1990 and 2005 (Percentage)

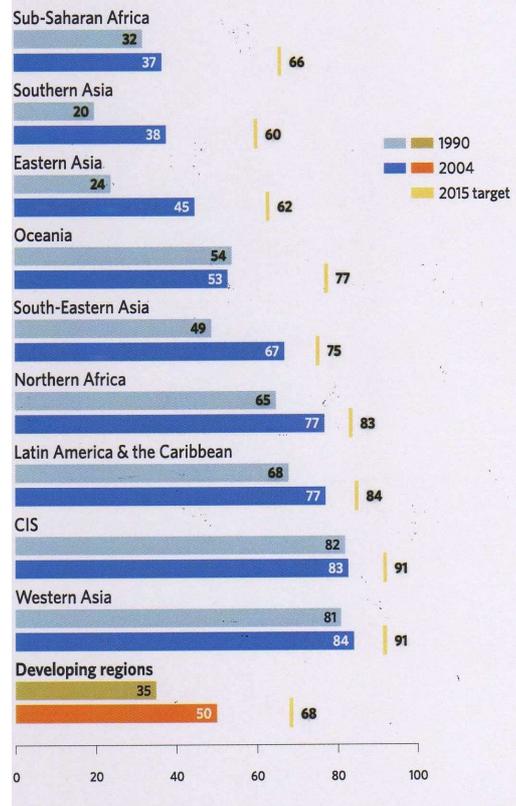


TARGET

Halve, by 2015, the proportion of people without sustainable access to safe drinking water and basic sanitation

With half of developing country populations still lacking basic sanitation, the world is unlikely to reach its target

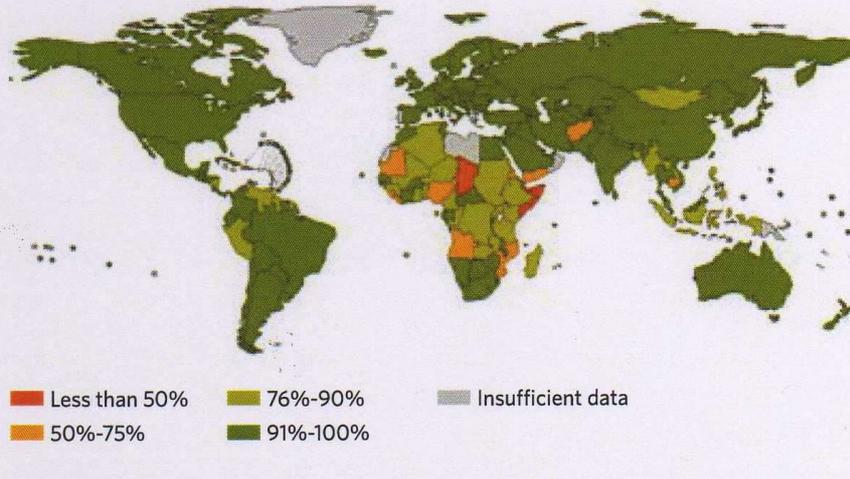
Proportion of population using improved sanitation, 1990 and 2004 (Percentage)



Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

## World targets for safe drinking water are in sight, but coverage remains spotty in rural areas

Proportion of urban population using improved drinking water sources, 2004 (Percentage)

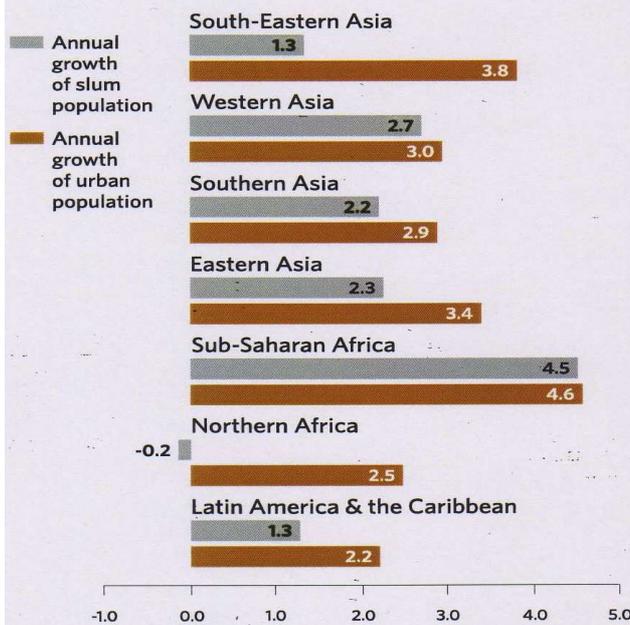


### TARGET

By 2020, to have achieved a significant improvement in the lives of at least 100 million slum-dwellers

## Cities in sub-Saharan Africa are growing most rapidly, as are their slums

Annual growth of urban and slum populations, 1990-2001 (Percentage)



Fonte: Millennium Development Goals Report 2006

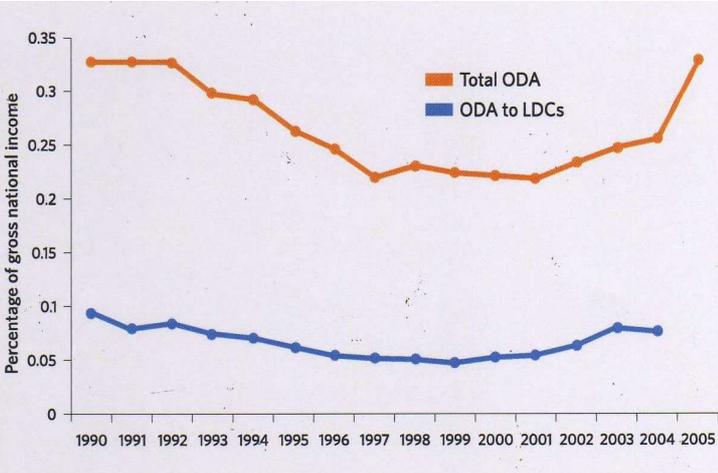
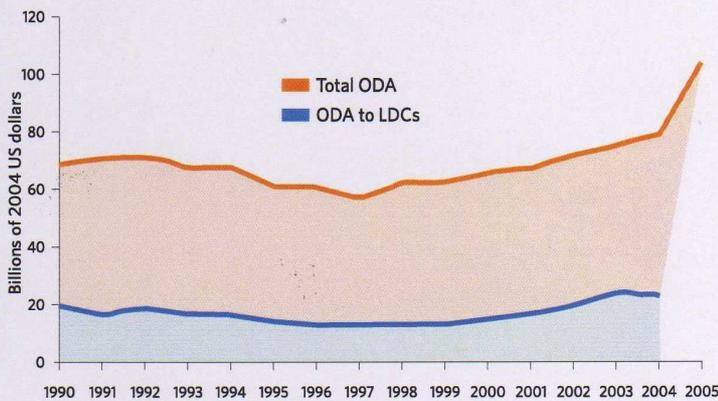
Anexo 18  
Goal 8 Develop a global partnership for development

**TARGET**

Address the special needs of the least developed countries, landlocked countries and small island developing States

Led by debt relief, development assistance increases sharply but still falls short of targets

Official development assistance from developed countries, 1990-2005  
(Constant 2004 United States dollars and as a proportion of donor country gross national income)

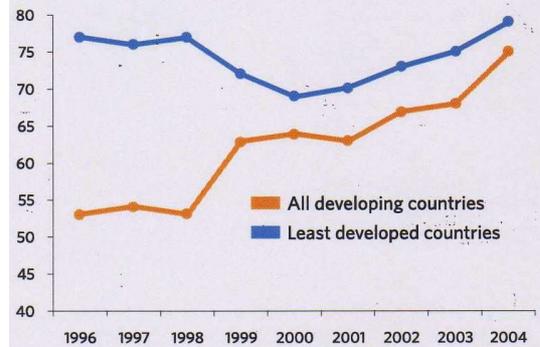


**TARGET**

Develop further an open, rule-based, predictable, non-discriminatory trading and financial system

Three quarters of exports from developing countries now enter developed markets duty-free

Proportion of imports from developing countries (excluding arms and oil) admitted to developed countries duty-free, 1996-2004 (Percentage)

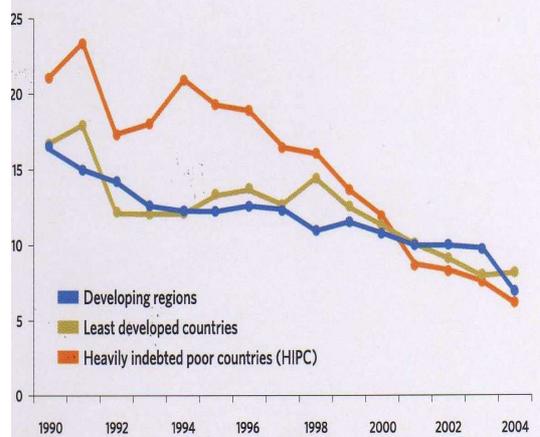


**TARGET**

Deal comprehensively with developing countries' debt

Debt service burdens decrease, but for many poor countries even these levels are too high

External debt service payments in relation to export revenues, 1990-2004 (Percentage)



## Anexo 19 Millennium Development Goals: Progress Report Chart, 2007

Goals and Targets	Africa		Asia				Oceania	Latin America & Caribbean	Independent States	
	Northern	Sub-Saharan	Eastern	South-Eastern	Southern	Western			Europe	Asia
<b>GOAL 1   Eradicate extreme poverty and hunger</b>										
Reduce extreme poverty by half	low poverty	very high poverty	moderate poverty	moderate poverty	very high poverty	low poverty	---	moderate poverty	low poverty	low poverty
Reduce hunger by half	very low hunger	very high hunger	moderate hunger	moderate hunger	high hunger	moderate hunger	moderate hunger	moderate hunger	very low hunger	high hunger
<b>GOAL 2   Achieve universal primary education</b>										
Universal primary schooling	high enrolment	low enrolment	high enrolment	high enrolment	high enrolment	moderate enrolment	moderate enrolment	high enrolment	high enrolment	high enrolment
<b>GOAL 3   Promote gender equality and empower women</b>										
Equal girls' enrolment in primary school	close to parity	almost close to parity	parity	parity	close to parity	close to parity	close to parity	parity	parity	parity
Women's share of paid employment	low share	medium share	high share	medium share	low share	low share	medium share	high share	high share	high share
Women's equal representation in national parliaments	very low representation	low representation	moderate representation	low representation	low representation	very low representation	very low representation	moderate representation	low representation	low representation
<b>GOAL 4   Reduce child mortality</b>										
Reduce mortality of under-five-year-olds by two thirds	low mortality	very high mortality	low mortality	moderate mortality	high mortality	moderate mortality	moderate mortality	low mortality	low mortality	moderate mortality
Measles immunization	high coverage	low coverage	moderate coverage	moderate coverage	low coverage	high coverage	low coverage	high coverage	high coverage	high coverage
<b>GOAL 5   Improve maternal health</b>										
Reduce maternal mortality by three quarters*	moderate mortality	very high mortality	low mortality	high mortality	very high mortality	moderate mortality	high mortality	moderate mortality	low mortality	low mortality
<b>GOAL 6   Combat HIV/AIDS, malaria and other diseases</b>										
Halt and reverse spread of HIV/AIDS	low prevalence	very high prevalence	low prevalence	low prevalence	moderate prevalence	low prevalence	moderate prevalence	moderate prevalence	moderate prevalence	low prevalence
Halt and reverse spread of malaria*	low risk	high risk	moderate risk	moderate risk	moderate risk	low risk	low risk	moderate risk	low risk	low risk
Halt and reverse spread of tuberculosis	low mortality	high mortality	moderate mortality	moderate mortality	moderate mortality	low mortality	moderate mortality	low mortality	moderate mortality	moderate mortality
<b>GOAL 7   Ensure environmental sustainability</b>										
Reverse loss of forests**	low forest cover	medium forest cover	medium forest cover	high forest cover	medium forest cover	low forest cover	high forest cover	high forest cover	high forest cover	low forest cover
Halve proportion without improved drinking water	high coverage	low coverage	moderate coverage	moderate coverage	moderate coverage	high coverage	low coverage	high coverage	high coverage	moderate coverage
Halve proportion without sanitation	moderate coverage	very low coverage	very low coverage	low coverage	very low coverage	moderate coverage	low coverage	moderate coverage	moderate coverage	moderate coverage
Improve the lives of slum-dwellers	moderate proportion of slum-dwellers	very high proportion of slum-dwellers	high proportion of slum-dwellers	moderate proportion of slum-dwellers	high proportion of slum-dwellers	moderate proportion of slum-dwellers	moderate proportion of slum-dwellers	moderate proportion of slum-dwellers	low proportion of slum-dwellers	moderate proportion of slum-dwellers
<b>GOAL 8   Develop a global partnership for development</b>										
Youth unemployment**	very high unemployment	high unemployment	low unemployment	high unemployment	moderate unemployment	very high unemployment	low unemployment	high unemployment	high unemployment	high unemployment
Internet users	moderate access	very low access	moderate access	moderate access	low access	moderate access	low access	high access	moderate access	moderate access

Country experiences in each region may differ significantly from the regional average. For the regional groupings and country data, see [mdgs.un.org](http://mdgs.un.org).

Sources: UNITED Nations, based on data and estimates provided by: Food and Agriculture Organization; Inter-Parliamentary Union; International Labour Organization; International Telecommunication Unit; UNESCO; UNICEF; World Health Organization; UNAIDS; UN-Habitat; World Bank – based on statistics available as of June 2007.

Compiled by: Statistics Division, UN DESA. Photo by: Adam Rogers/ UNCDF

The progress chart operates on two levels. The words in each box tell what the current rate of compliance with each target is. The colours show the trend, toward meeting the target by 2015 or not. See legend below:

- Target already met or very close to being met.
- Target is not expected to be met by 2015.
- Target is expected to be met by 2015 if prevailing trends persist, or the problem that this target is designed to address is not a serious concern in the region.
- No progress, or a deterioration or reversal.
- Insufficient data.

\* The available data for maternal mortality and malaria do not allow a trend analysis. Progress in the chart has been assessed by the responsible agencies on the basis of proxy indicators.  
\*\* The assessment is based on a new methodology and therefore not comparable with previous assessments.

Anexo 20

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 1975 - 2005								
Lugar	País	IDH 1975	IDH 1980	IDH 1985	IDH 1990	IDH 1995	IDH 2000	IDH 2005
DESENVOLVIMENTO HUMANO ALTO								
1	Islândia	0,863	0,885	0,894	0,913	0,918	0,936	0,968
2	Noruega	0,859	0,877	0,888	0,901	0,925	0,942	0,968
3	Austrália	0,844	0,861	0,873	0,888	0,927	0,939	0,962
4	Canadá	0,868	0,883	0,906	0,926	0,932	0,940	0,961
5	Irlanda	0,818	0,831	0,846	0,870	0,894	0,925	0,959
6	Suécia	0,863	0,872	0,883	0,894	0,925	0,941	0,956
7	Suíça	0,874	0,886	0,892	0,905	0,914	0,928	0,955
8	Japão	0,854	0,878	0,893	0,909	0,923	0,933	0,953
9	Holanda	0,861	0,873	0,888	0,902	0,922	0,935	0,953
10	França	0,848	0,863	0,875	0,897	0,914	0,928	0,952
11	Finlândia	0,836	0,856	0,873	0,896	0,908	0,930	0,952
12	Estados Unidos	0,863	0,884	0,898	0,914	0,925	0,939	0,951
13	Espanha	0,819	0,838	0,855	0,876	0,895	0,913	0,949
14	Dinamarca	0,868	0,876	0,883	0,891	0,907	0,926	0,949
15	Áustria	0,840	0,854	0,867	0,890	0,909	0,926	0,948
16	Reino Unido	0,841	0,848	0,858	0,878	0,916	0,928	0,946
17	Bélgica	0,844	0,861	0,875	0,896	0,927	0,939	0,946
18	Luxemburgo	0,831	0,846	0,860	0,884	0,912	0,925	0,944
19	Nova Zelândia	0,849	0,855	0,866	0,875	0,902	0,917	0,943
20	Itália	0,828	0,846	0,856	0,879	0,897	0,913	0,941
21	Hong Kong (China RAE)	0,756	0,795	0,823	0,859	0,877	0,888	0,937
22	Alemanha	-	0,859	0,868	0,885	0,907	0,925	0,935
23	Israel	0,790	0,814	0,836	0,855	0,877	0,896	0,932
24	Grécia	0,808	0,829	0,845	0,859	0,868	0,885	0,926
25	Singapura	0,722	0,755	0,782	0,818	0,857	0,885	0,922
26	Coreia do Sul	0,691	0,732	0,774	0,815	0,852	0,882	0,921
27	Eslovénia	-	-	-	0,845	0,852	0,879	0,917
28	Chipre	-	0,801	0,821	0,845	0,866	0,883	0,903
29	Portugal	0,737	0,760	0,787	0,819	0,855	0,880	0,897
30	Brunei Darussalam	-	-	-	-	-	0,856	0,894
31	Barbados	-	-	-	-	-	0,871	0,892
32	República Checa	-	-	-	0,835	0,843	0,849	0,891
33	Kuwait	0,753	0,773	0,777	-	0,812	0,813	0,891
34	Malta	0,731	0,766	0,793	0,826	0,850	0,875	0,878
35	Catar	-	-	-	-	-	0,803	0,875
36	Hungria	0,777	0,793	0,805	0,804	0,809	0,835	0,874
37	Polónia	-	-	-	0,792	0,808	0,833	0,870
38	Argentina	0,785	0,799	0,805	0,808	0,830	0,844	0,869
39	Emirados Árabes Unidos	-	-	-	-	-	0,812	0,868
40	Chile	0,702	0,737	0,754	0,782	0,811	0,831	0,867
41	Baraim	-	-	-	-	-	0,831	0,866
42	Eslováquia	-	-	0,813	0,820	0,817	0,835	0,863
43	Lituânia	-	-	-	0,816	0,781	0,808	0,862
44	Estónia	-	-	-	-	-	0,826	0,860
45	Letónia	-	0,790	0,802	0,804	0,763	0,800	0,855
46	Uruguai	0,757	0,777	0,781	0,801	0,815	0,831	0,852

Lugar	País	IDH 1975	IDH 1980	IDH 1985	IDH 1990	IDH 1995	IDH 2000	IDH 2005
47	Croácia	-	-	-	0,797	0,789	0,809	0,850
48	Costa Rica	0,745	0,769	0,770	0,787	0,805	0,820	0,846
49	Bahamas	-	0,805	0,817	0,822	0,816	0,826	0,845
50	Seicheles	-	-	-	-	-	0,811	0,843
51	Cuba	-	-	-	-	-	0,795	0,838
52	México	0,689	0,734	0,752	0,761	0,774	0,796	0,829
53	Bulgária	-	0,763	0,784	0,786	0,778	0,779	0,824
54	São Cristovão e Névis	-	-	-	-	-	0,814	0,821
55	Tonga							0,819
56	Líbia						0,773	0,818
57	Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	0,800	0,815
58	Omã	0,487	0,547	0,641	0,697	0,741	0,779	0,814
59	Trinidade e Tobago	0,722	0,755	0,774	0,781	0,787	0,805	0,814
60	Roménia	0,755	0,788	0,794	0,777	0,772	0,775	0,813
61	Arábia Saudita	0,587	0,646	0,670	0,706	0,737	0,759	0,812
62	Panamá	0,712	0,731	0,745	0,747	0,770	0,787	0,812
63	Malásia	0,616	0,659	0,693	0,722	0,760	0,782	0,811
64	Bielo-Rússia	-	-	-	0,809	0,776	0,788	0,804
65	Maurícias	-	0,662	0,692	0,728	0,751	0,781	0,804
66	Bósnia Herzegovina							0,803
67	Federação Russa	-	0,809	0,827	0,824	0,779	0,781	0,802
68	Albânia	-	0,673	0,691	0,702	0,702	0,733	0,801
69	Macedónia	-	-	-	-	-	0,772	0,801
70	Brasil	0,644	0,679	0,692	0,713	0,737	0,757	0,800
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO</b>								
71	Dominica	-	-	-	-	-	0,779	0,798
72	Santa Lúcia	-	-	-	-	-	0,772	0,795
73	Kazaquistão	-	-	-	0,771	0,724	0,738	0,794
74	Venezuela	0,716	0,731	0,738	0,757	0,766	0,770	0,792
75	Colômbia	0,660	0,690	0,704	0,724	0,750	0,772	0,791
76	Ucrânia	-	-	-	0,795	0,745	0,748	0,786
77	Samoa	-	-	0,650	0,666	0,689	0,715	0,785
78	Tailândia	0,604	0,645	0,676	0,713	0,749	0,762	0,781
79	República Dominicana	0,617	0,646	0,667	0,677	0,698	0,727	0,779
80	Belize	-	0,710	0,718	0,750	0,772	0,784	0,778
81	China	0,523	0,554	0,591	0,625	0,681	0,726	0,777
82	Granada	-	-	-	-	-	0,747	0,777
83	Arménia	-	-	-	0,759	0,715	0,754	0,775
84	Turquia	0,593	0,617	0,654	0,686	0,717	0,742	0,775
85	Suriname	-	-	-	-	-	0,756	0,774
86	Jordânia	-	0,636	0,658	0,677	0,703	0,717	0,773
87	Peru	0,641	0,669	0,692	0,704	0,730	0,747	0,773
88	Líbano	-	-	-	0,680	0,730	0,755	0,772
89	Equador	0,627	0,673	0,694	0,705	0,719	0,732	0,772
90	Filipinas	0,652	0,684	0,688	0,716	0,733	0,754	0,771
91	Tunísia	0,514	0,566	0,613	0,646	0,682	0,722	0,766
92	Fiji	0,660	0,683	0,697	0,723	0,743	0,758	0,762
93	São Vicente e Granadinas	-	-	-	-	-	0,733	0,761
94	Irão	0,556	0,563	0,607	0,645	0,688	0,721	0,759

Continuação

Lugar	País	IDH 1975	IDH 1980	IDH 1985	IDH 1990	IDH 1995	IDH 2000	IDH 2005
94	Irão	0,556	0,563	0,607	0,645	0,688	0,721	0,759
95	Paraguai	0,665	0,699	0,705	0,717	0,735	0,740	0,755
96	Geórgia	-	-	-	-	-	0,748	0,754
97	Guiana	0,676	0,679	0,671	0,680	0,703	0,708	0,750
98	Azerbaijão	-	-	-	-	-	0,741	0,746
99	Sri Lanka	0,616	0,650	0,676	0,697	0,719	0,741	0,743
100	Maldivas	-	-	0,629	0,676	0,707	0,743	0,741
101	Jamaica	0,687	0,690	0,692	0,720	0,736	0,742	0,736
102	Cabo Verde	-	-	0,587	0,626	0,678	0,715	0,736
103	El Salvador	0,586	0,586	0,606	0,644	0,682	0,706	0,735
104	Argélia	0,501	0,550	0,600	0,639	0,663	0,697	0,733
105	Vietname	-	-	0,583	0,605	0,649	0,688	0,733
106	Palestina -Territórios Ocupados							0,731
107	Indonésia	0,469	0,530	0,582	0,623	0,664	0,684	0,728
108	Síria	0,538	0,580	0,614	0,634	0,665	0,691	0,724
109	Turquemenistão	-	-	-	-	-	0,741	0,713
110	Nicarágua	0,565	0,576	0,584	0,592	0,615	0,635	0,710
111	Moldávia	-	0,720	0,741	0,759	0,704	0,701	0,708
112	Egipto	0,435	0,482	0,532	0,574	0,605	0,642	0,708
113	Uzbequistão	-	-	-	0,731	0,714	0,727	0,702
114	Mongólia	-	-	0,650	0,657	0,636	0,655	0,700
115	Honduras	0,518	0,566	0,597	0,615	0,628	0,638	0,700
116	Quirguistão	-	-	-	-	-	0,712	0,696
117	Bolívia	0,514	0,548	0,573	0,597	0,630	0,653	0,695
118	Guatemala	0,506	0,543	0,555	0,579	0,609	0,631	0,689
119	Gabão	-	-	-	-	-	0,637	0,677
120	Vanuatu	-	-	-	-	-	0,542	0,674
121	África do Sul	0,649	0,663	0,683	0,714	0,724	0,695	0,674
122	Tajiquistão	-	-	0,740	0,740	0,669	0,667	0,673
123	São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	0,632	0,654
124	Botswana	0,494	0,556	0,613	0,653	0,620	0,572	0,654
125	Namíbia	-	-	-	-	0,629	0,610	0,650
126	Marrocos	0,429	0,474	0,508	0,540	0,569	0,602	0,646
127	Guiné Equatorial	-	-	0,533	0,553	0,582	0,679	0,642
128	Índia	0,407	0,434	0,473	0,511	0,545	0,577	0,619
129	Ilhas Salomão	-	-	-	-	-	0,622	0,602
130	Laos	-	-	0,374	0,404	0,445	0,485	0,601
131	Cambodja	-	-	-	0,501	0,531	0,543	0,598
132	Mianmar	-	-	-	-	-	0,552	0,583
133	Butão	-	-	-	-	-	0,494	0,579
134	Comores	-	0,480	0,498	0,502	0,506	0,511	0,561
135	Gana	0,438	0,468	0,481	0,506	0,525	0,548	0,553
136	Paquistão	0,345	0,372	0,404	0,442	0,473	0,499	0,551
137	Mauritânia	0,337	0,360	0,379	0,390	0,418	0,438	0,550
138	Lesoto	0,478	0,518	0,547	0,574	0,572	0,535	0,549
139	Congo	0,417	0,467	0,517	0,510	0,511	0,512	0,548
140	Bangladesh	0,335	0,353	0,386	0,416	0,445	0,478	0,547
141	Suazilândia	0,512	0,543	0,569	0,615	0,620	0,577	0,547
142	Nepal	0,289	0,328	0,370	0,416	0,453	0,490	0,534

Continuação

Lugar	País	IDH 1975	IDH 1980	IDH 1985	IDH 1990	IDH 1995	IDH 2000	IDH 2005
143	Madagáscar	0,399	0,433	0,427	0,434	0,441	0,469	0,533
144	Camarões	0,410	0,455	0,505	0,513	0,499	0,512	0,532
145	Papua Nova-Guiné	0,420	0,441	0,462	0,479	0,519	0,535	0,530
146	Haiti	-	0,430	0,445	0,447	0,457	0,471	0,529
147	Sudão	0,346	0,374	0,395	0,419	0,462	0,499	0,526
148	Quênia	0,443	0,489	0,512	0,533	0,523	0,513	0,521
149	Djibouti	-	-	-	-	-	0,445	0,516
150	Timor-leste	-	-	-	-	-	-	0,514
151	Zimbabué	0,547	0,572	0,621	0,597	0,563	0,551	0,513
152	Togo	0,394	0,443	0,440	0,465	0,476	0,493	0,512
153	Íemen	-	-	-	0,399	0,439	0,479	0,508
154	Uganda	-	-	0,386	0,388	0,404	0,444	0,505
155	Gambia	0,272	-	-	-	0,375	0,405	0,502
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
156	Senegal	0,313	0,330	0,356	0,380	0,400	0,431	0,499
157	Eritreia	-	-	-	-	0,408	0,421	0,483
158	Nigéria	0,328	0,388	0,403	0,425	0,448	0,462	0,470
159	Tanzânia	-	-	-	0,422	0,427	0,440	0,467
160	Guiné	-	-	-	-	-	0,414	0,456
161	Ruanda	0,336	0,380	0,396	0,346	0,335	0,403	0,452
162	Angola	-	-	-	-	-	0,403	0,446
163	Benin	0,288	0,324	0,350	0,358	0,388	0,420	0,437
164	Malawi	0,316	0,341	0,354	0,362	0,403	0,400	0,437
165	Zâmbia	0,449	0,463	0,480	0,468	0,432	0,433	0,434
166	Costa do Marfim	0,369	0,403	0,412	0,415	0,416	0,428	0,432
167	Burundi	0,280	0,307	0,338	0,344	0,316	0,313	0,413
168	Congo, Rep, Democrática	-	-	-	-	-	0,431	0,411
169	Etiópia	-	-	0,275	0,297	0,308	0,327	0,406
170	Chade	0,256	0,257	0,298	0,322	0,335	0,365	0,388
171	República Centro-Africana	0,333	0,351	0,371	0,372	0,369	0,375	0,384
172	Moçambique	-	0,302	0,290	0,310	0,313	0,322	0,384
173	Mali	0,252	0,279	0,292	0,312	0,346	0,386	0,380
174	Níger	0,234	0,254	0,246	0,256	0,262	0,277	0,374
175	Guiné-Bissau	0,248	0,253	0,283	0,304	0,331	0,349	0,374
176	Burkina-Faso	0,232	0,259	0,282	0,290	0,300	0,325	0,370
177	Serra Leoa	-	-	-	-	-	0,275	0,336

Fonte: <http://www.undp.org/hdro/indicators.html>